UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

PEDRO LAGATTA

Resistência Seguida De Morte

Uma Experiência de Escuta de Familiares Vítimas da Letalidade Policial
da Cidade de São Paulo

São Paulo

2017

PEDRO LAGATTA

Resistência Seguida De Morte

Uma Experiência de Escuta de Familiares Vítimas da Letalidade Policial

da Cidade de São Paulo

(versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Instituições Educacionais e Formação do Indivíduo

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Endo

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PA-
RA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Lagatta, Pedro.

Resistência seguida de morte. Uma experiência de escuta de familiares
vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo / Pedro Lagatta;
orientador Paulo Cesar Endo -- São Paulo, 2017.

154 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvi-
mento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo.

1. Letalidade policial 2. Resistência seguida de morte 3. Trauma 4.
Ferenczi, Sandor, 1873-1933 5. Sofrimento psíquico I.Título.

BF789.S8

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Pedro Lagatta

Título: Resistência Seguida De Morte: Uma Experiência De Escuta De Familiares Vítimas Da Letalidade Policial Na Cidade De São Paulo

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 13 de junho de 2017

Prof. Dr. Paulo Cesar Endo

Orientador

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Michel Misse

Instituição: UFRJ

Julgamento: Aprovado

Assinatura_____

Prof. Dr. Luís Galeão

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Assinatura_____

Agradecimentos

Às famílias entrevistadas, os meus mais sinceros agradecimentos, por resistir à tão manha violência e compartilhar generosamente comigo os seus testemunhos.

Ao Professor Doutor Paulo Endo, pela orientação parceira e por ser uma inspiração intelectual.

Ao Professor Doutor Michel Misse, pelas contribuições valiosas desde a banca de qualificação. Ao Professor Doutor Luis Galeão, pela parceria na pesquisa e na militância. À Professora Doutora Ianni Scarcelli, pela generosa participação na banca de qualificação.

A Adriana Marino, Ana Cecília Moraes, André Costa, Heloísa Marcon, Juliana Martins, Gabriela Costardi, Paulo Kohara, Rita Alvares, Rose Miyahara, Ulisses Gomes e Wilson Campos e outros tantos amigos que participaram do grupo de orientação, pelas sextas-feiras das quais sentirei saudades.

Ao IPUSP, especialmente as funcionários e funcionários do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia da Aprendizagem e da Biblioteca, por todo apoio atencioso nesses longos anos.

À CAPES, pela bolsa que possibilitou as melhores condições possíveis para esse trabalho.

Ao Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em especialmente a sua Coordenação, pelo apoio.

A todos os amigos e amigas do Margens Clínicas, onde essa pesquisa nasceu.

Aos companheiros da Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária, pela incansável luta.

Aos amigos e amigas do Núcleo de Estudos da Violência, por todos os anos juntos.

A todos os amigos e amigas que estão presentes nessas páginas, de tantas formas e jeitos que não seria possível enunciar.

A Maurício e Dario, pelas aventuras diárias.

A minha família, por todo apoio, especialmente à Maria da Glória Martorelli Fernandes, minha mãe, por tudo.

À Daniela Skromov de Albuquerque, por estar presente nessa pesquisa do início ao fim e para além dela.

Ao Benjamim, meu menino, meu amor.

Resumo

LAGATTA, Pedro. Resistência seguida de morte. Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo. 2017. 154f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Este é um estudo qualitativo sobre o sofrimento psíquico de familiares de mortos pela polícia militar em situações conhecidas como “resistência seguida de morte”, desenvolvido a partir de uma experiência de escuta de duas famílias, cujos filhos ou irmãos foram mortos no município de São Paulo. A partir de um método de coleta de dados inspirado na psicanálise de Sandor Ferenczi e em sua teoria do trauma, para quem o não reconhecimento da violência e do sujeito em sua singularidade são centrais para a experiência traumática, discute-se como a relação entre esses sujeitos e o sistema de justiça criminal é determinante para a compreensão das consequências psíquicas dessas mortes. São componentes dessa relação tanto o tratamento com o qual os operadores do direito conferem a esses familiares (discriminatório, via de regra), bem como as decisões operadas por esse sistema, cujo aspecto principal é operar uma série de negações – nega-se o homicídio, nega-se a vítima e seu sofrimento – que foram aproximadas nesse estudo ao desmentido de Ferenczi. Discute-se como a sujeição criminal, ou criminalização de determinados sujeitos sociais, é a lógica que subjaz tanto as mortes perpetradas pela polícia, como a forma como os familiares dos mortos serão tratados pelo sistema de justiça criminal: são eles mesmos tornados criminais. Esses familiares se veem tão desprotegidos, tão desrespeitados em seus direitos mais fundamentais, quanto aqueles que efetivamente morreram pelas mãos das forças de segurança. Uma abordagem psicológica dessas mortes revela que uma ampla gama de atores para além da polícia desempenham um papel fundamental no sofrimento psíquico que tais mortes produzem.

Palavras-chave: letalidade policial, resistência seguida de morte, trauma, Ferenczi

Abstract

LAGATTA, Pedro. Hearing indirect victims of police killings in São Paulo: trauma, criminal justice and the criminal subjection. 2017. 154 pages. Master's Dissertation – Institute of Psychology, University of São Paulo.

This is a qualitative study of the traumatic experiences of indirect victims of police killings in situations described as “resistance followed by death” in the city of Sao Paulo. Two families exposed to these violent deaths were interviewed following a method inspired by the theory of trauma developed by Sandor Ferenczi, who defines the center of the traumatic experience as the social denial of violence suffered. This study argues that the relationship between the victims and the criminal justice system is crucial to understanding the harmful psychological consequences of these experiences. Both the discriminatory treatment to which these individuals are subjected by law enforcement officers and criminal justice authorities, and the decisions made by the criminal justice system are relevant components of this relationship. It discusses how the logic by which the criminal justice system responds to the claims and needs of indirect victims could be approximated to the logic that underlies the legitimization of the homicides committed by the police forces in Brazil -- *criminal subjection* --, which, in turn, can be related to Ferenczi's theory of trauma. Considered just as *criminals* as their dead relatives, the indirect victims find themselves unprotected by the criminal justice system and forced to bear witness to the violation of their most fundamental rights, resulting in long lasting suffering. A psychological approach to the homicides committed by police reveals a wide range of actors outside of the police forces also responsible for the damages caused by these deaths.

Key-words: police killings, trauma, Sandor Ferenczi

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. RESISTÊNCIAS SEGUIDAS DE MORTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: LEGÍTIMA DEFESA OU EXECUÇÃO SUMÁRIA?	19
1.1 A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (PMESP)	20
1.2 QUANDO A POLÍCIA MILITAR MATA.....	24
2. SOFRIMENTOS PSÍQUICO ENTRE A VIOLÊNCIA E SUA NEGAÇÃO	38
2.1 VITIMIZAÇÃO INDIRETA POR MORTES VIOLENTAS.....	38
2.2 O TRAUMA ENTRE FREUD E FERENCZI	43
3. RESISTÊNCIAS SEGUIDAS DE MORTE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: A SUJEIÇÃO CRIMINAL	60
3.1 HOMICÍDIOS E O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	60
3.2 AS RESISTÊNCIAS SEGUIDAS DE MORTES NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	67
4. DUAS ENTREVISTAS COM FAMILIARES DE MORTOS PELA POLÍCIA MILITAR.....	80
4.1 UM ESBOÇO DE MÉTODO DE ESCUTA	80
4.2 FELIPE	92
4.3 CESAR.....	111
5. DISCUSSÃO	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
7. REFERÊNCIAS.....	144

Introdução

Perder um familiar assassinado é fonte de profundo sofrimento psíquico, uma experiência capaz de deixar marcas psíquica indelévels. Perder um familiar assassinado pela polícia é tido como algo ainda mais gravoso para pais, mães, irmãos, filhos, por envolver uma complexa lógica social de negação de direitos e negação simbólica da dignidade do morto, representada pela máxima “bandido bom é bandido morto”. Este é um estudo qualitativo sobre o sofrimento psíquico de familiares que perderem um ente querido assassinado pela polícia militar numa “resistência seguida de morte”, desenvolvido a partir de uma experiência de escuta de duas famílias cujos filhos ou irmãos foram mortos no município de São Paulo. Essa pesquisa é uma tentativa de compreender um pouco melhor, do ponto de vista psicológico, como violência policial e violência judicial se somam, articulam, se implicam mutuamente no sofrimento psíquico que produzem. Mais que fenômenos distintos, violência policial e violência judicial são faces de um mesmo fenômeno, que se desdobram em instituições diferentes, mas que funcionam sob a mesma lógica social e para os mesmos fins, a vulnerabilização extrema de jovens negros e pobres e de suas famílias. “Genocídio da população preta, pobre e periférica” ou “guerra à periferia” são os significantes escolhidos por movimentos sociais e grupos militantes para definir o estado de coisas sobre a violência urbana nos grandes centros, da qual a violência de Estado é componente fundamental.

Resistências seguidas de morte são situações nas quais a polícia é autora de um homicídio cujo estatuto de crime não é reconhecido. Seja por iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, seja por iniciativas legislativas, desde 2012 tenta-se abolir a denominação “resistência seguida de morte” ou “auto de resistência” afim de se combater a omissão do sistema de justiça diante dos homicídios cometidos pela polícia, garantindo que o devido processo legal seja respeitado nesses casos. Contudo, optei por manter a categoria inalterada nesse estudo, por considera-la importante para a análise da experiência dos familiares dos mortos. Quando um policial mata e alega legítima defesa, a ocorrência é registrada atualmente na delegacia de polícia como morte decorrente de intervenção policial, ou apenas resistência seguida de morte. Em São Paulo, a partir dos autos de processos com os quais tive contato, a ocorrência é registrada na delegacia co-

mo crime de resistência (previsto no artigo 329 do Código Penal¹), cometido por aquele que morreu, podendo estar ou não vinculado a outros crimes, como roubo. Há vezes nas quais o homicídio cometido nem chega a ser registrado na delegacia de polícia. Quando o é, é combinado com a “exclusão de ilicitude” por legítima defesa (artigo 23 do Código Penal), forma jurídica que indica que, apesar de tratar-se de uma morte, não se trata de um crime, mas sim cumprimento do seu dever legal do policial, que agiu da forma como agiu para assegurar a lei². O morto, portanto, é registrado como autor de um ou mais crimes na delegacia. Dessa forma, casos de resistência seguida de morte partem da premissa de que o assassinado provocou a própria morte, por ser um “bandido”. É o que Michel Misse descreve como “sujeição criminal”, lógica subjacente aos casos de resistência seguida de morte, a partir da qual as mortes cometidas pela polícia são justificadas. A construção de uma identidade criminal a ser conferida ao morto é elemento central dessa justificação. Essa identidade, ser “bandido”, suplanta a existência de um homicídio e o autoriza, o normaliza. Sem crime, não há responsável a ser punido. Na verdade, os policias aparecem como vítimas nas situações de resistência seguida de morte.

A escolha por abordar os familiares das vítimas fatais da polícia como sujeitos dessa investigação se deve ao fato de que a violência, seja ela de Estado ou não, afeta profundamente a vida não só daqueles diretamente atingidos (as vítimas diretas), mas também seus familiares, amigos e comunidades como um todo (as vítimas indiretas). Os documentos internacionais que tratam dos direitos das vítimas, como a Declaração dos Princípios Fundamentais para Justiça a Vítimas de Crimes e de Abuso de Poder (resolução das Nações Unidas 40/34 de 1985), bem como os Princípios e Diretrizes Fundamentais para o Direito a Reparação a Vítimas de Graves Violações de Tratados de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário (resolução das Nações Unidas 60/147 de 2006) deixam claro esse ponto. Definem vítima como:

¹ Em seu inteiro teor no Código Penal: “Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm

² Consta no Código Penal da seguinte forma:

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - em legítima defesa; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(...) as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado-membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder. (...) O termo “vítima” também inclui a família imediata e dependentes da vítima direta, bem como pessoas que sofreram qualquer tipo de prejuízo assistindo às vítimas ou prevenindo a vitimização (Organização das Nações Unidas, 2006, p. 5)

Os familiares são certamente aqueles mais intensamente afetados pela violência fatal e que merecem atenção especial do corpo social como um todo, dada a intensidade dos danos psíquicos e sociais que lhes são causados. Dessa forma, são atores privilegiados para testemunhar uma catástrofe do nosso tempo presente, não menos grave, talvez nem menos ampla, que tantas outras catástrofes do último século. São atores privilegiados para testemunhar sobre a dimensão e significados da opção por políticas de segurança fundamentadas numa lógica de “caça a bandidos” (Adorno & Pasinato, 2010), cujo resultado mais evidente é o extermínio de grupos sociais específicos (Misse, 2011). Toda catástrofe retorna na forma de testemunho, modalidade por excelência de contraposição à violência traumática oriunda de formas históricas de dominação. Nas palavras de Endo (2009):

Dar a própria versão dos fatos, perseguir o acontecido, revela um esforço em publicizar a dor, buscando um reconhecimento e reparação coletivos e públicos. Desconcentra-se, assim, do âmbito privado, a inteligibilidade daquilo que tem sua gênese na convivência com formas públicas degradadas geradoras de desconfiança, ódio e anseios de vingança diante da demanda urgente por justiça.

Testemunhos tem o papel de devolver ao mundo social aquilo que lhe pertence, denunciando a responsabilidade coletiva pelas atrocidades cotidianas que perpassam a vida desses sujeitos. E os testemunhos sobre a catástrofe social que é a letalidade policial não são poucos. Grupos de afetados, tais como Mães de Maio, de São Paulo, Mães de Acari e Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, do Rio de Janeiro, tem sido porta-vozes frequentes dessa modalidade de sofrimento social da qual falo aqui. Apesar disso, pesquisas bibliográficas sobre o tema que empreendi indicam que, no contexto acadêmico, ainda há uma grande lacuna no que diz respeito as consequências psicológicas da vitimização por mortes violentas em geral. Não por acaso convencionou-se chamar as vítimas indiretas, tal como na obra de Gláucio Soares e colegas (2006), por “vítimas ocultas” da violência. Ainda não contamos no Brasil com um campo de pesquisa tão sistematizado quanto necessário para compreender a dimensão pro-

priamente psicológica das mortes violentas, deixando assim uma série de questões em aberto. No país que tem o maior número absoluto de homicídios dentre todas as nações, por consequência, um dos maiores números de familiares afetados, a carência de acúmulo de pesquisas sobre o tema me parece problemática. Se ainda temos um campo de conhecimento incipiente sobre vitimização indireta em geral, creio que esse campo é ainda mais restrito quando diz respeito à vitimização indireta pela letalidade policial.

Após o homicídio, familiares se veem obrigados a lidar com uma longa trajetória em busca de verdade e justiça, que envolve, necessariamente, o contato com o sistema de justiça criminal. Nessa trajetória, manterão uma intensa relação com delegados, investigadores, promotores, juízes e servidores do sistema de justiça criminal. Conforme esse estudo avançava, foi precisamente essa dimensão da experiência dos familiares que se apresentou como recorte de pesquisa, a ser aprofundado. É verdade que compreender a experiência psíquica desses familiares não permite que se restrinja demasiadamente o olhar. Muitas são as dimensões da vida de um sujeito implicada na experiência do traumático, do colapso psíquico. Diversos estudos reconhecem a dimensão individual, interpessoal, familiar, econômica, comunitária, entre outras, como mediadoras das repercussões psicológicas da exposição à violência (Sousa, 2013). Concordo com esses estudos. Para mim, contudo, tornou-se essencial compreender melhor justamente esse aspecto, a relação entre sujeito e sistema de justiça criminal diante de das mortes que a polícia comete, buscando como essa relação incide no sofrimento psíquico. Como já adiantei, veremos que tal relação é marcada pela violência judicial. Normalmente definida por “vitimização secundária”, revitimização ou retraumatização pela literatura acadêmica (Kamimura & Schilling, 2010; Correia & Vala, 2003), consiste na negação das necessidades e direitos de vítimas de violência pelas instituições responsáveis pelo controle social. No contato das vítimas com operadores do sistema de justiça criminal, elas, ao invés de encontrar acolhimento e respeito, encontram ainda mais violência.

A opção pelo termo por violência judicial nesse estudo, ao invés do termo mais comum, vitimização secundária, tem duas razões: em primeiro lugar, vitimização secundária não parece denotar explicitamente o agente dessa violência, algo que ao longo desse estudo foi se tornando importante para mim. Nomear tal agente tornou-se forma de trazê-lo à luz e reconhecer a violência que se comete. No campo de debates da violência policial, muito criticamos essa polícia violenta que é a Polícia Militar (nesse estudo, abordarei apenas a Polícia Militar do Estado de São Paulo). Contudo, creio eu, direcio-

namos menos críticas ao sistema de justiça criminal, tão responsável quanto a polícia pela produção dessas mortes e do sofrimento a elas associado. É verdade que não faltam críticas à forma como esse sistema é atravessado pelo racismo e pela violência contra a população das classes populares. Para mim, porém, tornou-se essencial pensar como o sofrimento oriundo da violência da polícia só é possível de ser abordado mediante os destinos que essas mortes encontram no sistema de justiça. Em segundo lugar, vitimização secundária, tradicionalmente, dá maior peso a apenas um dos componentes da violência judicial, que é o tratamento que familiares recebem no interior do sistema de justiça. Em minha leitura, deixa de lado um aspecto essencial: as decisões tomadas no interior desse sistema. Em outras palavras, os resultados concretos das deliberações dos atores que o compõe. Casos de letalidade policial encontram quase sempre o mesmo destino no sistema de justiça criminal: a impunidade³. A impunidade representa, no li-

³ Não pretendo me aprofundar na extensa discussão sobre se a punição de policiais assassinos contribuiria para o fim das execuções. Para que não fique dúvidas, sou favorável a devida punição desses assassinatos. Porém, por ética intelectual, devo apontar que não creio que meu estudo permita tecer conclusões a esse respeito, sendo esse uma questão muito mais sociológica que psicológica, fugindo, portanto, ao escopo desse trabalho. Posso apenas tangenciar a questão na medida em que se mostra relevante para os sujeitos abordados por esse estudo. Para eles, para o sofrimento que manifestam e as demandas que articulam, a ausência de justiça figura como algo bastante problemático, um buraco simbólico do qual o sujeito custa (se é que consegue) sair. Teremos espaço mais adiante para discutir essa questão. Sobre punição penal e comportamento criminoso, há pelo menos duas posições consolidadas que conheço e que precisam ser mencionadas: a posição majoritária, vinda da Justiça de Transição, que preconiza a devida persecução penal a perpetradores de violações de direitos humanos como elemento essencial da consolidação do Estado Democrático de Direito, de forma que a primeira é condição necessária e indispensável para o segundo; e a posição minoritária, vinda sobretudo da Criminologia Crítica, que aponta o caráter inexoravelmente ideológico do direito penal e do sistema de justiça que o concretiza, irremediavelmente a serviço dos interesses das elites econômicas, de forma que a) não há evidência para se crer que esse sistema será algum dia instrumentalizado para a punição dos crimes cometidos em nome dessas elites, como é o caso da violência policial e b) mesmo que o fosse, mesmo que perpetradores fossem devidamente punidos de acordo com a lei, além de ser algo provavelmente residual (como no caso que abordaremos nesse estudo), as sanções penais, das quais a prisão é o standard principal, tal como é estruturada (individualizante e alienante), é incapaz de produzir transformação social, incapaz de alterar a estrutura que causa, em última análise, tais violações. Haveria ainda uma terceira posição, não tão consolidada como as duas que menciono, que defende a necessidade de punição daqueles que detém o poder e nada fazem para interditar essa prática violenta, quando não a incentivam explicitamente.

mite, a negação da busca por justiça e é construída paulatinamente nesse longo processo decisório-burocrático que é o processo penal. Ou seja, as decisões da “justiça” me parecem tão importantes quanto o tratamento recebido que os operadores destinam a esses familiares. A essas duas dimensões – o tratamento e as decisões – que estou nomeando aqui violência judicial. Poderia ainda mencionar uma terceira razão para não utilizar a noção de revitimização ou retraumatização. Elas são incompatíveis com a leitura psicanalítica do trauma que abordo nesse estudo, formulada por Sandor Ferenczi. Não há um trauma anterior a ser reproduzido pelo sistema de justiça, tornado aqui ator secundário. O traumático, na acepção que mobilizo em meu estudo, é fundado justamente pela intersecção dos diversos atores do sistema de justiça criminal, e não apenas pela polícia. Falaremos mais sobre isso no decorrer desse texto.

O papel da violência judicial para a saúde mental dos familiares é o objeto de análise nessa investigação. A violência judicial é, no limite, o mecanismo primeiro pelo qual familiares verão a negação do Estado em reconhecer os crimes e seus danos. Verão também negados a si, ao mesmo tempo, os recursos psíquicos e simbólicos para lidar com seu sofrimento. Tomo aqui nesse estudo a performance do sistema de justiça criminal como indicador da forma como nossa sociedade como um todo lida com os sujeitos dessas mortes: como indignos de vida (Zaconne, 2015). Não há letalidade policial desconectada de sua legitimação por promotores e juízes; não há, tampouco, violência policial que não encontre lastro num suporte social amplo, calcado num substrato afetivo coletivo de tolerância e de apoio a ocorrência dessas mortes (Caldeira, 2000; Endo, 2005).

Esse estudo chegou até a violência judicial a partir de sua inspiração na psicanálise. Eu integro o coletivo Margens Clínicas desde sua fundação, em 2012. O Margens é um coletivo clínico-político formado por psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e outros profissionais que se reuniu para oferecer atendimento psicológico gratuito a vítimas de violência do Estado como forma de defender a necessidade de reparação integral desses sujeitos violentados. A reparação devida àqueles e àquelas cujos direitos fundamentais foram violados precisa compreender as mais diversas dimensões da vida desses sujeitos que foram afetadas pela violência para ser efetiva. Dentre esses componentes, localizamos a reparação psíquica, conceito que aponta para a importância da assistência psicológica e em saúde mental para afetados pela violência estatal. O Margens Clínicas defende a importância da efetivação de políticas reparatórias como uma das formas do

combate à violência do Estado na democracia. Tanto quanto ao valor histórico, para a sociedade, quanto ao valor subjetivo, para o paciente, defende ser fundamental que o Estado se responsabilize pela reparação integral das vítimas que produz. Desde 2016, além dos atendimentos a vítimas de violência policial, o Margens Clínicas desenvolve a Clínica do Testemunho nas Margens e é um dos Centros de Estudos em Reparação Psíquica, ambos parte do programa Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia⁴.

Um dado histórico sobre a fundação desse coletivo é importante. Uma das motivações para que nos organizássemos enquanto coletivo foi a demanda por atendimento psicológico feita por movimentos de familiares de mortos pela polícia. Mesmo anos depois das mortes, esses sujeitos demandavam atendimento por ainda carregar um sofrimento muito intenso, marcas profundas da violência sofrida. Até hoje o Margens Clínicas recebe encaminhamento de familiares de mortos pela polícia de diversas origens, sejam instituições públicas que também lidam com o problema, sejam de outros coletivos ou pessoas que conhecem o trabalho desse grupo, para os quais são oferecidos atendimentos gratuitos, individuais ou grupais. Desde a fundação desse coletivo, portanto, deparo-me com a questão dos impactos psíquicos da violência policial e da violência judicial.

Nas falas de pacientes, ficou evidente o papel do sistema de justiça criminal como operador fundamental do sofrimento psíquico desses familiares. Quanto mais recente era a morte de um familiar dos sujeitos que eu recebia em meu consultório, mais intenso e difícil era essa relação com a “justiça” e a “verdade”, e mais indignados os familiares se apresentavam diante da falta de respostas do poder público. A “dor da perda” e a “dor da injustiça” são significantes frequentes nas falas desses sujeitos que denotam como a sofrimento causado pelo assassinato de um familiar por um policial ganha contornos específicos, quando comparadas à violência letal em geral. Quando o Estado é o agente dessa violência, a dor é dupla. Os familiares vivem uma “dupla morte”, tanto física como social, atualizada indefinidamente pela negação sacramentada pelo sistema de justiça. Falarei nesse estudo de uma “outra segunda morte”, que chamo de morte psíquica do sujeito enlutado.

⁴ Confira mais informações em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho>

Minha tarefa como profissional, assim como a tarefa do Margens Clínicas enquanto coletivo, foi buscar alguma inteligibilidade psicanalítica para compreender a intrincada relação entre sofrimento, justiça criminal e a ausência de reconhecimento que se verifica nos casos de resistência seguida de morte. Foi assim que me interessei por Ferenczi e sua teoria do trauma, por sua noção de desmentido e toda a abertura que essa ideia representa, no interior da própria psicanálise, para a interpretação da violência. Para ele, o centro da experiência traumática reside menos na exposição à violência em si (apesar de não poder prescindir dela), mas nos destinos sociais dessa experiência: não-validação do sofrimento e a vulnerabilidade no campo simbólico intersubjetivo. Em minha experiência, a discussão do sofrimento dos familiares dos mortos pela polícia costuma se dar a partir de uma ideia de luto impossível. Este estudo seguiu caminho diverso. É certo que não podemos negar a importância das teorias sobre o luto quando falamos da violência vivida, de mortes violentas, porém, conforme me aprofundava nas pesquisas sobre o tema e na escuta dos sujeitos, foi a dinâmica do traumático que se apresentou como predominante, evidenciando algo que desde o princípio era intuído: os familiares de mortos pela polícia são eles mesmos violentados. Não em seu corpo (as vezes sim), mas uma violência simbólica capaz de produzir o traumático. Quando falamos da violência judicial, creio que os limites violência direta e indireta, e entre vítimas diretas e indiretas, são borrados, quase que tornados secundários. Qual o paralelo possível entre a violência judicial e o desmentido ferencziano e como isso se apresenta na experiência concreta de escuta desses familiares foram as perguntas que nortearam esse trabalho. Contudo, esse não é um trabalho com foco teórico, portanto, o leitor interessado na teoria psicanalítica encontrará aqui mais uma aplicação da teoria de Ferenczi que um estudo detalhado sobre o pensador húngaro.

Apresentarei, no capítulo um, dados disponíveis sobre resistências seguidas de morte no Estado de São Paulo. Os dados indicam como essa prática mascara execuções cometidas pela polícia. No capítulo dois, introduzirei ao leitor pesquisas sobre como familiares de pessoas mortas em situações violentas reagem às mortes. Apresentarei as teorias sobre o trauma de Freud e Ferenczi que orientaram a construção do presente estudo. Foi a inspiração na psicanálise que me levou a adotar o recorte que apresento ao leitor: as experiências dos familiares com o sistema de justiça criminal como contexto a partir do qual o sofrimento psíquico pode ser mais bem compreendido. Para avançar nessa pro-

posta, compreender como a resposta do sistema de justiça criminal a essas mortes se fez necessário. Esses homicídios são pouco ou quase nada investigados. Mesmo diante das muitas suspeitas que essas mortes suscitam, esses homicídios são pouco ou quase nada investigados. A punição penal de policiais é rara, quase inexistente. No capítulo três, aprofundarei o debate sobre as dinâmicas das resistências seguidas de morte dentro do sistema de justiça criminal, que se nega a buscar a verdade dos casos e a oferecer justiça aos vitimados.

No capítulo quatro, apresento entrevistas com duas famílias de São Paulo, feitas a partir de um desenho metodológico construído especificamente para este estudo. Os testemunhos oferecidos por esses familiares são o elemento central desse estudo, a partir dos quais podemos observar como se dá a relação entre sofrimento psíquico e sistema de justiça. Finalmente, nos capítulos cinco e seis, são apresentadas ao leitor as discussões e conclusões possíveis a partir das entrevistas realizadas.

1. Resistências Seguidas de Morte no Estado de São Paulo: Legítima Defesa ou Execução Sumária?

A opção pelo foco nas situações categorizadas como resistências seguida de morte como recorte de pesquisa se deu por seu caráter paradigmático. Seu padrão empírico bastante definido, que vai do assassinato cometido por um agente policial até sua legitimação jurídica, ou, em outras palavras, sua negação social, a coloca como uma espécie de “tipo ideal” da violência de Estado, explicitando como todo o corpo social trata os sujeitos expostos a essa forma de violência. São os sujeitos criminais de Michel Misse (2013), que atualizam a noção de *homo sacer* de Agamben para o contexto brasileiro. São sujeitos matáveis, vidas nuas expostas, sem qualquer proteção, à violência.

Optei pelo uso do termo “resistência seguida de morte” em lugar de categorias mais atuais, como “morte decorrente de intervenção policial”. Resistência seguida de morte, assim como o termo “auto de resistência”, são termos cujo uso vem sendo largamente criticado e talvez até abandonados. A Resolução da Secretaria da Segurança Pública (SSP) n.º 5, de 07 de janeiro de 2013, aboliu a designação “resistência seguida de morte” pela Polícia Civil do Estado de São Paulo e orienta que as mortes cometidas pelos agentes das forças de segurança sejam registradas como “morte decorrente de intervenção policial”. Essa definição eliminaria a suposição de que tal morte teria acontecido num contexto de necessidade e por isso seria justificada, como acontece com a categoria resistência seguida de morte. Na mesma resolução da SSP, ficou proibido o socorro dos feridos pelos policiais, expediente associado a ocultação de provas e alteração do local de crimes cometidos por policiais. Ademais, tramita no Congresso Nacional o PL4471/2012, de autoria do deputado federal Paulo Teixeira, que propõe abolir em todo território nacional a classificação “auto de resistência” e estabelecer normas claras para garantir a devida investigação das mortes cometidas por policiais. Mesmo concordando com as razões pelas quais tal alteração foi proposta, esse estudo optou por utilizar a categoria “resistência seguida de morte”, justamente para preservar os sentidos que ela carrega, fundamentais para os objetivos dessa pesquisa.

Nessa seção, analisaremos a dinâmica dessas mortes quando cometidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Antes de qualquer avanço, são necessárias algumas

breves considerações sobre o uso da força letal pelas forças policiais na ordem democrática. O Estado, na definição de Weber, citado por Adorno (2002), constitui uma relação de dominação de homens sobre seus pares, sustentada por meio do uso da força dentro de determinado território. O Estado moderno se constituiu em parte sustentado a partir da regulação do uso da coerção física, que expropria dos particulares o direito de recorrer a ela como mecanismo de resolução de conflitos – o monopólio estatal da violência, que autoriza apenas o próprio Estado a lançar mão violência como forma de garantir o poder. A violência coercitiva é, portanto, constitutiva do poder estatal, sendo o recurso a ela entendido como legítimo somente quando observadas certas regras definidas pelo conjunto da sociedade e positivadas pelo Direito. As instituições policiais são parte dos mecanismos estatais para o exercício do monopólio da violência, usada para garantir a lei e o poder estatal em situações de conflito social. Para tais fins, mesmo a força letal pode ser aceitável, não existindo vedação completa ao direito de matar. O uso da força letal se justifica, do ponto de vista normativo, desde que obedecidos certos parâmetros, como o princípio da proporcionalidade e da necessidade⁵, quando, no caso da violência letal, significa única e exclusivamente proteger a vida do policial ou de um terceiro ameaçado, dentro do estrito cumprimento do seu dever legal (Bueno, 2012; Anistia Internacional, 2015). O direito à vida, portanto, não é um valor absoluto no Estado democrático. Consiste num campo pleno de tensões e disputas políticas. O monopólio estatal da violência física, conforme observa Elias, citado por Adorno (2002), é uma invenção social ambivalente. Uma linha tênue separa legítimo e arbitrário, o monopólio da violência como meio de pacificação da sociedade e do uso do poder de vida e morte para fins de opressão e dominação.

1.1 A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)

Começo com uma breve caracterização da instituição que é foco dessa seção. A segurança pública é, segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” e regulada pelo seu artigo 144. Compete as polícias militares preservar a ordem pública de forma preventiva e repressiva. A CF

⁵ Proporcionalidade é um dos princípios constitucionais que regem todo o ordenamento jurídico e expressa a ideia da adequação e necessidade dos meios empregados para os fins pretendidos.

define a competência das polícias militares, segundo a qual cabe a elas a função de “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”⁶. Conforme definição da própria PMESP, polícia ostensiva é “a polícia uniformizada, fardada e identificada, tanto para coibir o crime pela simples ação de presença, bem como reprimi-lo tão logo ele aconteça na atividade de policiamento”⁷. Além do policiamento ostensivo, a PMESP ainda realiza o policiamento ambiental, de trânsito, conta com um grupamento de radiopatrulha aérea e é responsável pelo Corpo de Bombeiros.

As polícias militares estaduais são “forças auxiliares e reserva do Exército e são subordinadas aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”⁸. O posto máximo da instituição é o Comandante-Geral, escolhido dentre os oficiais de mais alta patente das próprias fileiras da instituição. É escolhido pelo secretário da segurança pública, que assessora o governador do estado. O grau hierárquico máximo que um policial militar pode atingir é o posto de coronel PM, hierarquia inferior à hierarquia máxima do exército. O símbolo da corporação é um brasão-de-armas, constituído, entre outros elementos, pelo tema “Lealdade e Constância” e por 18 estrelas que representam marcos históricos da corporação. Dentre as estrelas há referências a atuação da PMESP no desmonte revoltas internas, como Canudos (8ª estrela), na repressão de greves operárias, como a greve de 1917 (10ª estrela) e pelo apoio ativo a golpes de estado, tal qual o golpe de 1930 (14ª estrela) e o golpe civil-militar de 1964 (18ª e última estrela).

A segurança pública é um dos maiores orçamentos do rico estado de São Paulo. Daí, podemos deduzir sua importância para a governança e disputas políticas do estado. O orçamento da Secretaria da Segurança Pública (SSP) foi da ordem de pouco mais de 20 bilhões e 400 milhões de reais para o ano de 2015⁹. No mesmo ano, o Governo do Estado previu uma receita total de 204 bilhões e 800 milhões de reais; desses, 61 bilhões se destinam à Administração Geral do Estado; 30 bilhões à Secretaria da Fazenda; 28 bilhões à Secretaria da Educação; 27 bilhões à Secretaria de Seguridade Social; 14 bilhões

⁶ Artigo 144, § 5º da Constituição Federal de 1988.

⁷ Disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/inicial.asp>. Acessado em 21 de Julho de 2015.

⁸ Artigo 144, § 6º da Constituição Federal de 1988.

⁹ Governo de São Paulo, lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2015. Disponível em http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/orcamento/orcamento2015.pdf. Acessado em 21 de Julho de 2015.

à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Inovação e Tecnologia e 10 bilhões são destinados à Secretaria de Transportes Metropolitanos. A SSP é, portanto, o 5º maior orçamento do governo do estado e consumiu 9,97% das receitas estaduais no ano de 2015.

Dos recursos da SSP, ainda segundo a Lei de Orçamento, 0,4% são destinados ao Corpo dos Bombeiros; 3,6% à Polícia Técnico-científica; 21,5% para a Polícia Civil e 66,9% à Polícia Militar, cujo orçamento previsto para 2015 foi de mais de 13 bilhões e 600 milhões de reais. A Polícia Militar sozinha detém orçamento maior que muitas secretarias estaduais inteiras. Ainda, para fins comparativos, para o mesmo ano, vemos que o Poder Judiciário teve previsão orçamentária de 9 bilhões e 400 milhões de reais, o Ministério Público Estadual de 1 bilhão e 800 milhões de reais, enquanto a Defensoria Pública do Estado teve previsão de 746 milhões de reais.

Do orçamento da PMESP, mais de 12 bilhões foram gastos com salários e encargos sociais de policiais. O investimento na capacidade repressiva da instituição é elevado: 182 milhões foram destinados ao reaparelhamento da polícia, na compra de veículos, armamento e outros equipamentos policiais, ainda segundo a mesma lei. Sem desconsiderar a distinta natureza dos gastos, chama atenção, dentro do que é possível identificar observando a Lei de Orçamento, cerca de 30 milhões seriam investidos na capacitação dos policiais militares e, para o programa de policiamento comunitário, estava previsto um investimento de não mais de 1 milhão e 124 mil reais.

Por óbvio, semelhante orçamento deve ser avaliado diante da magnitude da instituição. São Paulo tem a polícia militar mais numerosa do país. Segundo informação do Governo do Estado, publicada pelo decreto 61.177 de 2015¹⁰, o efetivo da PMESP no ano de 2015 era composto por 93.799 membros, dentre eles, 5.480 eram oficiais (5,8%) e 88.319, praças (94,2%). Entretanto, não são preenchidos todos os postos disponíveis: segundo dados do Governo do Estado publicados pelo jornal Folha de São Paulo, em 31 de dezembro de 2014 haviam 7.646 cargos vagos na instituição e 86.164 policiais ativos¹¹. Em matéria de junho de 2015, segundo informações do Secretário de Segurança

¹⁰

Disponível

em

http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/GatewayPDF.aspx?link=/2015/executivo%20secao%20i/marco/20/pag_0001_D715GGDFK4AFFeD2LRQ7KJ964GN.pdf. Acessado em 21 de Julho de 2015.

¹¹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1642135-efetivo-da-pm-encolhe-no-ano-em-que-sp-bate-recorde-de-assaltos.shtml>. Acessado em 21/07/2015.

Pública de então, veiculadas pelo portal G1, havia uma defasagem de 10% no efetivo policial militar do estado¹².

A carreira policial militar se divide em duas categorias fundamentais. O Quadro de Praças da Polícia Militar (QPPM) é composto por policiais com funções operacionais, que podem ocupar postos hierárquicos entre soldado e subtenente. O Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) é composto pelos gestores da corporação – comandantes, chefes, instrutores, diretores – e por técnicos, como profissionais de saúde; oficiais podem ocupar postos entre 2º tenente e coronel. As hierarquias assemelham-se às patentes do exército, excluído o posto de general. Também como nas forças armadas, entre praças e oficiais há uma rígida distinção hierárquica. A entrada na corporação acontece de forma diferente para esses dois quadros: enquanto o oficialato frequenta o Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Barro Branco¹³, os praças fazem o Curso de Formação de Soldados. Não há mobilidade entre as categorias, ou seja, um praça não pode se tornar oficial, a menos que seja aprovado em novo concurso público. Tão logo completadas as formações, os policiais passam a integrar a patente mais baixa de seu quadro (Neme, 1999, pp. 24-6).

O efetivo da PMESP é majoritariamente masculino. Em 2011, segundo a Pesquisa Perfil da Secretaria Nacional de Segurança Pública, as mulheres compunham apenas 10% da corporação (SENASP, 2013, p. 53). Não encontrei informações precisas sobre distribuição racial dos policiais. A maioria dos policiais militares possuíam, em 2011, ensino médio completo (49.714), superior incompleto (9.426) e superior completo (18.119) (SENASP, 2013, pp. 140-1). Quanto aos oficiais, a Academia de Polícia Militar do Barro Branco confere o título de Bacharel em Ciências Policiais, que equivale a um curso de ensino superior. A remuneração bruta de um soldado (primeiro posto dos praças) era de R\$3091,00 em 2012; dos tenentes (primeiro posto dos oficiais) era de R\$6.200,40, enquanto a remuneração informada dos coronéis policiais militares chegava a R\$12.201,63 (SENASP, 2013).

¹² Disponível em <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/06/pm-em-sp-tem-deficit-de-10-e-efetivo-sera-completo-ate-2016-diz-secretario.html>. Acessado em 21/07/2015.

¹³ “Trata-se de um curso superior (3º grau) com duração de 4 anos oferecido pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, localizada na cidade de São Paulo. Cursos de especialização, também oferecidos pela Polícia Militar, são exigidos para ascensão na carreira além do posto de capitão” (Neme, 1999, p. 26).

A PMESP tem efetivo significativamente superior ao das outras polícias do Estado. Usaremos dados de 2012 para possibilitar comparações. Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2012, haviam 88.772 policiais militares no Estado de São Paulo, dentre eles 5,8% oficiais. No mesmo ano, haviam 33.591 policiais civis, sendo 9,9% delegados. Ainda, no mesmo ano, haviam 26.657 guardas municipais distribuídos pelas cidades com mais de 100 mil habitantes do estado. A PMESP é, portanto, 2,6 vezes maior que a polícia civil em termos de efetivo e 3,3 vezes maior que as guardas municipais somadas. Se somadas todas as polícias estaduais (com exceção da Polícia Científica), temos uma taxa de 313 policiais por 100 mil habitantes no estado de São Paulo para o ano de 2012. Considerada só a PMESP, temos uma taxa de 211 policiais militares para cada 100 mil habitantes.

1.2 Quando a Polícia Militar Mata¹⁴

Nessa seção, quero apresentar uma leitura de dados e discussões que nos guiarão nas análises sobre as mortes que a Polícia Militar perpetra. Três são os critérios quantitativos tradicionalmente aplicados para a avaliação do uso da força letal: 1) a razão entre civis mortos e policiais mortos; 2) a razão entre civis feridos e civis mortos pela polícia; e 3) a proporção de civis mortos pelas polícias em relação ao total de homicídios dolosos (Loche, 2010; Bueno, 2014). Segundo Loche (2010), a esfera normativa não é suficiente por si só para se estabelecer um corte preciso entre uso abusivo e uso legal da prerrogativa de matar, de forma que os critérios empíricos são baliza fundamental para se estabelecer uma compreensão mais apurada sobre essas mortes.

O primeiro critério parte da premissa segundo a qual se há um número muito maior de civis mortos do que de policiais, pode-se levantar suspeita sobre os alegados confrontos armados com criminosos, utilizados como justificativa para o emprego da força letal. Nesse caso, mortes classificadas como resistência seguida de morte poderiam estar mascarando o que são, na verdade, execuções sumárias. Dada a dinâmica de confrontos armados, seria de se esperar que morressem, nesses confrontos, um número não tão discrepante entre de policiais e não-policiais. Não há consenso sobre quais seriam as pro-

¹⁴ Subtítulo que parafraseia o título do livro de Michel Misse, *Quando a Polícia Mata: homicídios por atos de resistência no Rio de Janeiro*, referência fundamental para esse estudo.

porções aceitáveis entre mortos civis e mortos policiais: i) o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), uma instituição policial, sugere a proporção de 12 civis mortos para cada policial morto como o limite do aceitável; ii) Chevigny (1991) citado por Bueno (2014) sugere que quando essa proporção é maior do que 10, haveria abuso do uso da força; iii) Cano (1997), por sua vez, indica como limiar entre intervenção legal e intervenção ilegal a proporção de 4 civis assassinados para cada policial morto.

Os dados disponíveis apontam que, ano a ano, há desproporcionalmente mais mortos civis que mortos policiais, como expresso na **Tabela 1 – Relação entre civis e policiais mortos em confronto**. Serão analisados aqui apenas dados sobre mortes de responsabilidade da Polícia Militar, interesse da atual investigação.

Tabela 1 – Relação entre civis e policiais mortos em confronto em São Paulo (1990-2012)

Ano	Civis mortos pela polícia (A)	Policiais mortos (B)	Razão A/B
1990	585	13	45:01
1991	1.140	78	15:01
1992	1.470	59	25:01
1993	409	47	09:01
1994	453	25	18:01
1995	500	23	22:01
1996	239	32	07:01
1997	253	26	10:01
1998	299	31	10:01
1999	371	44	08:01
2000	524	33	16:01
2001	385	40	10:01
2002	541	42	13:01
2003	868	19	46:01
2004	623	25	25:01
2005	297	22	14:01
2006	510	29	18:01
2007	391	28	14:01
2008	392	19	21:01
2009	524	16	33:01
2010	495	14	35:01
2011	437	16	27:01
2012	546	14	39:01

Fonte: Caldeira (2000) e Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo citado por Bueno (2014).

Caso adotemos o critério mais rigoroso, proposto por Cano (1997), pode-se considerar que, desde 1990, o número de civis mortos pela polícia militar não corrobora a hipótese de legítima defesa. Mesmo nos anos 2000, década a partir da qual os homicídios no estado de São Paulo começaram a diminuir consistentemente (indicador de que a criminalidade violenta perdia sua força), a discrepância entre civis e policiais mortos se intensificou, enfraquecendo o argumento de que essas mortes são motivadas principalmente pelo recrudescimento da violência do crime. Por outro lado, mesmo os critérios mais tolerantes com as mortes perpetradas em intervenções policiais apontariam que, no estado de São Paulo, a ação da polícia militar é problemática. A razão entre mortos civis e mortos policiais só é menor que 12:1 poucas vezes na história, mais precisamente nos anos de 2001, entre 1996-1999¹⁵ e 1993¹⁶.

Policiais são treinados para usar a força como *ultima ratio*, tal como preconizam normas internacionais que regulam o uso da força pelas polícias (Organização das Nações Unidas, 1990). São orientados a atirar somente em último caso e com a finalidade primeira de imobilizar ou incapacitar suspeitos. Seu papel é preservar vidas, por isso o uso da força deve ser proporcional à seriedade da ameaça, objetivando, tanto quanto possível, minimizar lesões e, acima de tudo, proteger a vida. Dessa forma, seria de se esperar que uma ação de policiais que preze pelo respeito à vida dos suspeitos produza mais pessoas feridas do que mortas. A evidência empírica contradiz essa premissa e demonstra que policiais sistematicamente matam mais do que ferem, conforme se pode verificar na **Tabela 2 – Comparação entre civis mortos e feridos pela PMESP**. Em apenas 5 anos, dentre toda a série histórica, o número de mortos não excedeu o número de feridos, de certa forma ignorando as expectativas sobre seu papel na preservação da vida.

¹⁵ Coincidentemente, esse período corresponde ao governo de Mario Covas do PSDB (1995-2001). Covas é reconhecido por ser sensível às questões de direitos humanos, assim como o foi Franco Montoro, na primeira metade da década de 1980.

¹⁶ Alguns estudos apontam o impacto da repercussão do Massacre do Carandiru nas taxas de letalidade policial no estado de São Paulo, razão pela qual a taxa de letalidade sofreu redução drástica entre 1992 e 1993. O governador então Luiz Antônio Fleury Filho, responsável pela implementação de uma política de segurança pública de caça a bandidos, foi obrigado a substituir seu secretário da segurança pública após múltiplas pressões da sociedade civil e movimentos em defesa dos direitos humanos. O substituto de Pedro Franco Campos, à frente da pasta em 1992, foi Michel Temer, cuja agenda contatava com ações para o controle da letalidade policial no estado (Bueno, 2014).

Tabela 2 – Comparação entre civis mortos e feridos pela PMESP (1990-2012)

Ano	Civis mortos	Civis feridos
1990	585	251
1991	1140	-
1992	1470	317
1993	409	-
1994	453	331
1995	500	312
1996	239	287
1997	253	275
1998	299	342
1999	371	298
2000	524	298
2001	385	357
2002	541	373
2003	868	594
2004	623	476
2005	297	406
2006	510	383
2007	391	372
2008	392	322
2009	524	351
2010	495	316
2011	437	318
2012	546	366

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo citado por Bueno (2014). Para os anos de 1991 e 1993, os dados sobre feridos não estavam disponíveis.

O terceiro e último critério comumente empregado para aferir o uso da força letal pela polícia consiste em comparar a quantidade de pessoas mortas pelas polícias com o número absoluto de homicídios dolosos praticados nos mesmos períodos, como feito na **Tabela 3 – Relação entre mortos pela polícia e total de homicídios no estado de São Paulo**. Quando o percentual de pessoas mortas em intervenções policiais corresponde a uma grande proporção dos homicídios dolosos ocorridos no mesmo período, infere-se que a polícia pode estar matando de forma ilegal (Loche, 2010).

Tabela 3 – Relação entre mortos pela polícia e total de homicídios no estado de São Paulo (1990-2012)

Ano	Mortos pela polícia	Homicídios (SP)	%
1990	585	9517	6,1
1991	1140	9691	11,8
1992	1470	9027	16,3
1993	409	9219	4,4
1994	453	9995	4,5
1995	500	11566	4,3
1996	239	10447	2,3
1997	253	10567	2,4
1998	299	11861	2,5
1999	371	12818	2,9
2000	524	12638	4,1
2001	385	12475	3,1
2002	541	11847	4,6
2003	868	10954	7,9
2004	623	8753	7,1
2005	297	7076	4,2
2006	510	6057	8,4
2007	391	4877	8
2008	392	4432	8,8
2009	524	4564	11,5
2010	495	4320	11,5
2011	437	4192	10,4
2012	546	4385	12,5

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo citado por Bueno (2014).

Como é evidenciado pelo teste empírico, policiais militares são responsáveis por uma parcela significativa dos homicídios em São Paulo. Enquanto o número de homicídios no estado decresceu significativamente a partir de 2003, as mortes por intervenção policial permaneceram estáveis, com pouca oscilação entre o início e o final da década de 2000, chegando mesmo a aumentar. Como se verifica na tabela 3, a proporção entre mortos pela polícia e homicídios, que chegou a 16% em 1992, ano do Massacre do Carandiru, continua superior aos 10% no início presente década, sendo que essa proporção apresenta tendência crescente desde pelo menos o início dos anos 2000.

Nenhum dos critérios apontados acima são, isoladamente, considerados suficientes para aferir abusos e excessos da polícia militar do Estado de São Paulo. Entretanto,

quando considerados em conjunto, fortalecem a percepção de que a violência empregada pelas forças policiais extrapola sua finalidade legal - a garantia e restauração da ordem pública, voltando-se com frequência contra a própria sociedade. A inferência, a partir dos dados, da opção de matar ao invés de conter e prender suspeitos e da existência de execuções sumárias e extrajudiciais como prática enraizada no sistema policial não me parece equivocada.

Outro indicador da desproporcionalidade da ação letal da polícia é o fato dela não se distribuir homogeneamente pelos diferentes grupos sociais. Sinhoretto & colaboradores (2014), em estudo sobre o perfil daqueles que foram alvo da letalidade das polícias, a partir de dados da Corregedoria das Polícias do Estado de São Paulo para anos entre 2009 e 2011, verificou que negros possuem 3 vezes mais chances de serem mortos pela polícia militar quando comparados a brancos. A taxa de negros mortos pela polícia foi, no estudo citado, de 1,4 por cem mil habitantes, enquanto a taxa de brancos submetidos a ação letal foi inferior, de 0,5 por cem mil habitantes. Quanto aos policiais envolvidos nas mortes, a maioria (79%) é composta por brancos. Sinhoretto demonstra assim que a ação letal da polícia militar é seletiva, tal como o é todo sistema repressivo estatal. Ao ser seletiva, é fortalecido o argumento de que é utilizada de forma abusiva.

Não apenas em qual quantidade e proporção, mas de que forma essas mortes acontecem é outro indicador necessário para balizar nossas conclusões a respeito das mortes cometidas pela polícia militar. Discutiremos esse ponto a partir das informações disponíveis sobre o episódio conhecido como “Crimes de Maio de 2006”, no qual as polícias paulistas mataram oficialmente mais de cem pessoas em casos de resistência seguida de morte, entre os dias 12 e 20 daquele mês. Os Crimes de Maio foram a resultante das imbricadas relações mantidas entre as diversas instituições policiais, do sistema penal e do poder executivo responsáveis pela segurança com facções criminosas. Corrupção, desmandos e negligências operadas há muito nessas esferas, cujo impacto são sentidos na segurança pública ainda hoje, foram explicitados pelos episódios de 2006.

Uma rebelião, envolvendo 74 unidades prisionais entre 12 e 15 de maio, foi deflagrada por lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC) em resposta a uma série de fatores que foram emergindo ao longo dos anos, após investigações de organizações da sociedade civil. Esses fatores eram as condições precaríssimas do sistema prisional paulista; a transferência em massa das lideranças do PCC para o presídio de segurança má-

xima de Presidente Venceslau II; e tentativas de extorsão de Marcola feitas por membros da polícia civil, possivelmente liderados por um delegado de polícia, em 2005, mediante o sequestro de seu enteado. Essa tentativa é apontada como estopim das rebeliões. O governo e a polícia civil chegaram a ter ciência dessa tentativa, porém nada fizeram para investigá-la e punir os envolvidos. Discute-se que o governo sabia dos riscos de retaliações organizadas pela facção criminosa, porém, para evitar desgastes num ano eleitoral, pouco fez para se antecipar.

A rebelião foi acompanhada de ataques a policiais, delegacias e bancos, ônibus queimados supostamente a mando do PCC, que levaram pânico para toda a população do estado. Ficaram conhecidos como “ataques do PCC” e serviram de justificativa para o que seria uma reação das polícias. Os primeiros dias dos ataques foram marcados pela grande quantidade de policiais mortos, principalmente os que estavam de folga. Nos dias seguintes, o padrão se inverteu: verificou-se a escalada das mortes cometidas pela polícia, com poucos policiais feridos, além das mortes de autoria desconhecida contra civis, feitas por grupos encapuzados, para muitas das quais há fundada suspeita de envolvimento de policiais. Um padrão de represália, como apontado por alguns estudos (Laboratório de Análise da Violência, 2008, p. 11). A polícia civil esclareceu boa parte dos casos nos quais as vítimas fatais foram policiais, porém, nos casos com suspeita de envolvimento de agentes públicos, o índice de esclarecimento foi baixíssimo. Passados quase 10 anos dos Crimes de Maio, a maioria das mortes foi arquivada pelo Ministério Público. Até o presente, temos notícia de apenas um policial militar condenado em 2014 por 3 homicídios, o primeiro que foi levado a julgamento¹⁷. O episódio dos Crimes de Maio não cessa de ter desdobramentos, entretanto. Até hoje se discute a ação da PMESP e a conduta das autoridades públicas diante do fato.

Como é praxe em episódios envolvendo violência de Estado, existem dúvidas razoáveis sobre o real número de vítimas nos ataques de Maio de 2006. O número mais frequentemente adotado é o de 493 mortes por armas de fogo ocorridas no período; dentre essas estão pelo menos 43 agentes públicos, a maioria deles policiais militares de baixa patente e agentes penitenciários. Ainda, pelo menos 124 mortes (dentre as 493) aconteceram declaradamente em intervenções policiais. Para muitas das mortes restantes, há

¹⁷ Sobre o julgamento desse policial, confira <http://ponte.org/pm-e-condenado-por-3-assassinatos-dos-crimes-de-maio/>.

apenas a suspeita da participação de policiais (Justiça Global & Harvard International Human Rights Clinic, 2011). Já o Laboratório de Análise da Violência (2008) aponta para 564 mortes por arma de fogo no período, das quais 505 são de civis e 59 de agentes públicos. Nesse estudo, 118 vítimas provenientes de confrontos com a polícia foram identificadas. Não podemos precisar, por enquanto, quantos desses casos são de responsabilidade exclusiva da PMESP, já que outras polícias foram também atuantes nesse episódio, mas assume-se que são a maioria.

A escolha por esse evento deve ao seu caráter emblemático. É ponto de origem do mais importante movimento de familiares que luta contra violência das polícias, em particular, e contra a violência de Estado, em geral – o Movimento Mães de Maio. A grande quantidade de pessoas mortas em um curto espaço de tempo suscitou uma ampla gama de mobilizações, por parte da sociedade civil, para esclarecer os fatos, mobilizações que resultaram numa grande produção de dados e análises, disponíveis em relatórios e estudos. Exploraremos aqui esses dados em detalhe.

Logo após o episódio, uma comissão independente, a pedido do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e sob coordenação do perito criminal Rodrigo Molina de Figueiredo, analisou os laudos das mortes registradas como resistência seguida de morte. A revisão dos laudos necroscópicos concluiu que “entre 60 e 70% dos [124] casos apresentam indícios de execução” (Figueiredo R., 2006, p. 90), ou seja, até 86 dessas mortes poderiam ser, na verdade, homicídios. Um aprofundamento na descrição dessas mortes tal como feita por Molina se mostra relevante para os propósitos desse estudo. Para as 124 mortes das quais o relatório trata, verifica-se que foram feitos 439 disparos, 57 dos quais foram efetuados pelas costas (13% do total). Quase 40% dos disparos foram identificados como tendo sua trajetória de cima para baixo. Cada vítima foi morta com, em média, 3.5 tiros. Na figura 1, estão representados graficamente os locais das lesões causadas por armas de fogo correspondentes aos 124 casos de resistência seguida de morte. Figueiredo aponta para a baixa dispersão dos disparos, ou seja, concentram-se nas regiões vitais, principalmente e por ordem de quantidade, no tórax, abdome e cabeça (Figueiredo R., 2006, p. 95).

Desses dados depreendem-se duas características fundamentais dos eventos ocorridos em 2006: disparos efetuados numa trajetória de cima para baixo foram muito frequentes, o que pode indicar que vítimas já estavam rendidas quando foram alvejadas; e

a concentração dos disparos em zonas vitais, evidências que contradizem a narrativa-padrão conferida pelos policiais autores. A conclusão do relatório é pela incompatibilidade com a versão de confronto armado na maioria dos casos, uma situação de grandes movimentações e distâncias entre os opositores que tornaria semelhantes resultados muito improváveis.

Figura 1 – Croqui cadavérico que representa a baixa dispersão dos orifícios de entrada dos disparos nos casos analisados por Molina (2006, p.95)

Conclusões ligeiramente diversas foram elaboradas por outro estudo, desenvolvido pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV) da UERJ, encomendada pela Conectas Direitos Humanos¹⁸, que analisou boletins de ocorrência e laudos periciais de 564 mortos e 110 feridos no período entre os dias 12 e 21 daquele mês. Os padrões de vitimização por arma de fogo foram avaliados segundo 4 critérios principais: i) o número médio de disparos por cadáver; ii) a trajetória dos disparos e região anatômica nas quais foram efetuados; iii) a distância da arma de fogo para o corpo; e por fim iv) a presença de outras lesões que não as provocadas pelos tiros. Apresentarei aqui os dados gerais, para todas as mortes, bem como os dados específicos para intervenções policiais (aqueles que o estudo pode identificar como tal). Como acontece geralmente nos estudos cujas fontes principais são documentos policiais, o LAV/UERJ não pode analisar a totalidade dos casos para cada indicador, devido à falta de acesso aos documentos ou, tão grave

¹⁸ Organização da sociedade civil, sediada na capital do Estado de São Paulo.

quanto, à omissão de informações essenciais ao adequado registro dessas mortes, que não estavam presentes em documentos-chave como, por exemplo, os laudos necroscópicos. Por essa razão, cada informação foi construída sobre um universo de casos diferente do universo total das 564 mortes. Afim de informar adequadamente o leitor, indicaremos o universo real sobre o qual o estudo tece conclusões em parênteses ($n=X$), tão logo as informações são apresentadas.

Segundo este estudo, para as mortes em geral, a média foi de 4.8 disparos por cadáver ($n=362$). Para as mortes decorrentes de intervenção policial, essa média foi de 3.6 tiros por vítima ($n=94$, dentre os 118 casos), número inferior ao encontrado nos casos onde foi identificada a atuação de grupos encapuzados (que foram explicitamente execuções), mas ainda bastante alto se considerarmos a versão de que policiais estavam revidando uma agressão à distância. O estudo aponta esse dado como um indício da probabilidade de a versão policial ser verdadeira nessas 94 mortes (Laboratório de Análise da Violência, 2008, p. 22).

A região anatômica atingida pelos disparos e a trajetória dos disparos também foram analisadas afim de embasar as conclusões. Nas mortes em geral, como seria de se esperar e por ser a maior superfície do corpo, o tórax foi a região que mais frequentemente recebeu disparos ($n=447$). Entretanto, chama a atenção a grande quantidade de vezes que a cabeça da vítima foi atingida: houve um tiro na cabeça para cada 2 tiros no tórax, número elevado que sugere da intenção de matar o oponente. Com efeito, 60% dos cadáveres dos quais foram analisados os laudos necroscópicos apresentavam ao menos 1 disparo na cabeça. Ainda sobre as todas mortes, sem distinção dos autores, o estudo apresenta informações de que pelo menos 30% das vítimas em cujos laudos havia informação sobre a região de incidência dos disparos ($n=362$) apresentaram tiros na nuca, um forte indício de execução, que aponta para um cenário no qual a vítima provavelmente estava rendida e foi alvejada sem qualquer chance de defesa. Membros superiores e inferiores, como braços e pernas, receberam disparos em proporção inferior quando comparada com zonas vitais do corpo, corroborando as conclusões pela baixa dispersão tecidas no relatório anteriormente citado. Nas intervenções policiais, 26% dos cadáveres apresentaram disparos na cabeça ($n=82$), sem, contudo, indicar se foram efetuados na região posterior ou anterior, dado fundamental para a avaliação dessas mortes. Disparos na cabeça realizados por policiais foram significativamente menores que os 60% encontrados para as mortes classificadas de outra maneira.

Tiros efetuados pelas costas indicam que os suspeitos poderiam estar fugindo ou que já não tinham mais defesa no momento em que foram alvejados. No cômputo total das mortes, de cada 5 disparos descritos nos laudos analisados pelo LAV/UERJ, 2 foram efetuados na região posterior do corpo, portanto, pelas costas. Surpreendentes 57% dos cadáveres apresentavam ao menos um disparo na região posterior (n=447). Nos supostos confrontos com policiais, ao menos 26% dos cadáveres apresentavam disparos na região posterior do corpo (n=82), portanto, novamente uma característica menos frequente nas intervenções policiais se comparadas ao quadro geral de mortes. Esse valor chega a 78% para as mortes nas quais o estudo identifica claros indícios de serem execuções sumárias (desconsiderando, portanto, as intervenções policiais).

Quanto aos sinais de tiros à queima-roupa, praticamente 1 em cada 10 civis mortos (48 no total, de 403 de casos analisados que continham essa informação) apresentavam sinais de que foram alvejados à curta distância, indicador mais evidente da ocorrência de uma execução sumária. Para os agentes públicos mortos, essa proporção sobe para 1 em cada 4 (n=35). São lesões cujos contornos apresentam “orla de tatuagem” ou esfumamento, queimadura causada pela proximidade entre arma e o corpo alvejado, o se verificou em 12 casos. Em 3 casos, foram identificadas queimaduras, indicando que o cano da arma estava encostado no corpo quando foi acionada. Segundo o estudo, apenas 4 dos 94 vitimados nos confrontos com a polícia apresentavam sinais que apontavam tiros à queima roupa. A respeito de lesões outras que poderiam indicar agressões anteriores à uma possível execução, 12,8% (n=78) das vítimas mortas em intervenções policiais apresentavam esse tipo de lesão descritas no laudo necroscópico; para outras mortes, a proporção encontrada nesse item foi de 9,5% (n=362).

Em 80% dos episódios declaradamente envolvendo policiais, o ferido foi socorrido a algum hospital. Segundo o estudo, 65% dessas vítimas chegou ao hospital com vida. O estudo não explicita a fonte dessa informação, apenas se remete aos boletins de ocorrência e laudos necroscópicos, de forma que não sabemos se esse dado é baseado nas informações presentes no prontuário de atendimentos dos hospitais (improváveis de estarem contidos nos BOs) ou baseado na palavra dos próprios policiais.

O estudo ainda aponta que policiais mortos apresentaram indícios de execução mais frequentes, como maior média de tiros por vítima e maior frequência de disparos à queima roupa. Conclui que os indicadores médico-legais presentes para vítimas mortas

em intervenções policiais destoa ligeiramente do conjunto das mortes ocorridas em maio de 2006 e, de certa forma estão distantes de dados para confrontos policiais encontrados em outros contextos, como no Rio de Janeiro (Cano, 1997). Ainda assim, são superiores ao que se poderia esperar das polícias, apontando para o uso excessivo da força em algumas ocorrências. O estudo reconhece alguns casos nos quais há sinais de que policiais tenham executado suspeitos sumariamente, ou sendo comprovadamente integrantes de grupos de extermínio ou nos casos nos quais há sinais de tiros à queima roupa (6 no total).

Já o relatório “São Paulo sob Achaque” reconhece que a versão de legítima defesa pode ser verdadeira em 9 dos 124 casos analisados, nos quais policiais também foram feridos ou mortos, o que poderia ser interpretado como um indicativo de que realmente se deu confronto armado, bem como a presença de presos após os confrontos, que significa que os policiais pouparam a vida daqueles que puderam poupar. Curiosamente, como aponta o relatório, nesses casos não foram encontrados os sinais costumeiros de execução – o padrão de lesões a bala foi essencialmente diferente (Justiça Global & Harvard International Human Rights Clinic, 2011, pp. 83-84). Infelizmente, esse padrão não é explicitado em detalhes.

Ainda sobre a ocorrência de execuções pela polícia nos eventos de maio de 2006, o citado relatório aponta a existência de provas testemunhais. Nos Crimes de Maio, a maioria das mortes ocorreu em via pública, nas noites e madrugadas da fatídica semana dos ataques. Tantas foram as mortes que não seria surpresa que, para algumas delas, pessoas tivessem presenciado o evento. Por exemplo, houve um caso no qual testemunhas oculares teriam assistido uma vítima suplicar por sua vida e, ainda assim, ser executada; logo após, viu os policiais lavando o local do crime e recolhendo cartuchos, numa prática corriqueira nas execuções (Justiça Global & Harvard International Human Rights Clinic, 2011). Não raro, os próprios familiares são as testemunhas de casos, não necessariamente testemunhas oculares do homicídio em si: há relatos de uma mãe que viu o filho ser procurado por policiais militares no bairro de sua residência pouco antes de ser encontrado morto; o filho tinha marcas nos pulsos que sugerem que ele havia sido algemado, o que indica que ele já estava rendido no momento da execução. São comuns relatos de familiares que ao se apresentar para depor, são ameaçados pelos policiais autores (Justiça Global & Harvard International Human Rights Clinic, 2011, p. 94).

Se analisássemos os Crimes de Maio sob o primeiro enfoque, retornando aos indicadores quantitativos para aferir a adequação do uso da força, encontraríamos valores que uma vez mais apontam para a ação abusiva da polícia e para a presença de execuções por parte dos policiais envolvidos em supostos confrontos. Especificamente para esses casos, os dados apontam para 118 civis mortos ante a 4 feridos, numa proporção largamente discrepante. Nesses confrontos foram mortos 16 agentes públicos, número muito inferior a quantidade de civis declaradamente mortos nesses confrontos (Laboratório de Análise da Violência, 2008, p. 13). Segundo o estudo, dos casos nos quais haviam informações suficientes para se identificar o padrão das mortes (em 40% dos casos analisados, isso não foi possível), confrontos com a polícia são responsáveis por mais mortes do que eventos como ação de grupos de extermínio encapuzados ou por execuções sumárias perpetradas por indivíduos. Esse número, se não é totalmente preciso, é bastante simbólico. Apenas a Rota matou, em menos de uma semana, 47 pessoas em supostos confrontos, sem que nenhum policial do batalhão fosse ferido ou morto. Dados sugerem que a decisão por utilizar a Rota nesse evento teve impacto dramático na letalidade da polícia testemunhada à época. Um único cabo policial militar da Rota esteve envolvido em seis mortes entre os dias 13 e 15 daquele mês (Justiça Global & Harvard International Human Rights Clinic, 2011, pp. 97-99). As vítimas fatais desses eventos, no cômputo geral, foram em sua grande maioria jovens do sexo masculino (com média de idade de 27 anos), pouco escolarizados e sem antecedentes criminais (o estudo aponta que apenas 6% das vítimas possuía antecedentes). Quanto à sua cor, 50% eram brancos e outros 50%, pardos ou negros (n=561) (Laboratório de Análise da Violência, 2008, p. 27).

Dentre os inúmeros relatórios sobre o evento que aqui destacamos, há ainda uma série de outras evidências em favor da hipótese de uma atuação desproporcional, violenta e ilegal das polícias paulistas. Ainda assim, considero o conjunto dos dados apresentados até aqui suficiente por hora para fundamentar a principal hipótese desse capítulo: naquilo que tange os dados, a ação letal da polícia se aproxima mais de um padrão de execuções sumárias do que legítima defesa. Termino não sem antes enfatizar uma vez mais que o padrão verificado para as mortes durante os Crimes de Maio não é exclusivo desse evento, mas um padrão para as resistências seguidas de morte. Outros casos e contextos foram fartamente documentados por estudos e relatórios anteriores de organizações nacionais (Cano, 1997; Justiça Global e Núcleo de Estudos Negros, 2003) e inter-

nacionais (Human Rights Watch, 2009; Alston, 2007). Como argumentam Ferreira, Machado, & Machado (2012), em sua análise sobre os desdobramentos jurídicos do Massacre do Carandiru – que, junto a Maio de 2006, talvez seja um dos episódios da letalidade da polícia militar mais significativos do período pós-1988 – as condições objetivas que permitiram a ocorrência do massacre ainda se mostram presentes na atualidade, mesmo mais de duas décadas depois. Essas mesmas condições que sustentam a ocorrência cotidiana de mortes cometidas pela polícia e justificadas como casos de resistência à prisão. Em setembro de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo anulou o julgamento que condenava 74 policiais militares como responsáveis pelo Massacre do Carandiru, afirmando que se tratou, na verdade, de legítima defesa dos policiais, o que os próprios afirmavam desde o início¹⁹. Os policiais serão julgados novamente.

¹⁹ Confira em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1817306-tj-anula-julgamentos-que-condenaram-pms-no-massacre-do-carandiru.shtml>.

2. Sofrimentos psíquico entre a violência e sua negação

Vista a dinâmica das mortes cometidas pela polícia em situações de resistência, passo agora para uma exposição sobre as noções que mobilizarei nesse estudo para abordar o sofrimento psíquico dos familiares. Meu objetivo neste capítulo é preparar o campo para demonstrar como a violência judicial tem papel fundamental no sofrimento que abordaremos. Para tanto, precisarei percorrer as proposições freudianas sobre o trauma, as releituras originais de Ferenczi e como sua teoria tem sido apropriada atualmente, como chave de leitura para compreender o trauma enquanto uma forma de sofrimento social. No capítulo seguinte, aprofundarei o debate sobre as dinâmicas dessas mortes dentro do sistema de justiça criminal.

2.1 Vitimização indireta por mortes violentas

Antes de entrar na teoria psicanalítica propriamente dita, senti necessidade de empreender uma revisão sobre vitimização indireta por homicídios, ou seja, pesquisas que abordavam diretamente familiares de vítimas da violência fatal, para preparar melhor uma abordagem dos familiares de mortos pela polícia. Por mais sistemático que eu tenha tentado ser nessa revisão, não encontrei pesquisas abordassem a questão diretamente relacionada a letalidade polícia. Elas existem, mas ou partem de recortes muito distintos, como a politização do sofrimento, ou não são em número suficiente, sendo mais difíceis de serem acessadas. Recorrerei nessa seção, portanto, a um corpus de pesquisa que foca homicídios em geral, para depois, ao longo desse estudo, caminhar para uma reflexão acerca do sofrimento diante da violência de Estado na modalidade da letalidade policial.

A vitimização indireta por violência fatal é marcada pelos efeitos amplos, persistentes e potencialmente devastadores para as famílias dos indivíduos mortos, afetando as suas vidas em múltiplas dimensões. A forma como os sujeitos vão reagir ao evento-morte se dará a partir de uma combinação complexa de fatores individuais, contextuais e estruturais, que se correlacionam entre si (Soares, Miranda, & Borges, 2006), logo, não há uma homogeneidade no que diz respeito à resposta psicológica à vitimização.

Pelo contrário, a resposta psicológica é marcada pela singularidade, mesmo que possamos apontar alguns padrões mais gerais. Pesquisas sobre vitimização indireta por homicídios privilegiam a compreensão dos impactos psicológicos a partir, principalmente, do estresse gerado pela exposição à violência fatal e de suas consequências para o processo de luto que dela decorre (Connolly & Gordon, 2015). Por processo de luto compreendemos o conjunto de mecanismos psicológicos a partir dos quais um sujeito reage a e elabora uma perda altamente significativa, como a de um parente. São processos necessários para a reorganização subjetiva, compreendidos como transitórios na vida do sujeito e absolutamente normais, mas que, diante da exposição à violência, podem encontrar obstáculos. Já trauma psicológico é uma categoria de definição mais difícil, geralmente definida pelos sintomas que apontam para o impacto disruptivo, fragmentador e de difícil superação que sujeitos expostos à violência apresentam.

A morte violenta é um acontecimento inesperado, que implica em rupturas do mundo tal como percebido pelo sujeito vitimado indiretamente e, por essa razão, torna-se potencialmente traumática. A resultante desse momento é o choque psicológico (noção que retomarei a seguir a partir de Ferenczi), acompanhado de altos níveis de estresse e sofrimento mental. Pesquisas sobre vítimas indiretas apontam para alguns padrões comumente observados na reação de sujeitos ao choque causado por perdas altamente significativas, como perplexidade, raiva, medo e tristeza intensos, sentimento de desamparo profundo, instabilidade emocional, lembranças traumáticas e adoção de uma série de comportamentos mais ou menos disfuncionais e custosos para lidar com a situação intensamente adversa (Armour, 2002; Bussinger & Novo, 2008; Connolly & Gordon, 2015; Domingues, 2010; Freeman, Shaffer, & Smith, 1996; King, 2004; de Souza Vieira & colaboradores, 2009). “Dor” e a violência com a qual a morte foi cometida estão intimamente ligadas. Familiares se perguntam insistentemente o porquê da morte (the “why question” de King, 2004). Para eles, homicídios são geralmente eventos sem explicação, nem justificativa. Familiares relutam em aceitar a realidade do homicídio e o fato de que o morto não retornará nunca mais (Armour, 2002), engajando-se com frequência em estratégias de negação do ocorrido. Relatam uma experiência de suspensão da realidade, uma vívida sensação de que tudo pode não passar de um engano ou mesmo de um pesadelo. Do ponto de vista psicológico, o sujeito se vê diante de uma tarefa potencialmente interminável: conferir ao fato alguma inteligibilidade emocional. Em geral, mortes violentas são, em larga medida, um evento de difícil simbolização (Armour,

2002; Connolly & Gordon, 2015). A simbolização, tornar representável a experiência vivida a partir de sentidos construídos, é, como sabemos, mecanismo essencial para a elaboração da perda e paulatina reorganização psicológica do afetado, bem como para o restabelecimento de uma relação estável consigo e com seu mundo exterior. É comum observar familiares expressarem a necessidade de conhecer os pormenores da morte, investiga-la quase que obsessivamente, na tentativa de cumprir com esse requisito psíquico do trauma²⁰. O choque é, portanto, o primeiro grande desafio com o qual vítimas indiretas devem se deparar. Sintomas que se apresentariam em situações normais de perda, em mortes violentas tendem a se manifestar com mais intensidade.

A dificuldade que encontram em sua tarefa subjetiva de lidar com esses eventos encontra uma miríade de manifestações, como as que descrevo a seguir. *Flashbacks* e lembranças intrusivas, em relação, por exemplo, ao dia do homicídio, ao momento no qual receberam a notícia, ao velório e funeral (Soares, Miranda, & Borges, 2006). Tais lembranças podem se manifestar ainda na forma de sonhos recorrentes, causando, em conjunto com estados ansiosos, prejuízos ao sono (King, 2004), com repercussões na saúde física de enlutados. Veremos adiante como a repetição é uma noção fundamental para a concepção psicanalítica do trauma. Não raro, o sujeito pode se engajar em estratégias geralmente disfuncionais, cujo propósito fundamental é evitar lembranças da morte. Mesmo memórias de situações anteriormente prazerosas, como de aniversários, feriados e datas comemorativas, que normalmente significavam convivência familiar, podem assumir caráter perturbador (Freeman, Shaffer, & Smith, 1996). Ademais, o sofrimento suscitado por lembranças não está condicionado apenas a dinâmica psicológica de situação traumatizantes, mas pode ser verificada num sentido bastante concreto. Muitos homicídios cometidos por policiais acontecem nos bairros ou locais próximos à residência das vítimas, o que gera ao menos duas implicações: não é raro familiares se verem obrigados a transitar pela rua e local exato no qual os assassinatos ocorreram, onde recolheram o corpo morto de seus parentes, bem como não é incomum que um sujeito seja exposto múltiplas vezes a assassinatos cometidos por policiais (Vianna & Farias, 2011). Observa-se que, além de perder seus parentes diretos, esses sujeitos também testemunham mortes semelhantes em suas comunidades, de parentes de amigos e vizinhos,

²⁰ Esse é um dado da minha experiência com vítimas indiretas de RSM.

mortos pela polícia, o que não deixa de atualizar seu próprio sofrimento²¹. O estresse da exposição a violência geralmente é acompanhado de sentimento de insegurança, medo, quadros ansiosos, que, por sua vez, tem repercussões a memória, a atenção e o sono do sujeito impactado. Este estado de permanente vigilância, com alto custo psíquico e físico, pode levar a quadros de estresse e fadiga crônicos.

A experiência potencialmente traumática pode ser acompanhada de anestesia emocional e estados depressivos de variados graus, chegando ao limite de suscitar impulsos suicidas (Bussinger & Novo, 2008; King, 2004). Como é próprio do quadro de luto, o sujeito vê seu interesse e investimento no mundo exterior reduzido drasticamente, em nome da tarefa subjetiva de lidar com uma perda importante. Nas mortes violentas, a intensificação desse quadro gera consequências como abandono de relações interpessoais, esvaziamento das relações familiares, abandono de projetos de vida, de perspectivas futuras e sentimento de desamparo, animados pela sensação de ter perdido o controle sobre a própria (Armour, 2002; King, 2004). Sentimento de culpa é uma fantasia frequente, pela qual o sujeito, na ausência de outros sentidos disponíveis para sua vivência interna, se responsabiliza pelo ocorrido a partir de justificativas variadas, como não ter dado atenção a fatos que poderiam prevenir a morte, não ter sido amoroso ou amorosa o suficiente com a vítima, entre outras, num quadro frequentemente denominado “culpa do sobrevivente” (Englebrecht C. , 2011; Connolly & Gordon, 2015). Raiva e comportamentos agressivos surgem como reação ao absurdo ao qual o sujeito é submetido. Desejos e fantasias de vingança são comuns, como forma de buscar por alívio a uma dor que não se explica (Connolly & Gordon, 2015; King, 2004; Freeman, Shaffer, & Smith, 1996).

Para além das repercussões na saúde mental, a exposição ao traumático pode significar fragilização da saúde física dos familiares. Condições mórbidas, associadas ao sofrimento mental, frequentemente observadas em vítimas indiretas são o alcoolismo e abuso de drogas, bem como outros comportamentos de risco; problemas cardíacos; dores de cabeça intensas; perda ou ganho excessivo de peso; maior consumo de medicamentos controlados e maior uso do sistema de saúde (Bussinger & Novo, 2008; Soares, Miranda, & Borges, 2006). É muito comum que as próprias vítimas associem morbidades físicas graves com a exposição à violência da polícia, contraídas após a violência

²¹ Outro dado de experiência.

sofrida (Arosi, 2013; Vianna & Farias, 2011). Sujeitos expostos a situações traumáticas experimentam ainda uma série de consequências extrapessoais em suas vidas. É comumente observada a perda do emprego, seja pelo absenteísmo decorrente do processo de luto, seja pelo fato do próprio enlutado abandonar sua posição de trabalho em casos mais extremos. A perda do emprego e da renda causa a diminuição significativa do padrão de vida das famílias, podendo, inclusive, comprometer seu acesso a serviços de assistência que poderiam ser absolutamente necessários nesse momento. Somam-se a isso outros ônus financeiros, como gastos com o funeral, com advogados e com os procedimentos penais, o deslocamento até tribunais, etc (Connolly & Gordon, 2015).

Verificam-se consequências da exposição a mortes violentas nas relações familiares e interpessoais das vítimas indiretas. Mortes violentas tendem a deteriorar estrutura da família de maneira abrupta. Os papéis de cada membro da família, anteriormente consolidados, dissolvem-se, num momento que os sujeitos impactados possuem poucos recursos afetivos para lidar com essa situação, que passa a ser permeada pela conflitualidade. Por exemplo, os impactos na conjugalidade foram extensamente observados: divórcios são frequentes em famílias de vítimas de homicídios (King, 2004; Domingues, 2010). O sentimento dos familiares é de ter tido sua família duplamente destruída: pela ausência incontornável de um membro e pela deterioração das relações entre os sobreviventes. As rupturas traumáticas são observadas nas relações interpessoais desses familiares de maneira geral. Os familiares expressam grande dificuldade de se relacionar com seus pares. Consideram pessoas de fora do núcleo familiar pouco empáticas ou, até mesmo invasivas, com comentários que ultrajam os enlutados (Armour, 2002). Sentem que suas dores não podem ser compartilhadas, tampouco compreendidas. Sua condição de sofrimento pode afastar as pessoas de si, visto que, para outros que não as vítimas propriamente ditas, o contato com o traumático pode ser insuportável. Ainda, o caráter prolongado do luto, agravado pela morte violenta, desperta com frequência a impaciência de pessoas próximas (Domingues, 2010). Fatores como esses que contribuem para a tendência de enlutados por mortes violentas de limitar seu círculo social ao núcleo familiar mais próximo, geralmente já sobrecarregado pela tarefa de um luto dificultado (Freeman, Shaffer, & Smith, 1996). Acabam por se distanciar outros familiares e de amigos, param de receber visitas, ao mesmo tempo em deixam de buscar lazer fora de casa (King, 2004). Co-vítimas são forçosamente apartadas de pessoas queridas e se veem distanciadas de suas comunidades afetivas. Com a restrição das relações interpesso-

ais, os familiares reduzem suas fontes de apoio social justamente em seu momento de maior fragilidade, configurando um quadro de isolamento social que retroage sobre os destinos de seu processo elaborativo. Com isso, familiares veem dificultado o seu acesso a recursos interpessoais e comunitários que lhes ofereça o acolhimento e a assistência necessários para atravessar esse momento. O reconhecimento social é fator determinante para o trabalho do luto e para a elaboração subjetiva da perda (Fowlkes, 1990).

Ao elencar essa gama de manifestações subjetivas, sintomas e consequências pessoais descritas pela literatura científica sobre o luto em situações potencialmente traumáticas, quis demonstrar que aqueles que perderam familiares em mortes violentas tem diante de si uma tarefa subjetiva difícil e custosa. No caso de assassinatos cometidos pela polícia, esse processo encontra ainda mais obstáculos, tornando-se ainda mais penoso para o sujeito.

2.2 O trauma entre Freud e Ferenczi

As violências nunca foram campo estranho à psicanálise. O pensamento sobre o traumático e seus efeitos se confundem com a própria fundação da teoria psicanalítica e impôs a ela transformações decisivas. A ideia de trauma, desde suas acepções mais antigas, é associada ao golpeamento do corpo físico, resultando em grave lesão. Pouco a pouco, essa ideia foi transposta para a psicologia e o trauma psíquico ganhou contornos conceituais próprios. Com a psicanálise, o conceito de trauma ganhou um protagonismo inédito, abrindo caminho inclusive para concepções bastante distintas do pensamento psicanalítico, como, por exemplo, psiquiatrização do trauma (Endo, 2013).

Desde os primeiros escritos sobre a histeria, Freud (1896/2006) suspeitou que a violência sexual poderia ser a chave explicativa para a etiologia das neuroses histéricas. Toda histeria estaria fundada num trauma, numa violência real, segundo sua hipótese de Freud inspirada pela escuta das histéricas. Ouvia, em sua clínica, lembranças de pacientes que retrocediam com frequência até momentos de abuso sexual durante sua infância, indicando aí a relação desses com os impasses vividos posteriormente por tais pacientes. Nos primórdios da psicanálise, histeria e a violência apareceram como elementos indissociáveis e a realidade material figurava como disparador por excelência da

doença psíquica. Cria Freud estar assim desvendando assim o mistério da doença histérica em sua teoria da sedução.

Tomada como objeto sexual por um adulto agressor, de forma unilateral, assimétrica, invadida em seu corpo, a histérica experimentaria um excesso psíquico para além daquilo que o aparelho psíquico é capaz de suportar. A ameaça que lhe é imposta, ameaça de destruição do corpo, é traduzida psiquicamente como fragmentação das funções psíquicas – o trauma. Freud explica o seu mecanismo. De acordo com a primeira tópica freudiana, a função primordial do psiquismo é defender o sujeito dos estímulos externos, num mecanismo de obtenção de prazer/evitação do desprazer, ambos sustentados a partir da descarga das tensões causadas pela relação sujeito-mundo. Muita tensão gera desprazer e precisaria ser descarregada, a partir de objetos que possibilitem esse movimento psíquico. A violência suscita um quantum de excitação maior que a capacidade de defesa do aparelho psíquico, que, pela impossibilidade de ab-reação que pudesse descarregá-lo, permanecerá no interior do psiquismo numa permanência dissociada (Freud, 1893/2006), paradoxal – um encontro violento de corpos que instala um “corpo estranho” na subjetividade traumatizada (Endo, 2005). A lembrança do que traumatiza o sujeito seria recalcada, apartada do conjunto de memórias. Essa dissociação entre representação e afeto não impediria a excitação reprimida de operar sobre o psiquismo (as reminiscências das quais sofreriam as histéricas, segundo Freud), dessa vez por vias indiretas, numa ligação deslocada entre o quantum de afeto e as representações corporais, levando aos sintomas de conversão da neurose histérica (Castilho, 2013).

Essa primeira noção de trauma em Freud se remete a uma concepção econômica do sofrimento traumático em sua relação externo/interno (Laplanche e Pontalis, 2001), na qual a excitação libidinal ocasionada por determinado evento extrapola as defesas do aparelho psíquico, em sua função primordial de descarregar o excesso de excitação desprazerosa, criando marcas indelévels no sujeito. Nesse momento, o trauma

Se traduz pela sua intensidade, incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ela de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se por um afluxo de excitações que é excessivo em reação à tolerância do sujeito e à sua capacidade de dominar e elaborar psiquicamente estas excitações (Laplanche e Pontalis, 2001)

Porém, Freud ainda precisaria explicar a razão pela qual a dissociação e os efeitos do traumático não eram imediatos; os sintomas se manifestariam, geralmente, apenas na

fase adulta. Constrói assim a concepção de um *a posteriori* no trauma sexual (a noção de *Nachträglichkeit*). Segundo Freud, essa dissociação era explicada pelo conflito psíquico – o acontecimento traumático promovia angústia por se contrapor a desejos, sendo a dissociação uma forma de defesa diante do conflito sexual. À criança, não seria possível identificar imediatamente o teor das excitações como sexuais (até então, a teoria da sexualidade infantil apenas caminhava), tampouco se inibir com elas. Para que uma vivência de abuso alcançasse a eficácia traumática, seria necessária a lembrança do fato num momento posterior do desenvolvimento sexual onde o sujeito já fosse capaz de compreender suas significações. O conflito gerado era o responsável pela repressão da lembrança. A cura para a histeria, tal como pensado no método catártico, residia em possibilitar o retorno da memória dissociada ao conjunto de memórias do sujeito, a partir da reconstrução da sequência traumática, o que libertaria o sujeito de seu julgo (Rudge, 2009).

Para Rudge (2009), o *Nachträglichkeit* freudiano, a partir da qual não seria exatamente o acontecimento, mas a lembrança do acontecimento que teria eficácia traumática, já seria um indicativo da distância entre fato material e realidade psíquica. Já seria, portanto, um movimento transformativo da primeira teoria do trauma em direção a outros destinos, que futuramente implicariam no abandono da primeira tópica. Freud se viu, pouco a pouco, obrigado a reconhecer as imprecisões de sua interpretação e cedeu em sua teoria sobre a etiologia traumática das neuroses em favor do reconhecimento do papel da fantasia e da sexualidade infantil, fundando o campo próprio da psicanálise. Dos impasses da primeira teoria do trauma e das soluções construídas por Freud, um fundamento ético central se delineia e terá fundamental importância tanto no estudo da subjetividade, como na escuta do traumático. Rudge (2009) descreve a conclusão freudiana da seguinte maneira

Em vez de ficar desanimado com a impossibilidade de separar o “joio do trigo” [realidade material e fantasia], Freud enunciara, a partir dessa observação, uma recomendação metodológica fundamental para o psicanalista: a de que este deve equacionar realidade e fantasia abandonando qualquer preocupação de avaliar se os acontecimentos infantis relatados por seu analisando são realidade ou fantasia. Qualquer relato tem articulação com a fantasia e o desejo, e o que importa é o fato de que as fantasias possuem uma realidade psíquica, em contraste com a realidade material, e devem ser seriamente considerados porque possuem uma importância particular para o mundo das neuroses (...).

Se a primeira teoria do trauma fracassou aos olhos de Freud, Castilho (2013) aponta que isso se deu sem nunca ter sido completamente negada por ele, que não deixaria de reconhecer sua dívida para com uma leitura do impacto da realidade material violenta sobre o psiquismo. Castilho (2013) sustenta já existir uma rica complexidade nessa primeira teoria, que, apesar de abandonada, não deveria deixar de ser de interesse de pesquisadores posteriores. Nas palavras de Castilho (2013, p. 243), vemos que

[A] primeira teoria do trauma de Freud não é *biologista*, pois não sustenta qualquer aposta etiológica fundamental na hereditariedade; não é *mecanicista*, pois não admite que o evento externo por si mesmo provoque diretamente o trauma; mas também não é *psicologista*, porque não reduz o traumático à contingência de uma forma de assimilação psíquica de eventos, quaisquer que sejam. Era, assim, notável a evolução pela qual havia passado o pensamento de Freud e sua complexa originalidade atingida nos anos 1895/1896, quando preconiza definitivamente a etiologia *sexual* da neurose, formulando uma teoria da *sedução* como teoria do trauma em dois tempos.

A realidade material traumática vai ocupar, desde 1897 até pelo menos 1913, lugar acessório na obra de Freud, com estatuto de epifenômeno da realidade psíquica (Endo, 2005). A fantasia e o conflito entre movimentos pulsionais e o mundo material tomaram a frente dos interesses psicanalíticos, configurando principal fator explicativo para o sofrimento psíquico. A Primeira Grande Guerra recolocaria o trauma novamente no centro da teorização freudiana, com a figura das neuroses de guerra e as neuroses traumáticas (Freud, 1919/2013a). À época, final da década de 1910, alguns soldados que retornavam do *front* da Primeira Grande Guerra e apresentavam sintomas próximos da histeria, sugerindo então que as tragédias e violências experimentadas no campo de batalha seriam também vetores de adoecimento psíquico. A psicanálise se veria convocada a pensar o valor da realidade violenta para o sujeito e seu psiquismo. Entretanto dessa vez, trauma e a teoria psicanalítica se apresentariam transformados.

Ao final da Primeira Guerra, em 1918, o V Congresso Internacional de Psicanálise de Budapeste versou justamente sobre as neuroses de guerra e contou com a presença de representantes oficiais dos governos austríaco, alemão e húngaro, marcando o interesse generalizado da sociedade europeia nos danos causados pela guerra (e, de certa forma, satisfazendo o desejo dos psicanalistas em ver sua ciência disseminada e inserida na sociedade de seu tempo, aspecto que marca a trajetória institucional da psicanálise e, sem dúvida, as resistências em se retornar ao trauma sexual, algo Ferenczi fará e sofrerá as consequência). Freud não falará mais do abuso sexual quando volta ao trauma, mas

da catástrofe da guerra e suas repercussões para o sujeito, elaboradas metapsicologicamente como neurose traumática. Há aqui o reconhecimento dessa categoria nosográfica como distintas das outras formas de expressão do sofrimento neurótico diante das quais a psicanálise havia se debruçado até então, como a histeria, a neurose obsessiva e fobia. A despeito das transformações, há permanências: a maneira de enunciar o problema psíquico do trauma permanece próxima aquela concepção econômica conhecida desde de pelo menos 20 anos antes (Endo, 2005). O choque traumático decorre do fracasso das defesas egóicas, inscrevendo-se tiranicamente em seu interior e daí derivando seus danos. A necessidade de controle do insuportável coloca o sujeito diante de uma tarefa interminável, que será imposta ao eu de modo absoluto, remetendo todo o trabalho psíquico para a auto conservação física e psíquica do sujeito, sua sobrevivência (Endo, 2005). A tarefa de assimilar o insuportável, ao absorver os recursos do eu, marca o empobrecimento psíquico e a condição regressiva dos sujeitos traumatizados, que passam a viver sob a égide do trauma.

É a figura da repetição que intrigou Freud e os analistas de seu tempo, tornando-se um desafio a todo o edifício psicanalítico de então. Os sintomas apresentados pelos soldados traumatizados não pareciam passíveis de apropriação pelo conjunto teórico disponível à época, principalmente os sonhos traumáticos, sintoma que confundia Freud (Endo, 2016). A célebre fórmula freudiana de que os sonhos são realizações de desejos (Freud, 1900/2006) não era compatível com os sonhos traumáticos. Os sonhos, objeto fundante da psicanálise, tem por excelência a função de guardar o sono dos conflitos psíquicos, permitindo o escoamento pulsional sem a ativação das defesas do Eu, que resultariam no despertar do sujeito. Nessa formação de compromisso, o sonho garante, ao mesmo tempo, algum prazer e alguma proteção ao sujeito. Ora, nada mais distante dessa fórmula que os sonhos traumáticos observados naqueles que voltavam da guerra. Tais sonhos não eram outra coisa senão uma reprodução quase que literal da experiência catastrófica, negando a salvaguarda psíquica própria da produção onírica, deixando o sujeito diante dum mal-estar tamanho que exigia respostas somáticas (sudoreses, taquicardia etc), culminando no despertar (Freud, 1920/2010; Endo, 2016). Por que o psiquismo reproduziria tamanho desprazer, se sua função seria justamente evita-lo, combatê-lo, garantindo o equilíbrio da organização psíquica?

A repetição literal do horror vivido fez Freud admitir que não há fator sexual na etiologia da neurose traumática, visto não serem observados os mesmos deslocamentos que

o sintoma neurótico da sexualidade recalcada normalmente produz, um curioso caminho contrário aquele que fundou a própria psicanálise. O trauma não estaria sujeito ao mesmo princípio de funcionamento de outras manifestações psicopatológicas já desvendadas por Freud à época. Havia de se reconhecer o papel dos perigos advindos da realidade de material, e não apenas pulsional como nas outras formas de neurose. Ainda, a neurose traumática, disparada pela exposição atual a um evento violento, também desafiava o determinismo psíquico das experiências e da sexualidade infantil. Seu vínculo com essas não era evidente, como nas neuroses espontâneas. Rugde (2009) faz um acréscimo que nos interessa aqui, evidenciando que, apesar de o traumático ter exigido que a psicanálise, a partir da violência, novamente se interessasse pela realidade material, essa condição não poderia retornar como a cristalização de uma falsa dicotomia interno/externo no psiquismo:

O trauma é, pois, o impacto de um acontecimento sobre um psiquismo singular, e o solo constituído pela história passada do sujeito na determinação do significado que esse acontecimento assume para ele não pode ser desconsiderado, seu mundo de fantasias deve ser levado em conta. Entretanto, são as experiências traumáticas recentes, que não se consegue assimilar nem esquecer, que são determinantes na constituição dos sintomas, até mesmo da forma que assumem de um reviver incessante.

Incapaz de adequar a neurose traumática às concepções psicanalíticas já consolidadas, Freud vai empreender, em 1920, uma profunda reformulação teórica, a partir principalmente da formulação da compulsão à repetição. Foi obrigado a assumir um mais além do prazer como princípio fundamental do funcionamento psíquico. A partir desse mais além, a psicanálise verá surgir uma nova teoria das pulsões, com o advento da polêmica noção de pulsão de morte. Para além do trauma, a repetição compulsiva de situações desprazerosa precisava ser explicada, como, por exemplo, a própria transferência; a reação terapêutica negativa, quando um paciente se recusa a abdicar do sofrimento de que padece, mesmo que já existissem condições aparentes para tal; ou mesmo a compulsão de destino, a repetição incessante de um acontecimento trágico na vida de alguém, sem que essa pessoa seja evidentemente agente dessa repetição (Freud, 1920/2010). Com a pulsão de morte - “a tendência fundamental de todo ser vivo a retornar ao estado inorgânico” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 408), uma forma de prazer anterior ao prazer sexual, tal como descrito pela psicanálise até 1920, por se remeter ao estado original de toda a forma de viva, a ausência completa de tensões (Endo, 2005) -, Freud estabele-

ceu os pilares de sua compreensão econômica e pulsional do traumático, cujo aspecto intrapsíquico é privilegiado em relação a exterioridade traumática (Gondar, 2012).

Será Ferenczi a jogar luz original numa das dimensões essenciais do sofrimento traumático, a intersubjetividade, abrindo assim espaço para uma compreensão do trauma como fenômeno localizado necessariamente na intersecção sujeito e sociedade, marcada por relações de poder, como diz Gondar (2012). Não se trata de dizer que a psicanálise freudiana não inscreve a alteridade na formação psíquica, longe disso. Sabemos que, para a psicanálise desde Freud, o outro é o ambiente por excelência de formação do Eu. Trata-se de dizer que, pelo menos naquilo que eu pude avançar na teoria psicanalítica do trauma, foi Ferenczi quem mais bem entendeu esse aspecto diante dos efeitos psíquicos da violência e quem primeiro declarou explicitamente a alteridade e o reconhecimento como fundamentais para entender o trauma. A respeito do papel da alteridade para o sofrimento psíquico, Freud reconhecerá, por exemplo, em *Mal-estar na Civilização* (1930), quando versa sobre as fontes fundamentais do sofrimento humano, que:

Desde três lados ameaça o sofrimento: desde o corpo próprio, que destinado à ruína e à dissolução não pode prescindir da dor e da angústia como sinais de alarme; desde o mundo externo, que pode abater sua fúria sobre nós com forças hiperpotentes, desapiedadas e destruidoras; por fim, desde o vínculo com outros seres humanos (Freud, 1930, p.77).

Seria uma falsa dicotomia afirmar qualquer distanciamento entre registro psíquico e registro social, portanto. Ambos convivem, em tensão permanente, em qualquer campo que a psicanálise puder tocar. O próprio sintoma neurótico é compreendido como produção social, como fruto da relação indivíduo-sociedade. Porque, no limite, pensar o sofrimento individual é pensar o mal-estar social (Gondar, 2012). Porém, novamente, quem melhor compreendeu esse aspecto em relação a observação e teorização do trauma foi efetivamente Ferenczi, daí sua importância para esse estudo

Sandor Ferenczi foi um teórico da catástrofe, disse Maria Torok citada por Gondar (2013). Em sua trajetória intelectual, o trauma se tornou paradigma da constituição da subjetividade, seu fundamento primeiro, e não apenas colapso subjetivo. No final de sua carreira, poucos anos antes de morrer, interessou-se vivamente pelos primórdios da psicanálise, como, por exemplo, pelo método catártico, como em *Princípio de Relaxamento e Neocatarse* (Ferenczi, 1930/2011). Voltar aos escritos iniciais de Freud e Breuer sobre a histeria levou Ferenczi a afirmar que a psicanálise fora primeiro “uma medida

de resposta catártica a choques traumáticos...” (Ferenczi, 1930/2011, p. 72) para só depois se tornar uma forma de intervenção nas neuroses e suas defesas, o que ilustra a importância do estudo do trauma para esse autor (Osório, 2016). A originalidade de sua leitura do traumático fez com que Ferenczi fosse retomado muitos anos após sua morte, por diversos autores interessados em pensar a violência na contemporaneidade. Encontraram, em suas proposições sobre o traumático, chaves de leitura essenciais para compreender as repercussões das violências no presente, razão pela qual Ferenczi se tornou um autor indispensável nessa investigação.

Adiantando um pouco os passos do texto, quero aqui construir ferramentas teóricas para a compreensão dos efeitos psíquicos violência policial e judicial. A noção de desmentido é aquela que me parece ser a mais adequada para investigar essa intersecção entre sujeito e sistema de justiça que tem como pano de fundo a letalidade policial. Nos casos que analisaremos, essa relação se dá principalmente pela estrutura de uma recusa, negação ou desmentido socialmente operado. Devemos analisar a pertinência de transpor o conceito de Ferenczi para um novo contexto (não-clínico).

Psicanalista da primeira geração, Sandor Ferenczi foi, talvez junto a Carl Jung, Alfred Adler e Otto Rank, um dos mais próximos colaboradores de Freud, de forma a marcar decisivamente a psicanálise desde seus primórdios. Ballint (2011) dirá que Ferenczi certamente foi, dos mais próximos, aquele que desfrutou de maior intimidade com Freud. Mais que colaboradores, Freud e Ferenczi foram amigos íntimos, razão pela qual o vínculo dos dois marcou explicitamente a produção teórica de ambos. Freud afirmou que Budapeste seria a nova capital do movimento psicanalítico; chegou a desejar que Ferenczi se casasse com sua filha Matilde; teve Ferenczi como companheiro de viagens de férias pela Europa; recebia visitas frequentes do húngaro em Viena. Não esqueçamos que Ferenczi foi, junto a Jung, um dos discípulos que acompanhou Freud na famosa viagem aos Estados Unidos, em 1909. Ainda, Freud foi analista-didata de Ferenczi em 1916, mesmo que por poucas semanas.

Como descrevem Aron e Harris (1993), Ferenczi era uma figura amável, espontânea e que demonstrava sempre um enorme investimento e confiança no método psicanalítico, podendo ser imaturo e precipitado em seu entusiasmo. Ao mesmo tempo, tal postura lhe permitiu escapar da ortodoxia técnica ou teórica de sua época. Dedicava a Freud

uma espécie de veneração, não raro interpretada a partir de relatos autobiográficos de Ferenczi (e expresso por Freud em cartas a Jones) como a busca de um amor materno frustrado, já que teve uma mãe rígida e pouco amorosa (Aron & Harris, 1993; Raphael-Leff, 2012). Em seu Diário Clínico (Ferenczi, 1990), reconheceu seu desejo por conquistar a aprovação parental de Freud. Segundo comentadores, esse mesmo traço biográfico provavelmente estaria na origem de sua atitude indulgente diante dos pacientes, bastante distinta daquela sustentada por Freud e outros psicanalistas de seu tempo, como quem tenta oferecer aos pacientes o amor parental que ele próprio não encontrara em seu lar. Se, por um lado, sua adoração por Freud possibilitou a rica colaboração que sustentaram por décadas, também despertou a rivalidade entre eles, em grande parte originada, segundo Aron e Harris (1993), no fato de Freud ter sido analista de Ferenczi sem que, contudo, tivessem podido resolver a ambivalência que este sentia em relação a Freud. Como não poderia deixar de ser, essa rivalidade se manifestou no campo teórico. O *enfant terrible*²² da psicanálise teve sua relação com Freud abalada nos idos da década de 1920²³ até se distanciarem definitivamente no início dos anos 1930, tão logo Ferenczi começou a se interessar pela psicopatologia traumática.

Será no polêmico *Confusão de Línguas entre Adultos e a Criança* (Ferenczi, 1933/2011) que tal rivalidade se encontrou seu ápice, deixando claras as divergências teórico-clínicas entre os dois. É notório na literatura psicanalítica o conflito gerado pela apresentação desse ensaio no 12º Congresso de Psicanálise de Wiesbaden, Alemanha. Ferenczi fez questão de submeter o texto a Freud antes de comunicá-lo ao público. Freud não só desaprovou a comunicação como, com auxílio de Ernest Jones, tentou deliberadamente dissuadir Ferenczi de fazê-la, apontando-a com um retorno à sua primeira teoria da neurose, a qual Freud abandonara década antes, segundo a qual a neurose seria sintoma de um estupro. Sabe-se que, apesar de Freud não ter oferecido novos desenvolvimentos a sua teoria da sedução, nunca efetivamente desconsiderou sua importância, o que, para comentadores como Aron e Harris (1993), Endo (2005) e Pelaez (2009) deixava claro que a divergência teórica ali apresentada não seria suficiente para

²² Alcinha pela qual Ferenczi era conhecido, tal como ele mesmo reconheceu em *Análise de criança com adultos* (Ferenczi, 1931/2011)

²³ A publicação de Thalassa em 1924, na qual Ferenczi postula o desejo do retorno à existência pré-natal e coito/sono como retorno ao oceano primevo materno, já causavam incomodo à comunidade psicanalítica que tinha por hábito deslegitimar suas ideias independentes afirmando que ele provavelmente estava acometido por qualquer tipo de transporte mental (Aron & Harris, 1993).

compreender a ruptura entre os antes tão próximos psicanalistas. Mais adequado seria compreender que Ferenczi retornou, em seu ensaio, a pontos incômodos ao campo de saber psicanalítico em plena institucionalização e expansão, como o tema da violência sexual na sociedade burguesa europeia (Endo, 2005), bem como que aquele seria talvez um dos primeiros atos de independência de Ferenczi em relação ao seu mestre, evidenciando sua opção por caminhos distintos dos trilhados por Freud (Pelaez, 2009; Gondar, 2013). Não é por outra razão, portanto, que iniciamos nossa exposição a partir desse texto de Ferenczi, por ser aquele que marca mais claramente a divergência entre o intelectual húngaro e o pai da psicanálise, já apontando as características fundamentais do pensamento de Ferenczi para o presente trabalho.

Em *Confusão de Línguas*, Ferenczi traçou um paralelo entre a experiência do trauma derivado do abuso sexual infantil e a postura do analista diante dos traumatismos infantis de seus pacientes. Em sua empreitada clínica para o tratamento do trauma, buscava formas de garantir a terapêutica dessa fonte de sofrimento psíquico e de seus sintomas. Para Ferenczi, o analista poderia reproduzir inconscientemente as condições traumatógenas experimentadas pelo sujeito em sua infância ao se negar a escutar o paciente, inclusive as críticas (normalmente veladas) que poderiam tecer ao analista. Para ele, o analista precisaria estar preparado para encarar tais críticas de forma não-defensiva, o que se daria somente mediante ao fato de o analista ser suficientemente analisado para reconhecer em si suas tendências contratransferenciais em relação aos pacientes. Os conteúdos inconscientes do analista são parte indissociável do trabalho analítico, o que colocou para Ferenczi a questão fundamental de até onde chegava a análise dos psicanalistas. A capacidade de escuta do analista às críticas, para além da transferência e das neuroses dos pacientes, representaria para Ferenczi um vínculo de confiança capaz de estabelecer um "contraste entre o presente [da análise] e um passado insuportável e traumatogênico" (1932/2011, p. 115), contraste esse indispensável para que o passado reavivado, agora em novas condições, possa ser elaborado. Defender-se do paciente, de suas críticas ou das próprias dificuldades inconscientes configuraria, para Ferenczi, "hipocrisia profissional". Assim, o paciente se veria uma vez mais abandonado por uma referência afetiva importante, o analista, tal como acontecera em sua infância, com os pais. A conclusão de Ferenczi diz respeito ao fato de que tal estado de coisas - hipocrisia, frieza e antipatia diante da angústia, mesmo a mais infantil expressada na situação analítica - não diferiria essencialmente das condições que fizeram o sujeito adoecer em

sua infância via uma experiência traumática. O abandono conduz à clivagem e abre caminho para a doença.

Concordo com Aron e Harris (1993) quando apontam que, apesar de duramente criticado pelo recurso ao abuso sexual infantil para sustentar seus argumentos, não era o que de mais relevante era apresentado à comunidade psicanalítica em *Confusão de Línguas*. Ao longo de todo o seu trabalho, Ferenczi nunca deixou de se interessar pela violência sexual, tendo trabalho com prostitutas e perversos antes mesmo de se interessar pela psicanálise. *Confusão de Línguas* era menos um retorno e mais uma nova origem (Gondar, 2012). Ferenczi estava ali defendendo uma concepção de técnica, uma leitura de clínica. Não menosprezamos a importância (nem a coragem) de Ferenczi em tocar diretamente num tema tabu para a comunidade psicanalítica de sua época. Porém, fê-lo condicionando sua argumentação à questão relacional do trauma para atingir a questão relacional da própria psicanálise. E é esse elemento de sua argumentação que interessa ao nosso estudo, a ligação entre o sofrimento psíquico e a ação de um outro, que recusa reconhecer o sujeito em suas necessidades, desejos e vulnerabilidades, mesmo diante de uma situação-limite como a exposição à violência. Aqui reside justamente o centro da teoria do trauma de Ferenczi: sua dinâmica psíquica é inexoravelmente relacional, diferenciando-se de Freud (pelo menos naquilo que diz respeito a sua concepção de trauma). Voltemos ao texto para observar como Ferenczi desenvolve sua argumentação.

Em *Confusão de Línguas*, foram postulados dois tipos de relação com um objeto de amor, a ternura e a paixão. A primeira seria própria da criança em fase anterior à maturação sexual e a segunda, uma exclusividade dos adultos. São as duas “línguas” as quais o título do artigo se refere. Um adulto perverso coloca sua satisfação sexual como objetivos da relação afetiva com uma criança e compreende as demandas dessa por carinho como a manifestação de desejos sexuais, tomando-a por objeto sexual, numa configuração que extrapola as capacidades simbólicas daquele sujeito ainda longe de sua maturação sexual. O excesso de excitação psíquica produzida pelo abuso leva a uma cadeia de consequências, como a clivagem, identificação com o agressor e a prematuração, as quais detalharemos adiante, mas principalmente leva à fixação traumática. Segundo o modelo de Laplanche (1980/1993) citado por Endo (2009), após a experiência do terror e quase aniquilamento, haveria uma fixação *do* trauma e não fixação *no* trauma. Laplanche propõe compreender o trauma como uma flecha que se fixa num alvo. Pensemos o alvo como o aparelho psíquico. Parte dessa flecha, é certo, estará encrustada no alvo,

sendo-lhe interna. Por outro lado, a flecha não penetra totalmente, mantendo parte sua em contato com o exterior. A flecha é o trauma, que se fixa no psiquismo de forma paradoxal, como exterioridade interiorizada, nunca totalmente assimilada, mas também nunca totalmente extern.

Devido a sua morte precoce nos anos 1930, não contamos com uma teoria tão bem-acabada sobre o trauma, mas com pistas heurísticamente ricas o suficiente para que fosse retomado, anos depois, como um autor central para a compreensão do trauma psíquico. Em *Reflexões Sobre o Trauma* (Ferenczi, 1934/2011), um conjunto de notas póstumas de 1934, Ferenczi apresentou uma versão mais articulada de sua teoria do trauma. O autor distingue dois tempos do trauma, o choque e o desmentido. O choque (ou comoção psíquica) refere-se um ato violento ao qual o sujeito é incapaz, de certa forma, de oferecer resistências. Ferenczi o descreve como uma concussão que causa clivagem da personalidade (como uma psicose transitória), cuja função consiste em preservar o psiquismo a partir da eliminação das partes atingidas, mortas (Dupont, 1998). A clivagem é, portanto, uma estratégia de sobrevivência psíquica. O choque, tal como descrito por Ferenczi, se aproxima da concepção econômica freudiana de trauma. É marcado por seu caráter súbito, para o qual o sujeito não pode reagir a partir de suas defesas, acarretando “aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do si mesmo” (Ferenczi, *Reflexões sobre o trauma*, 1934/2011, p. 125). A consequência imediata da comoção psíquica é a angústia traumática e o sentimento intenso de incapacidade (Ferenczi, 1934/2011, p. 293) que impede qualquer reação aloplástica²⁴ (de adaptação, *flight or fight*) ou autoplástica (simbolização) capaz de afastar o intenso desprazer que ocasiona. Por outro lado, para ele, a experiência traumática, como qualquer outra, gera uma tensão que pede descarga. Segundo Ferenczi, o sujeito tenta respostas à comoção, sem qualquer dúvida, mesmo que não obtenha êxito. O psicanalista dirá que a própria autodestruição poderia ser compreendida dentro dessa chave: como uma reação limítrofe diante daquilo que não se pode contrapor, resistir. A comoção psíquica é, contudo, apenas parte da experiência de exposição à violência. Não será suficiente, por si só, para configurar uma situação patológica ou uma síndrome. Far-se-á necessário, para que isso ocorra, que a experiência do sujeito vitimado seja, no plano intersubjetivo, desmentida, não-reconhecida (Gondar, 2012). Falamos aqui num segundo

²⁴ Conduta dirigida ao meio externo afim de modificá-lo

momento do trauma, a sua negação, que não guarda nenhuma relação com o *Nachträglichkeit* freudiano.

Segundo Gondar (2012), no original alemão, o termo utilizado é *Verleugnung*, que tem sido traduzido por desmentido. Alguns autores têm preferido descrédito. Osmo (2016) aponta que a preferência das traduções brasileiras tem sido pelo ter “desmentido” para traduzir a *Verleugnung* ferencziana, visto que negação já descreve um conceito da teoria psicanalítica, cunhado em 1925 por Freud para descrever um forma de defesa inconsciente do Eu diante de um conflito psíquico, um mecanismo interno portanto (Freud, 1925/2011). Osmo indica outras traduções possíveis, como desautorização, proposta por Figueiredo (2002), ressaltando “obstrução do caráter processual e transitivo da percepção”, ou seja, impedimento em realizar uma operação simbólica de derivação de sentidos, própria da representabilidade. A desautorização é também defendida por Kupperman (2006) para quem o ganho de tratar a noção dessa forma é evidenciar sua dimensão de “desapropriação subjetiva” a qual o sujeito traumatizado é submetido. O sujeito perde o direito de falar sobre si. A meu ver, a profusão de interpretações da noção de *Verleugnung* – negação, descrédito, desautorização, desapropriação – apontam para a miríade de dimensões pelas quais o desmentido pode se operar e essa profusão nos interessa quando pensarmos a experiência dos sujeitos dessa pesquisa. Explicito aqui a minha escolha: manter o uso do termo mais comumente empregado, desmentido, sem deixar de reconhecer que a polissemia da noção aponta para a sua multiplicidade do fenômeno.

Ferenczi construiu seu modelo a partir da observação de crianças abusadas sexualmente. É um modelo relacional por excelência, e nisso há uma grande diferença em relação a Freud. Ao abrir o campo psíquico para o campo relacional, Ferenczi, mesmo que não tenha tido tempo ou interesse em teorizar sobre outros campos do saber, abre caminhos para relações de poder e, portanto, para o campo social e político. O desmentido se configura quando uma figura de afeto se recusa tanto a acolher a realidade psíquica do violentado, como a oferecer o suporte afetivo necessário, motivados pela própria vergonha. A reação hipócrita diante de uma violência sofrida para a qual se busca ajuda é, portanto, o centro da experiência traumática tal como conceituado por Sandor Ferenczi. Em *Análise de Crianças com Adultos* (Ferenczi, 1931/2011, p. 91), o autor já havia se manifestado sobre a negação e seu papel para o choque traumático:

O paciente relata-nos então as ações e reações inadequadas dos adultos, diante de suas manifestações por ocasião de choques traumáticos infantis, em oposição a nossa maneira de agir. O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado ou repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico. Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, sua total sinceridade.

A criança vitimada empreende movimentos intersubjetivos buscando apoio para lidar com o abuso sofrido. Segundo a formulação ferencziana, a criança busca uma figura de cuidado/amor e, quando não encontra a escuta e acolhida esperadas, vê a sua vivência negada por outrem. Diz Ferenczi que diante disso, a criança cede e deixa de poder sustentar sua própria opinião a tal respeito, interrompendo qualquer possibilidade de simbolização. A cadeia de sentido ali compartilhada é asfixiada pela negativa em reconhecer e validar a experiência que se pretende compartilhar.

À criança abusada faltam recursos psíquicos para elaborar o horror que advém do choque. Uma parte da personalidade tentará manter o registro da experiência, enquanto outra, clivada diante do abandono, aderirá à negação. A clivagem é vista como um processo intrínseco ao choque, uma primeira defesa. Contudo, traumas subsequentes implicam clivagens subsequentes, sendo que a ausência de um ambiente acolhedor pode levar a fragmentação/atomização da personalidade. A fragmentação representa o aniquilamento de pedaços do psiquismo afetados, mortos pelo excesso violento, apartados da consciência, perdurando como parte eternamente em decomposição, fonte confusão e sofrimento psíquico, tal como em *Confusão de Línguas* (Ferenczi, 1933/2011, p. 120)

Se os choques se sucedem no decorrer do desenvolvimento, o número e a variedade de fragmentos clivados aumentam, e torna-se rapidamente difícil, sem cair na confusão, manter contato com esses fragmentos, que se comportam todos como personalidades distintas que não se conhecem umas às outras. Isso pode, em última instância, determinar um estado que não hesitamos em designar como atomização, se quisermos prosseguir com a imagem da fragmentação.

Partes traumatizadas do eu serão clivadas como tentativa de manutenção do funcionamento psíquico do todo (autotomia). Nenhum traço mnêmico, nem mesmo inconsciente, é deixado pelo trauma, de forma que não pode ser rememorado. Para Ferenczi, o acesso ao traumático se dá única e exclusivamente através da repetição do trauma em condições mais favoráveis para sua percepção e descarga (como a situação analítica).

Junto à atomização, destrói-se o senso de confiança no outro e no mundo, fundando um profundo desamparo. Não resta alternativas ao sujeito a não ser a identificação com o agressor, como estratégia de sobrevivência diante do horror excessivo, identificação essa que é indicada pela capacidade de antecipar os mais sutis desejos do violador e eles se submeter, bem como pelo sentimento de culpa emergente, mais adequado à figura do agressor que ao sujeito vitimado.

(...)[E]sse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor (...) [A] personalidade, ainda fracamente desenvolvida reage ao brusco desprazer, não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e a introjeção daquele que a ameaça e agride (Ferenczi, 1932/2011, p. 117-8).

Para Ferenczi, a criança introjeta o sentimento de culpa não admitida pelo agressor. O que antes era um jogo de afetos para a criança (a ternura), torna-se algo pelo qual a criança deseja ser punida. Instala-se um conflito: parte da personalidade clivada se considerada culpada, parte ainda resguarda algum traço de sua inocência (Dupont, 1998). Tal identificação com o agressor permite que a criança restabeleça, mesmo que alucinadamente, uma dinâmica de ternura da qual necessita e preserve uma imagem tolerável daquele de quem ela é afetiva e materialmente dependente. Pode-se dizer que introjetar consiste aqui em retirar a ameaça do plano externo, enquanto estímulo imprevisível e aterrorizante, para tentar controlá-la, no plano interno. Outra repercussão do trauma é aquilo que Ferenczi denomina por prematuração. Aflição ou angústia intensas acabam por despertar disposições latentes, tanto no plano sexual, como no plano intelectual. A criança passa a demonstrar faculdades ou habilidades excepcionais, o que a sobrecarrega. O sonho do bebê sábio ilustra esse fenômeno. Sonhos recorrentes de pacientes de Ferenczi nos quais uma criança muito nova era capaz de falar como erudito e dar sábios conselhos ao pais e outros adultos, apontava para o desejo em suplantar os “grandes” em sabedoria, que nada mais era senão uma tentativa em inverter a fragilidade tão evidente nas experiências traumáticas infantis (Ferenczi, 1931/2011).

Até aqui, apresentamos a teoria ferencziana do trauma, sublinhando o caráter intersubjetivo do desmentido e suas consequências, justamente como as suas contribuições mais originais. Gondar (2012) aponta que o modelo conceitual ferencziano privilegia a dimensão relacional em detrimento do aspecto metapsicológico do trauma. O fator intersubjetivo é, para Ferenczi, modo de ação do trauma, seu elemento definidor por exce-

lência. Não é o conflito pulsional ou entre instâncias psíquicas, aspectos privilegiados por Freud, mas modos de relação afetiva que versa a leitura sobre o trauma que apresento até aqui. Justamente por teorizar sobre o trauma no interior do campo das relações, Ferenczi, ainda segundo Gondar (2012), abre espaço para uma apreciação do trauma em sua dimensão política, afinal, as relações interpessoais estão fundadas em relações de poder socialmente determinadas, como é evidente no caso entre filho e seus pais. Suas ideias, portanto, extrapolam o campo meramente clínico. O ganho das proposições de Ferenczi em relação as de Freud se dá justamente na abertura que faz à incidência do campo social no trauma. Ferenczi fala do outro como operador do traumático. A pertinência de se pensar o desmentido para além do campo relacional mais imediato do sujeito, de seus pares diretos, já foi defendida por outros autores, como Gondar. Nessa leitura, o desmentido abre espaço para o trauma ser pensado como fenômeno psicossocial por excelência, donde a intersecção sujeito e sociedade aparecerá em toda sua potência. É o que gostaria de analisar em relação aos familiares de mortos pela polícia: o desmentido não numa relação interpessoal específica, mas na relação entre familiares e sistema de justiça.

Na esfera social, o interesse pelo desmentido ferencziano se dá justamente por sua aproximação à recusa em reconhecer o sofrimento, elemento essencial da experiência social de familiares de vítimas de crimes policiais. Para Gondar (2012, p.199), o desmentido é o avesso do reconhecimento, definido por ela como “a necessidade vital que possui todo indivíduo de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado pelas pessoas que o cercam, o reconhecimento se encontra hoje no cerne das reivindicações políticas contemporâneas”. No limite, para Gondar (2012), o reconhecimento é uma demanda de que se reconheça a sua condição de sujeito (e o reconhecimento jurídico, a garantia de direitos, faz parte dessa condição, como, por exemplo, demonstra Axel Honneth em sua teoria do reconhecimento). O desmentido é a negação do sofrimento que implica na negação do sujeito como um todo. Matizando um pouco mais essa dicotomia, Gondar (2012) aponta que o que se nega é a vulnerabilidade quando se desmente o pedido de ajuda de uma criança - uma cegueira dos adultos para a nossa ligação precária com a vida. Dirá Gondar (2012, p. 202) que “Se em Freud o sujeito precisa do outro porque é constitucionalmente desamparado, em Ferenczi o sujeito é vulnerável na relação com o outro”. Não percorrei, nesse estudo, nenhuma teoria ou proposta específica sobre o reconhecimento social, visto ser campo vasto de teorização.

O desmentido é, portanto, o reconhecimento recusado. Vejamos a seguir como o Sistema de Justiça opera o que poderíamos compreender como uma cadeia de desmentidos, a partir da negação do crime cometido, que significa, ao mesmo tempo, a negação do estatuto de vítima (e das proteções que lhe cabem) e, no limite, a negação da condição de sujeito, tornado, antes de tudo, objeto do desejo de morte em nossa sociedade.

3. Resistências Seguidas de Morte no Sistema de Justiça Criminal: A Sujeição Criminal

Vimos um conjunto de evidências que fortalecem a hipótese de que casos classificados como resistência seguida de morte mascaram, com frequência, homicídios cometidos por policiais militares. Se não podemos ignorar que existem conflitos entre policiais e grupos criminosos num país que a criminalidade se militarizou, principalmente quando o mercado ilícito de drogas toma a cena urbana e é atravessado por disputas sangrentas por territórios, também não podemos ignorar que os dados disponíveis dão margem para uma fundada suspeita sobre cada uma dessas mortes, como se à polícia fosse dada “licença para matar”, como dirá um dos entrevistados dessa pesquisa.

O interesse pelos familiares me levou a uma aproximação de sua experiência com o sistema de justiça, ambiente que serve de cena fundamental para a vivência dessas mortes. Nesse capítulo, analisarei a resposta do sistema de justiça criminal às mortes que a polícia perpetra, afim de compreender melhor qual relação a performance dessas instituições guarda com a experiência psíquica dos familiares. A hipótese que guiou esse aprofundamento aponta para o sistema de justiça criminal como produtor de discursos e práticas cuja finalidade é operar de modo análogo ao desmentido ferencziano, negando o crime cometido e protegendo juridicamente os policiais, legitimando suas ações. Começo com uma exposição sobre o sistema de justiça criminal e o processo penal, em suas etapas e possibilidades, para depois apresentar como as mortes cometidas pela polícia são processadas por esse sistema.

3.1 Homicídios e o sistema de justiça criminal

Crime é uma construção social, produto de nossas relações e das estruturas que as determinam. O que é crime, o que deixa de ser, quais crimes importam, quais não, é algo que varia segundo determinantes culturais. Sobre a noção de crime, afirma (Misse, 2011):

É sempre preciso insistir que, na modernidade, o crime não existe na “natureza” do evento, mas na interação social em que uma parte acusa moralmente a conduta da outra e, sendo

bem-sucedida, obtém a institucionalização daquele curso de ação, idealmente tipificado como “crime”, nos códigos penais.

Se crime depende da interação e a interação depende das “partes”, a noção de crime e criminalidade se encontra necessariamente atrelada aos sujeitos sociais presentes em cada um dos polos dessa relação. Na esfera criminal, não são dois cidadãos disputando algo entre si e que contam com um Estado-mediador, como seria na esfera cível. No direito penal, uma das partes é o suspeito ou réu e a outra é o próprio Estado, que figura como acusador. Como parte do exercício do monopólio legítimo da violência, o Estado é o responsável exclusivo pela administração da justiça, tutelando os conflitos sociais, sendo o único ator legítimo a agir impositivamente sobre eles. Esse exercício será pautado pelo Direito e controlado pelas instituições responsáveis por sua aplicação de forma que os sujeitos envolvidos, principalmente a vítima, tem um campo de ação muito pequeno (senão nulo) sobre todo esse processo²⁵.

Refiro-me por sistema de justiça criminal ao aparato institucional do Estado responsável pela aplicação da lei penal e pela condução do processo penal como um todo. À Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário cabem a resposta à suspeita ou confirmação de fatos no mundo que recaem sob a classificação de crimes. Essa resposta é necessariamente seletiva: nem todas as condutas criminalizadas (condutas ideais e proibidas que constam em códigos e leis) serão criminadas (ou seja, levadas ao conhecimento do sistema de justiça criminal, no qual serão investigadas). Menos condutas ainda serão incriminadas, ou seja, passarão pelo processo de incriminação no qual esse sistema apresenta a necessidade de se mobilizar os remédios legais e institucionais para sanção a uma conduta criminosa (Misse, 2011). O que marca as passagens entre uma etapa e outra nos casos de mortes pela polícia é o que nos interessa. Essa seletividade criminal é inseparável de uma seletividade social, na qual o sistema de justiça trata de forma diversa sujeitos sociais diversos.

²⁵ Essa é uma das grandes críticas que defensores da Justiça Restaurativa fazem ao direito penal tal como o concebemos: é alienante, pois alija sujeitos (e, por suposto, seus afetos) das decisões da justiça em nome de uma apropriação dos conflitos, que corre o risco de tornar a pena e a punição algo anódino, banal, no limite, pura violência retributiva.

Os crimes contra a vida, junto aos crimes hediondos, são os crimes mais graves previstos pelo Código Penal, sendo o homicídio um deles²⁶. Sua mera suspeita é suficiente para desencadear o processo de criminalização, ou seja, a inserção do sistema de justiça criminal. Na presença de um morto e diante de suspeita de homicídio, esse fato será processado no interior desse sistema de acordo com o Código de Processo Penal, conjuntos de regras para que a aplicação da lei penal seja possível através de ritos pré-estabelecidos cuja intenção é garantir direitos dos acusados, bem como o interesse do Estado em reprimir condutas criminosas. Crimes contra a vida serão processados por ritos em parte comuns com outros crimes, como crimes contra o patrimônio ou tráfico de drogas, em parte ritos singulares, como o julgamento por um Tribunal do Júri, e são essas etapas que quero apenas expor nessa seção, afim de nos auxiliar na tarefa de compreender a experiência dos familiares diante do sistema de justiça.

Tanto homicídios como outros crimes são processados em duas fases, a fase policial e a fase processual. A primeira se refere ao registro de uma ocorrência pela autoridade policial, o delegado de polícia, e a sua investigação. A Polícia Civil é uma corporação policial subordinada à Secretaria de Segurança Pública (assim como a Polícia Militar) a partir da Delegacia-Geral. Portanto, está subordinada ao Governo do Estado. Executa a função de polícia judiciária, porta de entrada do sistema de justiça, buscando esclarecer as circunstâncias e a autoria de violações da lei penal, quando acontecerem²⁷. Dessa forma, sua principal missão é informar as etapas posteriores do processo penal, oferecendo subsídios para a decisão de promotores e juízes. Mesmo não tendo função de julgar, determinar culpa e responsabilidade, a distinção proposta por Misse entre criminalização, criminalização e incriminação já evidencia que a Polícia Civil é lugar de decisões importantes no que diz respeito à interpretação da realidade quando ela toca a esfera penal. O que decide um delegado, como relata os fatos, qual curso dá para as investiga-

²⁶ São crimes contra a vida o homicídio, o aborto, o auxílio ao suicídio e o infanticídio, previstos entre os artigos 121 a 125 do Código Penal.

²⁷ Delegados de polícia são os dirigentes da Polícia Civil, responsáveis pelos atos administrativos que executam, como o boletim de ocorrência e a presidência do inquérito policial, do qual falaremos no texto. O delegado é responsável pela formalização jurídica dos atos e representações promovidos pelos investigadores de polícia, funcionários de carreira operadores da investigação criminal. Os delegados também são auxiliados pelos escrivães de polícia, responsáveis pelas formalidades burocráticas da instituição, lavrando boletins de ocorrência, termos de declaração (depoimentos), autos, etc. Esses são os principais servidores públicos com os quais os familiares se relacionarão ao longo de seu contato com a Polícia Civil.

ções já implica num processo de valoração dos fatos e, mais importante para o interesse desse estudo, dos atores envolvidos.

A cadeia decisória do sistema de justiça criminal encontra sua primeira etapa no próprio boletim de ocorrência, ato administrativo do delegado de polícia que descreve fatos e informações relevantes, e os classifica em relação ao Código Penal, segundo a discricionariedade do delegado. Gera um documento oficial que formaliza perante o sistema de justiça o acontecimento criminal (*notitia criminis*). Transforma fato real em fato jurídico. A depender das circunstâncias, outras ações poderão ser solicitadas pela autoridade policial no momento de registro da ocorrência, como a prisão de suspeitos. Crimes contra a vida condicionam que a autoridade policial instaure obrigatoriamente um inquérito policial para seu esclarecimento, em busca da verdade dos fatos. Essa busca pela verdade, segundo Misse (2011), é mais que a ação da polícia civil, do delegado e seus investigadores. Soma-se a isso laudos da Polícia Técnico-Científica, do Instituto Médico Legal, depoimentos, intervenções do promotor de justiça, etc. A Superintendência da Polícia Técnico-científica (SPTC) em São Paulo é composta pelo o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico-Legal. A SPTC é subordinada à Secretaria de Segurança Pública e, na prática, é uma unidade policial independente das Polícias Civil e Militar. A SPTC é especializada na produção de provas periciais a partir da análise do conjunto de elementos materiais (vestígios, necropsia, exames de corpo de delito) relacionados à infração penal, de forma a auxiliar a justiça (Superintendência da Polícia Técnico-Científica, 2015).

Uma vez instaurado o inquérito, ele deverá terminar num relatório de responsabilidade do delegado, onde informa Poder Judiciário e Ministério Público das diligências e opta pelo indiciamento ou não dos autores. O indiciamento é o ato da autoridade policial que aponta para indícios suficientes de autoria e materialidade do crime suposto, recolhidos ao longo das investigações. Na prática, liga um crime, cuja existência foi comprovada durante a investigação, a um sujeito-autor, num juízo meramente processual. Essas são as duas condições necessárias para a permanência do fato no interior do sistema de justiça. Na ausência de uma delas, não há ação penal possível. Veremos, por exemplo, que nem sempre uma conduta criminalizada e criminada será incriminada, ou seja, passível de ser sujeita a uma ação penal. É o caso das mortes cometidas pela polícia. Apesar de serem homicídios, serem inseridas no sistema de justiça, com autoria conhecida, não são consideradas crime, pois são interpretadas como condutas nas quais

a ilicitude é afastada. Pelo fato de o policial ter supostamente agido em legítima defesa, com a intenção de salvar sua vida ou a vida de um terceiro, cometeu o ato cumprindo o seu dever legal.

Na retórica do processo penal, o indiciamento não significa julgamento, nem condenação do autor, algo que está fora da competência da polícia. Diante do indiciamento, o delegado pode solicitar medidas cautelares, como prisão temporária ou preventiva dos indiciados, caso considere que eles representam uma ameaça à investigação ou a terceiros. Entretanto, nos autos que me foram disponibilizados, à exceção de um deles, os relatórios de inquérito policial representavam apenas um sumário organizado das diligências que a polícia realizou para aquele caso, quase que se abstendo de opinar. Não posso dizer que os casos que revisei são representativos da ação da Polícia Civil na cidade ou estado de São Paulo, mas essa característica me chamou atenção. Num único inquérito, justamente o caso que analisaremos nesse estudo, o delegado pediu a prisão dos policiais militares após quase um mês de investigações, afirmando sua convicção de que haviam elementos suficientes para indiciar os policiais. É importante notar que o envolvimento de familiares das pessoas mortas pela polícia no inquérito é intensa, bem como sua relação com investigadores e delegados, seja depondo, seja buscando ativamente informações sobre o andamento das investigações, seja pressionando para que o caso não acabe esquecido nas mesas dos delegados de polícia.

Na forma como nosso sistema de justiça se estrutura, o inquérito policial é momento central e determinante para o processo penal, razão pela qual há valor em estender um pouco mais a descrição que apresento ao leitor. Dirá (Misse, 2011, p. 13):

O inquérito policial é a peça mais importante do processo de incriminação no Brasil. É ele que interliga o conjunto do sistema, desde o indiciamento de suspeitos até o julgamento. A sua onipresença no processo de incriminação, antes de ser objeto de louvação, é o núcleo mais renitente e problemático de resistência à modernização do sistema de justiça brasileiro. Por isso mesmo, o inquérito policial transformou-se, também, numa peça insubstituível, a chave que abre todas as portas do processo e que poupa trabalho aos demais operadores do processo de incriminação - os promotores e juízes.

É regido por um modelo inquisitorial de construção da verdade, ou seja, unilateral, sem contraditório ou completa transparência e, em nosso caso, sem possibilidade de participação real dos familiares. Fase policial e fase processual são independentes, sendo necessário que na fase processual se colham novamente provas, como depoimentos,

o que significa uma relativização do valor das provas policiais. Porém, o que vemos no sistema de justiça criminal como um todo é que a representação jurídica da realidade construída pela polícia no inquérito tende a prevalecer ao longo de todo o processo, sendo atualizada e reproduzida em outras instâncias, praticamente incontestes (como nos casos que são foco desse estudo).

O relatório do inquérito policial é remetido ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça. O Ministério Público é um órgão independente, regulado pelo artigo 127 da Constituição Federal, responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis²⁸. Especificamente na esfera criminal, serve de auxílio à função jurisdicional, responsável por iniciar uma ação penal (algo de sua competência exclusiva), realizar o controle externo das polícias e exercer o controle sobre o inquérito policial. O promotor de justiça pode, por exemplo, determinar a realização de mais diligências, caso considere aquelas contidas como não-satisfatórias. Diante do relatório de inquérito, o promotor deve decidir se as investigações devem continuar, se solicita ao juiz de direito o arquivamento do inquérito policial ou se denuncia os autores pelo cometimento de crimes. O arquivamento do inquérito policial ocorre quando o promotor de justiça não se convence dos indícios de materialidade e autoria do ilícito penal, não cabendo ação. É solicitado pelo promotor de justiça, mas julgado por um juiz de direito, que pode deferir ou não o pedido. Portanto, há participação de todas as instituições do sistema penal no arquivamento de uma investigação. Por outro lado, é certo que o Ministério Público detém grande poder: mesmo que um juiz discorde das razões do arquivamento, o processo é remetido ao Procurador Geral de Justiça (cargo máximo do Ministério Público estadual), que decidirá a questão em última instância. O arquivamento é praticamente o encarceramento da ação do sistema de justiça sobre o caso em questão. Determina o fim das investigações e afirma que não há crime ali a ser punido. É possível, mas muito improvável, reverter um arquivamento.

Denomina-se denúncia a acusação formalizada pelo Ministério Público ao Poder Judiciário de uma transgressão da lei penal, que deve ser devidamente fundamentada, detalhando a conduta imputada aos acusados. Assim como o arquivamento, será avaliada por um juiz de direito que pode aceitá-la ou não, concedendo ao acusado direito de se

²⁸ São os direitos dos quais uma pessoa não pode abrir mão, como o direito à vida, à liberdade, à saúde e à dignidade.

defender das acusações antes de acatá-las. O contraditório, dinâmica competitiva entre acusação e defesa, marca o processo que chega até essa etapa, a denúncia. A denúncia inaugura a fase processual dessas mortes, saindo do campo policial e entrando no campo propriamente judicial. Para que não exista confusão entre o que proponho como violência judicial e o que chamo aqui de fase judicial da apuração dessas mortes, é importante dizer que tento compreender o sistema de justiça criminal como um todo formado por diversas instituições que atuam no campo criminal como bloco, compartilhando visões e endossando ações, protegendo-se mutuamente, mais que fazendo um papel de controle entre si. Nos casos de letalidade policial, em sua grande maioria, isso é bastante claro. Esse sistema funciona de forma a proteger juridicamente policiais que cometem execuções sumárias ao invés de exercer um rigoroso controle da atuação policial. O controle externo da polícia, por exemplo, é tema de intenso debate. De responsabilidade do Ministério Público, verifica-se pouca disposição por parte de promotores em contestar e coibir, com as medidas que lhes cabem, a ação violenta das polícias, sobretudo quando envolve mortes suspeitas. As numerosas instituições, a meu ver, colaboram para uma diluição de responsabilidades, algo que o termo violência judicial tenta contornar. Feito para funcionar numa dinâmica de freios e contrapesos, de controle mútuo, não se pode eximir uma instituição desse sistema da responsabilidade pela violência que outra perpetrada.

Dada a oportunidade de a defesa se manifestar sobre a acusação, o juiz fará um juízo de admissibilidade, onde decide se aceita ou não a denúncia oferecida pelo Ministério Público. No caso dos homicídios dolosos, se a denúncia for aceita, o processo caminhará pelo rito especial do júri. “Doloso” se refere a classificação adotada pelo Código Penal que divide os crimes de acordo com a intenção de quem o comete. Crimes culposos são aqueles que o agente não tinha intenção em produzir aquele resultado específico em sua ação, por razões de imprudência, imperícia ou negligência. Crimes dolosos é aquele no qual o agente previa o resultado de sua ação, agindo intencionalmente. Após recebida a denúncia, será decidido se os autores serão pronunciados ou não. Pronúncia é a sentença que o juiz profere na fase instrutória do Tribunal do Júri e é, novamente, um juízo processual, que aponta para a viabilidade da acusação. Para isso, ouvirá depoentes, da acusações e da defesa, numa audiência de instrução, proferindo sentença segundo o seu convencimento. Nessa etapa, um juiz pode decidir pela:

a) pronúncia, na qual o juiz declara a viabilidade da acusação e, por conseguinte, indica que o processo deve ser julgado pelo Tribunal do Júri; b) impronúncia, caso em que o magistrado afirma que não há crime ou, se esse ocorreu, não foi o réu quem o praticou, extinguindo o processo; c) desclassificação, hipótese em que a sentença afirma que há crime cuja competência não é do Tribunal do Júri, motivo pelo qual o processo deve ser devolvido à vara criminal comum e, d) absolvição sumária, decisão que afirma a existência de delito distinto de crime doloso contra a vida (por exemplo, homicídio culposo) e o fato de não ter sido o réu que o praticou, razão pela qual o juiz passa a ter o poder de absolvê-lo imediatamente (Ribeiro, 2009, p. 12)

Em caso de sentença de pronúncia, o réu será julgado pelo júri.

3.2 As Resistências Seguidas de Mortes no Sistema de Justiça Criminal

Expostas de forma resumida as etapas pelas quais o sistema de justiça criminal processa um crime de homicídio, passo a apresentar como se dá a inserção das resistências seguidas de morte no interior desse sistema. A ordem da exposição seguirá a ordem dos ritos do processo penal, pelo fato dessa ordem ser elemento estruturante de como da construção dos sentidos conferidos as mortes cometidas pela polícia. Toda essa exposição é absolutamente necessária para se deixar claro como essas mortes são compreendidas nesse sistema, evidenciando como sujeitos envolvidos são valorados. E, claro, explicitar cada uma dessas etapas tem a intenção expor a trajetória dos familiares no interior desse sistema.

Quando a polícia mata, via de regra, é o próprio policial militar quem comunica o fato voluntariamente à delegacia de polícia, na qual é lavrado o boletim de ocorrência. Nesse momento, quando os envolvidos são elencados no boletim de ocorrência, o indivíduo morto, e não os policiais, é quem aparecerá na qualidade de autor do crime e os policiais, enquanto vítimas. O registro da ocorrência configura como um primeiro momento no qual se constrói a incriminação da vítima, quando se imputa a ela o cometimento de crimes a partir unicamente da fala dos policiais autores da morte, comumente as únicas testemunhas do fato presentes na delegacia. Não é frequente a participação de testemunhas oculares que não os policiais. Discute-se que essa característica das resistências seguida de morte se deve ao medo de retaliação a testemunhas que possam contribuir com a incriminação de policiais (Misse, 2011, p. 48). Também se deve ao fato de muitas vezes essas mortes ocorrem distantes dos olhos do público, de madrugada, em locais ermos.

Há uma narrativa-padrão para essas mortes, que se repete sistematicamente, da qual o boletim de ocorrência é a primeira (e talvez mais relevante) manifestação. A narrativa-padrão dos boletins de ocorrência de resistências seguidas de morte se dá mais ou menos como no exemplo a seguir, no boletim de ocorrência lavrado quando da morte de Cesar, caso que analisaremos nesse estudo:

No Cartório do GEACRIM, reduzidos a termo os depoimentos dos Policiais Militares envolvidos na presente ocorrência, os mesmo foram unânimes em informar que se encontravam em patrulhamento de rotina, ocasião em que perceberam um veículo motocicleta com dois indivíduos em atitude suspeita e iniciaram acompanhamento aquele veículo, inclusive dando sinais luminosos, sendo que aqueles não obedeceram e empreenderam fuga, onde o indivíduo que se encontrava na garupa efetuou disparo contra a guarnição, sendo que o motorista, alguns metros adiante, perdeu o controle da motocicleta e acabou por cair, que tais indivíduos ainda efetuaram disparos contra os Policiais Militares, ocorrendo nesse momento o confronto, onde os dois foram atingidos e socorridos ao nosocômio (...)

Em seu relato, os policiais normalmente afirmam que houve confronto armado após uma abordagem ou enquanto atendiam uma ocorrência. Em sua fala, o suposto agressor é quem primeiro atira, mas é ele quem sofre o revés. Ferido gravemente, é socorrido ao hospital, mas não resiste aos ferimentos. O registro da ocorrência pela Polícia Civil tende a reproduzir tal e qual a narrativa dos policiais militares, sendo um primeiro momento de legitimação jurídica dos fatos tal como narrados pelos próprios autores²⁹.

Feito o registro da ocorrência, um inquérito policial é instaurado para investigar o fato. A lei define prazos para que as investigações em um inquérito sejam encerradas. Até serem relatados pela autoridade policial, esses inquéritos costumam receber sucessivas extensões de prazo, autorizados pelo Ministério Público, podendo durar anos (Misse, 2011, p. 45), que são, para os familiares, anos de expectativa e frustração por permanecerem sem obter uma resposta pública ao assassinato de um ente querido. Essas protelações são justificadas pela alta quantidade de inquéritos aos quais os investigadores da polícia civil precisam se dedicar. Tal justificativa não esconde, porém, a opção por não priorizar as investigações de mortes cometidas pela polícia. Essa característica não é

²⁹ O registro da ocorrência é feito de acordo com a premissa de que a palavra dos policiais, na qualidade de agentes de estado, é verdadeira, pois esses possuem “fé pública”. Ou seja, não se deve duvidar a priori do seu testemunho, o que de fato não é feito pela Polícia Civil no momento da lavratura do B.O, mesmo que sejam parte interessada no processo. Como veremos, tal premissa se desenrola no processo penal de forma a dotar a palavra dos policiais da condição de evidência suficiente para que outros atores do sistema de justiça estabeleçam suas conclusões. Essa característica é verificada não apenas nos autos de resistência, mas também para outros crimes. Sobre a palavra do policial enquanto prova no processamento de crimes de tráfico de drogas, confira o estudo de Jesus, Oi, Rocha & Lagatta (2011).

exclusiva dos homicídios cometidos por policiais. Adorno & Pasinato (2010) apontam a pouca disposição da polícia civil para investigar homicídios em geral. Investigadores realizam poucas diligências afim de esclarecer as circunstâncias da morte, raramente saindo à rua para coletar evidências que os auxiliem nessa tarefa. Seu trabalho se centra na requisição e envio de papéis a outras instituições do sistema policial, como a Polícia Científica ou ao Ministério Público, e à intimação de testemunhas para depoimento. Geralmente, quando há testemunhas inquiridas, essas são os próprios familiares e/ou pessoas próximas da vítima. Como mencionado anteriormente, são raros os casos que contam com testemunhas oculares do fato; quando essas estão presentes, podem alterar os destinos da investigação, aumentando a chance de decisões desfavoráveis para os policiais.

Por outro lado, contribui para a baixa performance da polícia investigativa a precariedade das condições de trabalho da polícia judiciária. Poucos recursos e condições de trabalho inadequadas resultam em baixa performance na investigação e solução de crimes. A precariedade da polícia, entretanto, não pode explicar sozinha a decisão por não agir sobre mortes cometidas por policiais. Trata-se aqui de pensar numa instituição que opta pela inação. A forma como esses profissionais e suas instituições “pensam” o crime e os grupos marginalizados certamente incide nas decisões sobre quais casos priorizar, quais casos ignorar (Adorno & Pasinato, 2010). A investigação policial nos casos de resistência seguida de morte é permeada pela inércia.

Resistências seguida de mortes são marcados pela precariedade das provas periciais nos inquéritos. Vimos anteriormente que uma quantidade considerável de resistências seguida de morte carrega sinais suspeitos, que tornam a narrativa policial pouco razoável. Diante disso, as Polícias Civil e Científica respondem com exames periciais débeis e inconclusivos. É relevante mencionar cada um desses exames aqui, pois a forma como são realizados (ou negligenciados) pelas instituições policiais tem impacto relevante ao longo de toda a tramitação desses casos e, é claro, refletem no discurso dos familiares como elemento de conflito. O exame necropapiloscópico trata da identificação da vítima, geralmente feita por indícios encontrados com o morto, como documentos, e pelo reconhecimento dos familiares. O reconhecimento é momento especialmente difícil para os familiares, por ver seu ente querido ferido, violentado, podendo produzir marcas duradouras (Soares, Miranda, & Borges, 2006).

O exame cadavérico é a avaliação do cadáver por um médico legista afim de determinar a causa e o modo da morte, descrevendo o estado geral do cadáver. No caso de mortes violentas, são descritos os ferimentos e contusões que possam estar presentes. Origina um relatório com detalhamento do local e características das lesões e é elemento essencial para se determinar se a morte decorreu ou não de abusos por parte dos policiais. Lesões à bala com “orla de tatuagem” ou esfumaçamento indicam que os tiros foram feitos à curta distância, sinal mais contundente de que a versão de que houve um tiroteio pode ser falsa. Ainda, uma grande quantidade de tiros em regiões vitais como cabeça, nuca e tórax também são sinais de execução, uma vez que é improvável que na dinâmica de uma troca de tiros os policiais acertem essas regiões tantas vezes e tão mais frequentemente do que zonas anatômicas periféricas, como os braços e as pernas. Ainda, pode-se atestar no exame cadavérico sinais de agressão e tortura³⁰. Um exame necroscópico detalhado e rigoroso é absolutamente necessário para uma correta avaliação dessas mortes. Como visto no capítulo 1, isso nem sempre acontece. A negligência dos Institutos Médico-Legal nos casos de violência policial levou defensores de direitos humanos a demandar a desvinculação das polícias científicas das secretarias estaduais da segurança pública, argumentando que apenas um órgão absolutamente autônomo poderia cumprir seu papel de informar imparcialmente sobre as condições nas quais os homicídios ocorrem. Consta, por exemplo, como recomendação do relatório da Comissão Nacional da Verdade

A perinescopia é o registro detalhado do local e coleta de elementos materiais, como fotos, projéteis, impressões digitais, etc que possam ajudar na determinação das circunstâncias nas quais a morte aconteceu. Para que a perícia do local da morte seja possível, é necessário que esse local não sofra nenhuma alteração antes da ação dos peritos. Preservar a cena do crime é um dever legal e a sua adulteração pode consistir num crime *per se*. Nos autos de resistência, o local do crime costuma ser alterado pelos próprios policiais militares, que o desconfiguram encaminhando a vítima a um hospital com a justificativa de prestar socorro. Por vezes, o próprio exame cadavérico indica ser altamente improvável que as vítimas pudessem ter sobrevivido a tiros realizados por armas de alto poder de fogo em áreas vitais.

³⁰ Apesar de serem considerados indícios de execuções extrajudiciais, não há consenso entre operadores do direito, nem na jurisprudência, sobre se laudo do exame cadavérico consiste em prova suficiente para acusar os policiais e sustentar acusações contra policiais (Misse, 2011).

Colher projéteis remanescentes também é tarefa comumente negligenciada pela polícia técnica, tarefa que poderia contribuir para esclarecer se a vítima de fato atirou e, no caso dos policiais, individualizar a conduta a partir da análise de qual policial efetivamente produziu os disparos (o que poderia ser feito pelo exame de confronto balístico). Policiais militares normalmente fazem suas tarefas de policiamento acompanhados de colegas, raramente agindo sozinhos, e por essa razão seria importante que as provas periciais contribuíssem para a identificação do autor da forma mais individualizada possível, afim de possibilitar sua responsabilização. A dificuldade em apontar inequivocamente a autoria a partir de evidências coletadas, por mais que seja um crime de autoria conhecida, surgirá ao longo de uma futura ação penal como obstáculo para a punição dos autores. Vide, por exemplo, as discussões durante o julgamento do caso do Carandiru, nas quais um dos principais argumentos da defesa dos policiais foi, justamente, que era impossível dizer quem, dos batalhões PM, efetivamente atirou, pedindo absolvição dos réus. Por fim, há casos em que o local da morte nem chega a ser periciado.

O exame de confronto balístico de projéteis tem por função caracterizar o uso de armas de fogo em determinada ocorrência, definir seus efeitos e a autoria. Mesmo quando se está em xeque o uso de arma de fogo pela vítima suposta agressora, o exame de confronto balístico se mostra precário. Em geral, os peritos não conseguem informar se a arma foi disparada recentemente, tampouco não fazem sistematicamente o exame das mãos da vítima para identificar vestígios de pólvora, impedindo, assim, que a versão dos policiais seja questionada a partir das provas técnicas. Apesar da afirmação recorrente de que os policiais foram recebidos a tiros, são raríssimos os casos de resistência seguida de morte nos quais há algum policial ferido. Conforme pesquisas e relatórios, numa quantidade significativa de casos, não há qualquer evidência, para além do testemunho dos policiais, de que a vítima teria efetivamente disparado.

Segundo Misse (2011), o trabalho da polícia civil no inquérito não está orientado para a busca da verdade dos fatos, ou seja, para uma investigação criteriosa que pudesse esclarecer as circunstâncias associadas aquela morte, mas para a “investigação” do morto, o que o sociólogo chama de *construção moral da vítima*. Importa menos o que houve, mas com quem aconteceu. A origem social, classe, cor dos envolvidos conformarão a correlação de forças que definirá as decisões sobre aquela morte. Misse define essa característica como *processo de sujeição criminal*, um processo social de estigmatização que constrói classes de sujeitos (pobres, negros, periféricos) como “criminosas”,

“perigosas”, “suspeitas” (Ramos & Musumeci, 2005) e para os quais há uma demanda social por sua eliminação. Dirá (Misse, 2011)

A esse sujeito criminal, o “bandido”, reserva-se a demanda de incriminação preventiva e, no limite, sua eliminação física, como “solução” social para um “sujeito irrecuperável”, algo como um *homo sacer* (Agamben), cuja morte não produzirá demanda de punição, seja por indiferença pública quanto ao destino do bandido, seja por acreditar-se (ou desejar-se) que esse é o fim que se lhe destina.

Misse (2011) demonstra empiricamente que, nas resistências seguida de morte, o objetivo das investigações é antes justificar a ação dos policiais-matadores. No limite, é essa construção que legitima a ação letal da polícia, tal como operada pelo sistema de justiça. Falarei mais sobre a sujeição criminal no final dessa seção e nas conclusões desse trabalho, visto ser noção indispensável para esse estudo. Sigamos um pouco mais na trama jurídica dos casos de resistência seguida de morte.

Concluídas as investigações, o delegado encerra o inquérito policial relatando-as ao Ministério Público e Poder Judiciário. Misse (2011) aponta ser comum delegados reconhecerem a legalidade e proporcionalidade de suas ações que resultaram no evento morte, optando por não indiciarem policiais. O relatório de investigações configura assim mais um segundo passo no processo de construção da narrativa policial como verdade jurídica, portanto, de negação do crime cometido. Mesmo diante da má qualidade das investigações, a tendência da atuação do Ministério Público é conduzir os inquéritos policiais para arquivamento. Denúncias de policiais em casos de resistência seguida de morte pelo Ministério Público são altamente improváveis. O estudo de Misse (2011) aponta que isso se dá com justificativa na ausência de provas. Zaconne (2015, p. 144) aponta para que “o Ministério Público reforça as provas colhidas seletivamente para estabelecer através de uma decisão soberana a legitimidade das ações letais praticadas por agentes policiais” e que define a coparticipação do sistema de justiça como um todo nessas mortes, numa política de massacres operada pelo Estado. Verifica-se aqui um terceiro nível de legitimação jurídica do fato, o arquivamento. Para a maioria dos casos, o nível definitivo. Nas palavras de Misse (2011, p. 73) “[o] arquivamento de um procedimento é a homologação final, judicial, da legitimidade da morte, e a confirmação, portanto, da versão policial como verdadeira. A narrativa policial ganha, enfim, o status de ‘verdade jurídica’”.

Nos arquivamentos, a legitimidade das ações dos policiais é presumida. De acordo com Zaconne (2015), os arquivamentos de homicídios cometidos pela polícia são decisões genéricas, que tem a característica de mais uma vez abstrair fatos, revelando que a tendência do Ministério Público em adequar fato ao direito, e não o contrário, como seria de se esperar, apontando para uma “zona de indeterminação entre direito e fato” (p. 146). Descaso com os fatos que não é outra coisa senão descaso com os sujeitos. É o sujeito, novamente, o objeto das decisões por arquivamento, cuja morte é legitimada a partir de sua construção como inimigo. Diz Zaconne (2015, p. 155):

[É] na definição do inimigo em territórios segregados que se dá a legitimação das mortes produzidas a partir de ações policiais. Quase nada é falado sobre o momento da ação que resultou na morte a ser investigada. Muito pelo contrário, é possível observarmos modelos de arquivamento utilizados por promotores de justiça criminal em diferentes inquéritos, bem como modelos utilizados por diferentes promotores de justiça, revelando uma padronização da produção de subjetividades na legitimação das mortes produzidas pelo sistema penal.

Investiga-se a vida para legitimar a morte. A legitimação da morte não pode, portanto, prescindir da criminalização da vítima³¹, sustentada pela a suposta apreensão de armas, drogas ou com na construção do morto como traficante ou como roubador armado, o que é feito com recurso apenas à narrativa dos policiais militares. Todas construções feitas com pouca ou nenhuma relação com os fatos do caso em questão. É interessante notar como o mesmo não acontece com os policiais, nada se inquire sobre seu passado. Sabemos que muitos policiais reincidem no ato de matar, algo que poderia conduzir a suspeitas, mas essa questão sequer é levantada pela polícia ou pelo Ministério Público. No caso que analisaremos em uma das entrevistas, o promotor de justiça se manifesta da seguinte maneira:

Noticiam as inclusas peças do procedimento investigatório sobre os fatos ocorridos no dia 19 de dezembro de 2012, por volta das 00h16min, na Avenida [REDACTED], esquina com a Avenida [REDACTED], circunscrição do [REDACTED] Distrito Policial, nesta cidade e comarca de São Paulo, a vítima FELIPE DOUGLAS acima mencionada, encontrava-se praticando, em tese, o crime de roubo, em face de vítima [REDACTED] (policial militar), que se encontrava parada em um semáforo, com sua motocicleta, momento em que foi abordado pela vítima, sendo ameaçado por ele, que lhe empunhou arma de fogo e o ameaçou de morte, exigindo que lhe entregasse sua motocicleta, caminhando em sua direção com arma em punho, momento em que Henrique sacou sua arma de fogo, disparando contra Felipe, que foi atingi-

³¹ A partir daqui, me refiro a criminalização do sujeito ou da vítima em sentido genérico, por soar melhor e ser mais próximo do discurso corrente no debate em geral. Contudo, mais correto seria dizer incriminação da vítima, para preservar as distinções heurísticamente importantes sugeridas por Misse.

do e saiu correndo, sendo capturado e socorrido ao Pronto Socorro [REDACTED], onde evoluiu para óbito (...)

Observa-se que a arma que estava com Felipe era produto de furto/roubo, e pertencia ao SDPM [REDACTED]. Familiares da vítima Felipe confirmaram que ele estava na posse de uma arma de fogo, que guardava em sua casa, porém os familiares não sabem aferir se era dele ou de [REDACTED], que nega conhecer a pessoa de Felipe.

Do que consta dos autos, a melhor seara a ser seguida é o arquivamento dos autos. Nada mais se apurou acerca de eventual abuso na conduta do policial ou mesmo a não ocorrência dos fatos como acima narrado.

Conforme relatos constantes dos autos, notadamente os testemunhos acostados aos autos, deflui-se que o policial militar envolvido na ocorrência [REDACTED], que atingiu a vítima, eis que presente a excludente de ilicitude da legítima defesa própria, também agindo ele no exercício regular de suas funções policiais.

Não se descarta também a presença da excludente de antijuridicidade do estrito cumprimento do dever legal do miliciano envolvido na ocorrência.

Ante o exposto, promovo o arquivamento do presente inquérito policial, por inexistir delito a ser perquiridos, presentes a excludente de ilicitude da legítima defesa, com fundamento no art. 23, inciso II e III do Código Penal.

Um documento que obedece com precisão à descrição das decisões de arquivamento feita por Zaconne (2015), tanto ao reproduzir a narrativa policial, como ao não se debruçar sobre fatos. Tal como as evidências, as informações trazidas pelos familiares costumam ser ignoradas. Quando o promotor faz recurso ao depoimento dos familiares, só o faz quando esses depoimentos ajudam a criminalizar a vítima. Zaconne (2015) aponta para esse aspecto, certamente perverso, da forma pela qual o sistema de justiça constrói o sujeito como bandido, utilizando-se por vezes da fala dos próprios familiares. Quando há qualquer sinal de pertencimento ao mundo do crime, essa informação basta para que promotores atestem a legitimidade da morte, novamente, conclusão que não guarda qualquer relação com o homicídio em si, mas com a figura do morto, seu “pertencimento” social. Quando a fala dos familiares não se presta a construção criminal do morto, promotores ironizam ou simplesmente ignoram suas falas.

O arquivamento consiste quase que na manifestação final sobre o caso. Como vimos, a realidade das resistências seguidas de morte é a recusa sistemática em se escrutinar provas. Diante de um arquivamento, a polícia civil cessa seus trabalhos investigativos, de forma que se torna bastante improvável que se produza alguma novidade capaz de mudar a decisão por arquivar o caso. Portanto, com o arquivamento, está selada a impunidade dos policiais. Adorno & Pasinato (2007, 2010) entendem, na esteira de Ralph Dahrendorf, a impunidade como a desistência [sistemática] da aplicação da lei penal para crimes reportados à polícia. Os autores reforçam o aspecto seletivo da justiça criminal, que decide quais crimes merecem atenção, quais não, seleção essa motivada

por diversos fatores estruturais e simbólicos. Selecionar determinados casos significa o abandono de outros, sobre os quais esse sistema não pretende agir. Cada elo desse sistema influencia decisivamente os elos seguintes, de forma que a impunidade surge como o ápice de uma construção paulatina, estendida no “tempo da justiça”, operada por diversos atores.

O que foi apresentado até aqui dá conta de explicitar a dinâmica do processamento da maioria dos casos de resistência seguida de morte. Porém, mesmo os poucos casos que são denunciados pelo Ministério Público enfrentam um longo caminho permeado de obstáculos dentro do Poder Judiciário. Esse caminho é acompanhado pelos familiares, e nos debruçaremos sobre ele em um dos casos analisados mais adiante. Continuarei com uma exposição a respeito desse último nível dentro do sistema de justiça criminal. Pode-se dizer que as escassas denúncias são explicadas mais pela disposição individual de promotores de justiça, de pressões de movimentos de direitos humanos e da opinião pública do que por uma avaliação técnica do caso em si, visto que casos com indícios suficientes de execução não são tão raros como a escolha do Ministério Público por denunciar.

Se a denúncia é aceita, os policiais tornam-se réus por homicídio doloso numa ação penal. Muitos ainda serão os percalços para se concluir o julgamento dos policiais. Na complexidade de ritos do processo penal, vários são os elementos que contribuem para a demora na conclusão do processo penal. Sucessivos adiamentos de audiências, demora no agendamento das seções do júri contribuem para a morosidade processual envolvendo policiais (obstáculos bem descritos por Misse, 2011, pp. 77 em diante). Ainda, os réus podem não ser pronunciados, o que novamente significaria o fim do caso. Se o juiz decide pela pronúncia, os réus são levados a júri popular.

Cidadãos convocados pelo Poder Judiciário decidirão pela condenação ou absolvição dos policiais. Assim como no inquérito, as estratégias tanto da defesa (a favor dos policiais) como da acusação (contra os policiais) centram as discussões uma vez mais na construção moral da vítima. Enquanto a defesa tenta construir o morto como criminoso, a acusação quer demonstrar que se tratava na verdade de um inocente. O debate técnico sobre evidências periciais se torna secundário em relação ao interrogatório das testemunhas. As perguntas são construídas pela acusação de forma a identificar a vítima como uma pessoa honesta, trabalhadora, distante de atividades criminosas (Vianna & Farias,

2011), enquanto cabe à defesa tentar a tarefa oposta, construindo uma narrativa sobre o morto enquanto pária, criminoso ou usuário de drogas, que fez é, no limite, o único responsável pela própria morte.

O júri é tido como o momento no qual a sociedade julga o policial, sendo composto por sete jurados. Não tenho dados para fazer afirmações mais contundentes, mas a percepção geral é de que a tendência dos jurados é de absolver os réus-policiais (Misse, 2011). Os jurados se mostram sensíveis às tentativas de criminalizar a pessoa do morto. A lógica da sujeição criminal aqui se evidencia como mais ampla do que o sistema de justiça e seus operadores concretos. Os jurados, como integrantes da mesma sociedade que a produz, não fogem a ela. Os casos nos quais o processo penal em resistência seguida de morte prossegue para o júri são vistos como uma vitória da persistência dos familiares, contra o pré-julgamento representados pela categoria resistência seguida de morte (Vianna & Farias, 2011). Ainda assim, sabe-se que o júri é um momento de exposição intensa dos familiares à violência judicial, num ritual dramático e espetacularizado. Assim como em relação ao morto, sua credibilidade e legitimidade moral também é colocada em xeque, num contexto de relações de poder absolutamente desiguais. Perguntas da defesa são feitas de forma a enfatizar as incoerências no discurso das testemunhas de acusação - via de regra, os familiares - que depõem a favor da vítima, buscando detalhes que não sabem responder, como rotina de trabalho, por onde andava, quem eram os amigos, cujo intuito é associá-la diretamente a atividades criminosas, como, por exemplo, o tráfico de drogas (Misse, 2011). Quando os advogados de defesa têm dificuldade de atingir seus objetivos, não é incomum que constranjam familiares, intimidando-os, ofendendo-os. Na falta de provas testemunhais e técnicas, o julgamento desses homicídios se centrará sobre um embate moral a respeito da pessoa do morto, nesse momento numa dinâmica adversarial entre defesa e acusação. Num cenário no qual provas técnicas são coadjuvantes, a origem social é aquilo que mais pesa em desfavor do assassinado, buscando-se formas de justificar o homicídio a partir da construção do morto como um bandido. A força motriz das mortes cometidas pela polícia é a sujeição criminal.

O assassinato de bandidos pela polícia é compreendido pelo sistema de justiça criminal como parte do trabalho policial, como algo rotineiro. Chame-me atenção a argumentação jurídica do estrito cumprimento do dever legal. Diante do quadro de estigmatização, reconhecer e afirmar que policiais agiam cumprindo com o seu dever é quase como

que afirmar, ao arrepio de qualquer ideia de Estado de Direito, que o dever dos policiais não é outro senão esse, matar bandidos. Evidencia-se assim certo consenso sobre a legitimidade de se eliminar esses sujeitos, representada na ideia bastante difundida de que “bandido bom é bandido morto”. Essa crença é animada tanto pela ideia de que a impunidade está na origem da violência urbana (falta de punição significa mais crime, algo bastante questionado pela Criminologia Crítica), como pelo esvaziamento da confiança nas instituições públicas como capazes de oferecer respostas adequadas e eficientes ao problema da violência urbana (Misse, 2011, p. 115).

As narrativas ao redor das resistências seguidas de morte apontam para uma lógica social na qual existem sujeitos matáveis, que podem ser assassinados sem que isso configure ruptura da ordem jurídica e social, uma espécie de *homo sacer*, figura do direito romano antigo que, segundo Giorgio Agamben, é elemento fundamental e estruturante do exercício da política. Aponta para a relação de indistinção entre norma e exceção. Pela norma soberana, produzem-se vidas protegidas (*zoé*) e vidas abandonadas, nuas (*bios*), mas justamente assim o são por estarem capturadas pelo direito e pela norma, incluída pela exclusão. Para Agamben, a exceção é, antes de tudo, um produto da norma, efeito direto de sua aplicação:

Assim como na exceção soberana a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence a Deus na forma da insacriticabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. A vida insacriticável e, todavia, matável é a vida sacra (Agamben G. , 2010, p. 90)

Aplicação e desaplicação guardam relação íntima. Dirá Endo (2005, p. 293):

Evidencia-se assim a vida nua como a face de um fenômeno onde determinadas vidas estão expostas, na medida em que outras estão resguardadas e protegidas, ambas fazendo parte da vigência da norma por sua aplicação e desaplicação. Ambas submetidas, em posições antagônicas, ao poder ordenador

Inserido justamente por sua matabilidade, degradado a ponto de não gozar do valor da vítima sacrificial, o *homo sacer* é uma vida sem sentido. A vida indigna de ser vivida, o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante e então pode ser eliminada. E, para Agamben, esse é justamente o fundamento primeiro do poder político:

Os seres matáveis são o ponto zero da política, sua “estrutura originária”, que funda a própria soberania. Não há, para Agamben, nem longinquamente, qualquer benefício, social ou coletivo, direto ou indireto, com a morte do Homo Sacer, e é precisamente nisso que reside seu caráter matável e insacrificável (Endo, 2005, p. 297).

Não é preciso provar exaustivamente para o leitor as proximidades entre homo sacer de Agamben e a categoria social do “bandido”, diversos estudos já se ocuparam dessa tarefa. Endo (2005, p. 295) dirá que:

Em nossa cidade, sabemos o quanto a palavra bandido está inteiramente associada à matabilidade daquele que é assim designado. Os que podem ser exterminados sem qualquer ônus pessoal, social ou político.

Misse evidenciará essa proximidade com a partir da noção de sujeição criminal que, de outra perspectiva, também evidencia a construção, e por isso plenamente inserida, de uma figura de radicalmente desprotegida, como são aqueles que são assassinados pela polícia.

O sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa (...) Também por isso podemos considerar que a sujeição criminal é um processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto (Misse, 2010, pp. 17-21).

Até aqui, foi possível elaborar melhor aquilo que a performance do Sistema de Justiça deixa transparecer quando processa as mortes que a polícia comete. Os discursos e práticas engendrados deixam antever, como quis demonstrar, que todo o sistema jurídico-criminal se mobiliza para legitimar essas mortes no mínimo suspeitas, garantindo que não estejam fora do direito, mas plenamente inseridas nele, legalmente acreditadas, a partir do processo de atribuição de verdade aos discursos de legítima defesa e cumprimento do dever. Não só se dedicam a “reparar” o status jurídico dessas mortes como também, como afirma Zaconne (2015), esse sistema garante, ao mesmo tempo, a possibilidade que tais mortes permaneçam a acontecer.

4. Duas Entrevistas com Familiares de Mortos pela Polícia Militar

Felipe, morador da Zona Leste de São Paulo, foi assassinado em dezembro de 2012, próximo a sua casa. Alguns meses antes, Cesar, morador de Vargem Grande Paulista (município da Grande São Paulo), também fora assassinado. Ambos mortos por policiais militares, acusados de resistir à prisão e de atirar contra os policiais. Se compartilharam o mesmo destino trágico, suas histórias percorreram caminhos muito diferentes. As investigações sobre a morte de Felipe foram arquivadas dois anos depois de sua morte, dando ao seu caso o mesmo desfecho da grande maioria dos casos de resistência seguida de morte envolvendo a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Já em relação a Cesar, os policiais foram presos no presídio Romão Gomes, condenados pelo Tribunal do Júri por homicídio. Os familiares de Felipe e Cesar gentilmente participaram desse estudo, cedendo seu tempo para as entrevistas. Regina, mãe de Felipe, Junior e Rodrigo, seus irmãos, bem como Daniel e Graça, pai e mãe de Cesar, deram seus testemunhos sobre as marcas deixadas pela letalidade policial.

Não é possível deixar de notar que Felipe e Cesar foram assassinados durante um ciclo de violência que tomava a Grande São Paulo no segundo semestre de 2012, com grande aumento do número de homicídios, revertendo uma sequência histórica de uma década de decréscimo da violência letal no Estado de São Paulo. Para Dias, Marques, Natal, Possas, & Ruotti (2015) esse ciclo específico é mais bem explicado pela disputa entre polícias e grupos do Primeiro Comando da Capital (PCC), resultando numa sequência de mortes de policiais, na maioria em seus momentos de folga, seguidas de chacinas cometidas por grupos de extermínio com grandes suspeitas de participação de policiais, num aparente ciclo de retaliações que sugerem uma ruptura de acordos de não agressão entre as duas instâncias.

4.1 Um esboço de método de escuta

O trauma é fundado sobre um paradoxo. Se por um lado trata-se de uma marca psíquica, por outro, sobre ela nada se pode lembrar. Segundo Ferenczi, o trauma não deixa

traços mnêmicos, não se inscreve no psiquismo tal como memória. Sem traços mnêmicos, não é representável. A irrepresentabilidade do trauma impõe um paradoxo para o testemunho: se testemunha justamente sobre aquilo do qual não há testemunho possível, segundo Gondar (2016). É certo que sujeito podem falar das violências que sofreu, isso não é discutível. Falam dos fatos que o levaram a sentir, a sofrer, a vergar. Mas não fala das marcas deixadas por esses fatos, o impacto traumático propriamente dito não é dizível, não é narrável. A única forma de comunicar o trauma, segundo Ferenczi, é pela repetição. É a compulsão à repetição o sintoma primeiro e mais importante do traumático. Sua teoria é condizente com a célebre fórmula de que na ausência de memória, só há repetição. Contudo, sua leitura da compulsão à repetição diverge significativamente da de Freud.

A fórmula freudiana diz que os sonhos são realizações distorcidas e deslocadas de desejos, que querem dar vazão ao conflito psíquico entre o que se deseja e as inibições pessoais e sociais do Eu. Apenas os sonhos traumáticos fazem exceção a essa fórmula, como admitiu Freud. Ferenczi, por sua, faz uma importante inversão na teoria freudiana da elaboração onírica. Para ele, a função primordial dos sonhos é aquela justamente observada nos sonhos traumáticos, não sendo a exceção, mas sim o paradigma da elaboração onírica. Ferenczi postulou a função traumatolítica dos sonhos, segundo a qual a repetição observada nos sonhos é justamente uma primeira tentativa de cura das impressões traumáticas vivenciadas pelo sujeito, os choques. “Uma definição mais completa da função do sonho seria (em vez de “o sonho é uma realização de desejo”): todo e qualquer sonho, ainda o mais desagradável, é uma tentativa de levar um acontecimento traumático a uma resolução” (Ferenczi, 1932/1992), diz o húngaro. Se o traumático não é representável, ele é figurável, ou seja, pode ser transmitido via imagens ou atos pela repetição, dando forma as impressões disformes daquilo que golpeou o sujeito. A compulsão à repetição das experiências traumáticas na leitura de Ferenczi figura como uma tentativa do próprio sujeito de dominar e superar o trauma. Segundo Gondar & Antonello (2016), a teoria do sonho de Ferenczi aponta para a insuficiência desse mecanismo de repetição para elaboração do trauma. Seria necessário que um terceiro conferisse eficácia a esse anseio de superação do traumático que, sozinho, o sujeito não consegue realizar. Interpretando Ferenczi, Gondar dirá que uma testemunha é condição necessária para a elaboração do traumático, ou para que repetição se torne recordação.

Para a autora, essa é a chave para compreensão da função terapêutica do testemunho, quando feito diante de um terceiro capaz de reconhecer o trauma.

Ferenczi (1934/1992, p. 114), sobre o sonho de uma paciente, dirá que

Uma jovem (uma menina?) está deitada no fundo de uma canoa, quase morta, muito pálida. Um homem gigantesco debruça-se sobre ela, esmagando-lhe o rosto. Na canoa, por trás deles, está um homem de pé, um senhor que ela conhece pessoalmente, e a menina tem vergonha de que esse homem seja testemunha do evento. A canoa está cercada de picos montanhosos extremamente altos e abruptos, de modo que ela não pode ser vista de nenhuma parte, exceto de um aeroplano que voa a uma distância incomensurável.

Para Gondar & Antonello (2016), está aí expressa a clivagem subjetiva do sujeito traumatizado. Numa mesma cena onírica, vítima e agressor aparecem, como marcas internas. Lembremos da identificação com o agressor, postulada por Ferenczi, que implica na internalização da fonte de violência, aqui representada pelo agressor presente no próprio sonho do sujeito agredido, evidenciando a cisão do Eu. O que Gondar chamará atenção é que, assim como a figura internalizada do agressor se deixará ver, também aparecerá a figura de um terceiro, de uma testemunha. Não se trata do homem dentro do barco no sonho, de quem a menina sente vergonha, mas a figura distante do aviador, não ligada emocionalmente a cena.

A clivagem psíquica é, para Ferenczi, antes de mais nada um movimento de sobrevivência, uma tentativa de auto cura. Com isso em mente, Gondar derivará o potencial terapêutico da testemunha a partir das concepções ferenczianas. “O apelo ao terceiro, a testemunha – é um apelo a algo ou alguém que estava ausente no momento em que a situação traumática se deu. É um apelo ao cuidado, à salvação, à superação do trauma”, dirá Gondar (2016, p 18). Com esse resgate teórico de Ferenczi, Gondar quer inverter uma premissa tradicionalmente veiculada pela literatura de testemunho, aquela que diz que narrar o trauma, produzir uma narrativa subjetivada sobre a violência sofrida, tem por si só efeito de elaboração. Com Ferenczi, Gondar (2016), com quem concordo, deduz que o narrar precisa encontrar a figura da testemunha para que encontre sua eficácia. O analista pode ser essa testemunha. Poderia um pesquisador também o ser?

Segundo Gondar (2016), há duas acepções principais para a palavra testemunha: aquele que sobrevive à catástrofe e por isso pode testemunhar, e aquele que figura como terceiro, que serve de testemunha ao testemunho. Pensar a função da testemunha é importante aqui para pensar o papel do pesquisador que aborda o sofrimento de um outro.

Como vimos, o sonho traumático já enuncia que a divisão entre sobrevivente e terceiro não é absoluta. Contudo, um testemunho não pode servir de terceiro a si mesma e aí a elaboração do trauma fracassa. O contraste entre violência e reconhecimento só pode se dar na presença de um terceiro capaz de produzir uma diferenciação entre repetição e recordação. A violência se traduz psiquicamente como abandono, como a solidão de um desamparo extremo. Superá-la só pode acontecer com a reversão de quadro, quando não se está mais sozinho, abrindo espaço para se experimentar pela primeira vez algo como uma memória do que afeta o sujeito. Essa é a função do analista na clínica do trauma.

Gondar (2016) aponta três pontos fundamentais do lugar de testemunha, do qual participará tanto o analista, num determinado contexto, quanto o pesquisador. O primeiro ponto, segundo a autora, diz respeito ao papel da testemunha de instaurar um “espaço potencial” no qual toda a fragmentação traumática possa emergir livremente, “sem qualquer expectativa de coerência ou sistematicidade” (p.19). O segundo ponto diz respeito ao dever de reconhecer e não interpretar (buscando ali conteúdos inconscientes a serem desvelados), como única estratégia terapêutica possível diante do trauma. Repito a definição de Gondar de reconhecimento, em oposição ao desmentido ferencziano. Reconhecer é “necessidade vital que possui todo indivíduo de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado pelo seu entorno” (p.19). Para a autora, o desmentido mira e colapsa diretamente o indivíduo em sua condição de sujeito. O que se nega, portanto, não é o fato que inaugura o trauma, mas toda e qualquer capacidade do sujeito de falar sobre, invalidando-o, deslegitimando-o em sua singularidade e potência. O desmentido é subtrair do sujeito toda sua possibilidade de vir a ser, de se transformar, de se mostrar diferente daquilo que lhe é imposto. Finalmente, o terceiro papel da testemunha é reconhecer e sustentar o paradoxo do testemunho, a impossibilidade de se narrar a verdade do trauma. Por essa razão, o espaço instaurado pelo encontro entre sujeito e testemunha precisa permitir a circulação do incomunicável, com o analista aberto reconhecer esse não-traço do trauma e se afetar por ele. Dessa forma diz Gondar (2016), mais que solucionar o trauma é preciso suportá-lo, ou melhor, sustentá-lo, diante de toda a impossibilidade de capturá-lo. Segundo Gagnebin (2001, p.93) citada por Gondar (2016, p.22), “testemunha é aquela que não vai embora” diante do insuportável. Para que um testemunho ganhe status de verdade, de inscrição, de reconhecimento, ele precisa ser suportado por um outro.

Temos aqui as primeiras bases que inspiraram o procedimento adotado para as entrevistas realizadas nesse estudo. Foram feitas entrevistas não estruturadas, que se utilizaram de trechos de processos judiciais como disparadores do testemunho de familiares vitimados por situações de resistência seguida de morte. Nesse estudo, foram entrevistados familiares dos dois rapazes mortos pela polícia militar na cidade de São Paulo mencionados no início dessa seção. Seus casos foram selecionados a partir de suas características principais. As entrevistas foram feitas em grupo – os membros da família que aceitaram participar responderam à entrevista juntos. Foram feitas na casa dos familiares, por escolha dos próprios, gravadas e transcritas na íntegra.

Se o trauma não se narra, mas se reproduz, uma entrevista tradicional pouco ou nada teria a acrescentar sobre a escuta do traumático. Elementos de interesse desse estudo seriam perdidos se percorrêssemos esse caminho. Era preciso pensar uma estratégia para permitir a emergência do sujeito; e do traumático, fosse esse o caso.

Retornando às premissas desse estudo, há um papel relevante das narrativas e decisões do sistema de justiça criminal no sofrimento de familiares de mortos pela polícia; a atuação do sistema de justiça criminal, em toda a sua extensão, teria a estrutura de um desmentido e, portanto, poderia resultar em sofrimento traumático para os familiares. Decidi apresentar os documentos públicos que representam essas narrativas e decisões, as peças processuais, produzidas pelos órgãos do sistema de justiça criminal. Esses documentos, pode-se dizer, dão concretude à forma como essas instituições e seus agentes concebem as resistências seguidas de morte e os sujeitos envolvidos. Dito de outra forma, dão concretude ao desmentido produzido nas tramas do sistema de justiça. Proceder dessa forma significou a possibilidade de implicar os sujeitos de pesquisa nos propósitos desse estudo. A proposta do método aqui escolhido foi justamente colocar os entrevistados diante daquilo que eu assumia como alimento de seu sofrimento traumático. Estava “emulando” a repetição do trauma, uma situação na qual novamente o sujeito se visse diante do desmentido/negação que fundou seu infortúnio. Essa decisão era, ao mesmo tempo, um risco e uma aposta.

Vimos que a repetição diante de condições mais adequadas não é só uma reedição literal do sofrimento, mas sim uma possibilidade de encontrar escuta e reconhecimento, portanto, uma oportunidade de elaboração. Ferenczi, por exemplo, localiza a clínica do trauma justamente nesse ponto: na capacidade do analista de sentir com o paciente e de

receber o relato traumático de uma maneira empática, atenta, afetuosa, produzindo intencionalmente o movimento oposto àquele que funda o trauma em sua concepção. Diante da presença do analista, o trauma não-inscrito e inacessível poderia ser levado a percepção e à descarga (Gondar & Antonello, 2016). A postura do analista, para Ferenczi, possibilidade reinstaurar a temporalidade perdida pelo traumático, diferenciando passado e presente, permitindo que o sujeito traumatizado supere o passado que antes insistia em se repetir. Não digo isso por achar que as entrevistas que conduzi tivessem qualquer potencial terapêutico. Digo isso pois se trata de uma importante prudência metodológica quando se pretende convidar pessoas que passaram por experiências violentas a participar de um estudo como esse – evocar suas experiências violentas, diante do desejo do sujeito de assim proceder, não significa necessariamente atualizar o seu sofrimento. Em vez disso, pode abrir espaço para sua transformação. Podemos, contudo, aproximar o fazer da pesquisa ao fazer clínico (para além do aspecto terapêutico), tal como nossa argumentação deixa transparecer? Defendo aqui que é possível garantir as condições para a emergência do sujeito na clínica num setting diferente, o da pesquisa. Vejamos como isso se dá.

Afim de antecipar objeções, uma breve consideração sobre pesquisa em psicanálise é relevante para a apresentação das questões de método deste estudo. Considerando que retomar o extenso debate sobre a pesquisa em psicanálise fora dos muros dos consultórios - como queremos aqui - está para além das possibilidades dessa pesquisa, enfatizo apenas que concordo com aqueles que defendem que não há qualquer impedimento na episteme psicanalítica para a interrogação da subjetividade e dos fenômenos inconscientes fora do campo tradicionalmente ocupado pelo psicanalista, a clínica *stricto sensu* (para o leitor interessado, as questões da validade da “psicanálise aplicada” são mais bem desenvolvidas em Rosa, 2004; Rosa & Domingues, 2010; Passareli, 2012; Mezan, 2006; Figueiredo & Minerbo, 2006 entre tantos outros).

A aplicação do método psicanalítico fora dos muros do consultório não é nova. Freud definiu a psicanálise como, ao mesmo tempo, uma terapêutica, um método de investigação e uma teoria sobre os determinantes inconscientes da subjetividade. Ao longo da obra de Freud, o inconsciente foi deixando de ter papel apenas na psicopatologia para se tornar o pilar da compreensão psicanalítica sobre a subjetividade. Onde há sujeito, portanto, pode-se inferir que há a dimensão inconsciente da subjetividade operando. Acessá-la nos seus mais diversos contextos depende da aplicação do método psicanalítico,

um conjunto de orientações técnicas sustentadas por uma ética singular. São essas orientações que quero discutir nessa seção, aproximando-as das escolhas que aqui quero justificar. Antes, contudo, devo ir um pouco mais além em minha observação. À psicanálise, não é só permitido que se ocupe daquilo que está para além do setting clínico tradicional; é necessário que assim o faça, desde sua fundação, até os dias de hoje. Se para Freud toda psicologia é psicologia social, sujeito e sociedade apresentam-se necessariamente em suas múltiplas imbricações, de forma que não existe psicanálise em nenhuma das três dimensões acima mencionadas sem a compreensão de uma dada sociedade. Seria razoável inverter a equação: não se compreende dada ordem social sem a psicanálise, sem a devida averiguação a respeito do sujeito que é produzido por tal ordem social e que, ao mesmo tempo, a produz.

Dito isso, claro está que o que singulariza a psicanálise e seu método, em relação a outros campos no interior das ciências humanas, é o fato de estar em causa a dimensão inconsciente da subjetividade. O saber sobre o inconsciente não está disponível a priori no mundo, pronto para ser coletado, como dado objetivo (Costa & Poli, 2006). Aquilo que o método psicanalítico permite conhecer sobre o inconsciente pressupõe a construção de uma dinâmica relacional, entre dois sujeitos e, por consequência, entre dois inconscientes. Pressupõe a alteridade (Iribarry, 2003). Ainda, por pressupor a implicação das subjetividades que compõe a relação alteritária, pressupõe um alto grau de singularidade em todas as etapas que conformam o método psicanalítico.

Como mencionado, o método psicanalítico congrega em si uma estratégia terapêutica, uma estratégia investigativa e um conjunto de saberes teóricos que delas derivam. Enquanto um estudo desenvolvido num contexto de pós-graduação em Psicologia, estou especialmente interessado na segunda dimensão do método psicanalítico, a pesquisa. Contudo, como esse texto tentará demonstrar, as três definições cunhadas por Freud são indissociáveis entre si. Iribarry (2003) discrimina a “situação psicanalítica de tratamento”, ou seja, aquela que se organiza ao redor de uma finalidade terapêutica, da “situação psicanalítica de pesquisa”, que é aquela cuja finalidade primordial é acrescentar novos saberes ao edifício psicanalítico. Com isso, explicita que pesquisa e clínica são duas experiências distintas no interior do método psicanalítico. Mesmo que distintas, preservam um núcleo comum do qual não podem se dissociar, sob pena de não mais se configurarem como “experiência psicanalítica” (Costa & Poli, 2006). São essas diferenças e

semelhanças que gostaria de discutir aqui, buscando indagar se as escolhas metodológicas desse estudo respeitam ou não as premissas da psicanálise.

A possibilidade de se interpelar o sujeito do inconsciente, tal como a psicanálise o compreende, depende de critérios técnicos e éticos que emergiram originalmente na clínica psicanalítica. Podem, porém, ser estendidos a outros contextos nos quais se suponha o sujeito operando no interior de relações intersubjetivas, determinadas pelo laço social. Em nossa busca por fundamentar o método aqui escolhido, as distinções técnica e ética, entre procedimento e análise, mostraram-se pouco operativas. As técnicas que operam na situação psicanalítica clínica estão completamente imersas na ética que forja a episteme psicanalítica como um todo. Por sua vez, não há pesquisa psicanalítica que não conte com uma coleta de dados que se fundamente na emergência da singularidade do sujeito, tampouco interpretação e análise dos dados que omita a singularidade do encontro. Discutirei a seguir os eixos da experiência psicanalítica, inspirados nos achados clínicos de Freud e seguidores, que são pertinentes tanto ao fazer clínico da psicanálise, como a pesquisa. Grosso modo, esses eixos fundamentais são a transferência, a associação livre e a escuta flutuante do analista (Costa e Poli, 2006).

Iribarry (2003) aproxima a situação psicanalítica de pesquisa à atmosfera de início de análise - às entrevistas preliminares. Elas são o prólogo de um processo analítico propriamente dito, momento no qual um potencial analisando endereça sua fala a um analista, em busca de escuta de seu sofrimento. Tomarei as entrevistas preliminares como principal eixo organizador da exposição que pretendo aqui, pois, para Freud (1913), em *O início do tratamento*, apesar de preliminares, as entrevistas são regidas pelas mesmas premissas que a análise em si.

Se a finalidade do processo analítico é a transformação subjetiva, as entrevistas preliminares são o momento de exploração das condições nas quais essa transformação pode (ou não³²) se dar. São, grosso modo, o momento no qual a organização psíquica do potencial analisando se torna acessível para o analista, mesmo que parcialmente. É nas entrevistas preliminares que o analista poderá estabelecer uma hipótese sobre a organização psíquica do analisando, que leve em conta a determinação inconsciente dos sin-

³² Não abordaremos aqui a importante discussão sobre a analisabilidade do sujeito que se apresenta à escuta psicanalítica, por considerar que aprofundar essa discussão nos desviaria, por hora, dos nossos objetivos.

tomas, que, por sua vez, definirá a direção do tratamento. Digo aqui parcialmente pois a questão diagnóstica, em psicanálise, não é tida como absoluta, mas processual, podendo ser recalculada ao longo do processo analítico.

A organização psíquica do sujeito só se revela numa relação transferencial. O conceito de transferência descreve a operação psíquica implicada na reedição de dinâmicas inconscientes recalcadas, originariamente ligadas a objetos prévios de amor, que se repetem diante de objetos atuais, como, por exemplo, o próprio analista. Na dinâmica clínica, o analista se torna depositário de afetos oriundos de cenas anteriores, direcionados originalmente a outrem, porém desligados de suas representações e não acessíveis ao sujeito que fala. Transferência é, portanto, um conceito que implica sempre uma ideia de deslocamento, por estar direcionada a um objeto substitutivo, e de repetição, por ser retorno de algo. Desde Freud, a transferência se tornou o núcleo do método psicanalítico. Foi identificada por ele como a forma elementar de acesso à vida inconsciente. Sándor Ferenczi levou adiante a aplicação do conceito, apontando que a transferência é tanto uma tendência geral dos neuróticos, como um componente de toda e qualquer relação intersubjetiva (Ferenczi, 1909/2011). Por ser via de acesso elementar, a transferência é condição *sine qua non* para a produção e transmissão de qualquer saber sobre o inconsciente, tal como afirmam Costa e Poli (2006, p. 17):

A transferência compartilha com as formações do inconsciente uma estrutura na qual um saber sobre o Unbewusst [inconsciente] se produz, podendo ser apreendido e nomeado. Esta estrutura é que permite que se reconheça ao que foi produzido o seu valor de verdade (semelhante à objetividade de um sintoma, por exemplo) e de transmissibilidade (cujo modelo do chiste é paradigmático).

A transferência é eminentemente relacional. Portanto, não é dada a priori, mas construída. Pode inclusive fracassar, de forma que não seja possível a transição entre as entrevistas preliminares e um processo analítico. Cabe ao analista identificar suas manifestações, onde a transferência ocorrer. Tal construção depende de um segundo critério para se observar, a associação livre. A associação livre é o “método que consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (...), quer de forma espontânea” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 38). É elemento constitutivo indispensável da técnica psicanalítica - a regra fundamental da psicanálise. Por “livre” compreende-se um “desenrolar de associações, na medida em que esse desenrolar não é orientado e controlado por uma intenção seleti-

va” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 39), típica de interações que não as analíticas. Para deixar mais claro, cito Freud em *O início do tratamento*, texto no qual ele explicita os diversos aspectos do início de uma relação analítica, apresentando o que seria a única regra que sugere ser observada pelos candidatos a analisandos. Freud, nas entrevistas preliminares, comunica que tudo interessa ao trabalho e prescreve:

Ainda uma coisa, antes de você começar. Há um ponto em que seu relato deve ser diferente de uma conversa normal. Enquanto geralmente se procura, com razão, manter o fio condutor naquilo que se expõe, excluindo associações e pensamentos secundários que perturbam a exposição (...), você deve proceder de outro modo. Observará que durante o seu relato lhe ocorrerão pensamentos diversos, que você gostaria de rejeitar, devido a certas objeções críticas (...). Não ceda jamais a essa crítica, e comunique-o apesar disso, ou melhor, precisamente por isso, porque você sente uma aversão àquilo. A razão dessa regra – única que deve seguir, na verdade – você perceberá e compreenderá depois. Portanto, diga tudo o que lhe vier à mente. Comporte-se, por exemplo, como um viajante que está sentado à janela do trem e descreve para seu vizinho, alojado no interior, como se transforma a vista ante seus olhos. Enfim, não esqueça jamais que você prometeu sinceridade absoluta, e nunca passe por cima de algo que por alguma razão lhe é desagradável (Freud, 1913/2010, p. 181)

A associação livre é condição necessária para a emergência do sujeito do inconsciente na relação transferencial, mas não suficiente. Enfatizamos anteriormente o aspecto relacional da transferência como pedra fundamental do processo analítico. Por essa razão, é preciso reconhecer a influência do outro pólo da relação transferencial, o analista. Essa influência se dá pela escuta flutuante. Como aponta Freud, ainda em *O início do tratamento*, o divã é uma tecnologia fundamentada na escuta psicanalítica. Assim como o paciente deve se propor o exercício de deixar fluir pensamentos livres de crítica, o analista se deixa levar pelos próprios pensamentos inconscientes enquanto escuta a narrativa do analisando, “suspendendo voluntariamente motivações que habitualmente dirigem a atenção” (Laplanche & Pontalis, Vocabulário da Psicanálise, 2001, p. 40). Para estar o mais livre possível, a suspensão do estímulo visual entre analista e analisando provou ser eficaz para o processo analítico, tanto para o analista, como para o analisando. Essa suspensão implica, inclusive, no abandono de julgamentos morais ou lógicos, conferindo validade ao discurso do sujeito, que porta uma verdade sobre si, sobre sua realidade psíquica. Deixar-se afetar, por parte do analista, é parte constitutiva do processo analítico e, como não poderia deixar de ser, pressupõe toda a singularidade deste. Dessa forma, a díade transferencial produz um encontro singular e único.

Ainda com as entrevistas preliminares em mente, o sujeito que interpela o analista formula sua demanda. De início, via de regra, formula uma demanda por cessar seu so-

frimento, supondo que o analista detém o conhecimento necessário para tal (o sujeito suposto saber, de Lacan). Segundo Iribarry (2003), esse momento é marcado por “algo estranhamente familiar”, como o *Umheliach* de Freud (1919/2010). O sujeito fala sem reconhecer a si próprio no sofrimento de que padece. Esse sofrimento se apresenta como que acometendo o sujeito de fora, que, numa posição passiva, não se apropria nem se responsabiliza por ele.

No contexto acadêmico, uma importante inversão é operada. Não é o paciente que busca o pesquisador, tal como buscaria um analista na clínica, constituindo uma demanda de análise a partir do saber que supõe ter o analista. É o pesquisador em psicanálise que busca um entrevistado, supondo este possuir o conhecimento que deseja. Contudo, o interesse do pesquisador continua sendo o sujeito que ali se apresenta. Apesar da demanda invertida, para que não se exclua o sujeito (e seu inconsciente) da relação de pesquisa, é preciso garantir ao participante da pesquisa espaço suficiente para formular sua narrativa sobre si e, de certa forma, formular sua demanda. Garantir esse espaço implica, entre outras coisas, permissão para formular seu discurso para além dos conteúdos desejados pelo pesquisador que busca construir sua tese, garantindo algo como um efeito surpresa, para além daquilo que se espera ouvir. Para isso, como já vimos, é necessário que se possa associar livremente. Não é errado dizer que, no enquadre metodológico de uma pesquisa em psicanálise, não é o entrevistador que efetivamente formula perguntas, mas o entrevistado que formula questões as quais vai construindo na relação transferencial. Dito de outra forma, não há porque supor que *perguntas* formuladas pelo pesquisador em psicanálise são correspondentes às *questões* as quais o sujeito interpelado se orienta para formular seu discurso. Isso impacta diretamente na forma de se estruturar uma pesquisa tal como aqui propomos. Costa e Poli (2006, p.19) indicam que “a ‘questão’ ou ‘hipótese’ de pesquisa é uma construção elaborada a posteriori em relação ao trabalho de transferência” e sugerem que, assim como numa entrevista clínica preliminar, questão suficientemente amplas e vagas sejam formuladas, afim de conferir toda a flexibilidade necessária para que o sujeito decida, por seus próprios meios, qual será o caminho de sua narrativa. Por essa razão, optei por uma forma de entrevista que prescinde de questões diretivas, aberta às construções do sujeito que responde.

A questão da demanda invertida, a meu ver, torna mais importante uma apreciação detida sobre a escuta do pesquisador, na qual ele vai aparecer como elemento constitutivo do fazer pesquisa. Apesar das prudências metodológicas que permitem a emergência

de algum traço da demanda dos sujeitos entrevistados, é a demanda do pesquisador que funda o estudo e o atravessa, do início ao fim. Para Iribarry (2003), o pesquisador é o primeiro (e quiçá, o principal) sujeito de sua própria pesquisa. Isso significa dizer que a subjetividade do pesquisador é parte estruturante do fazer pesquisa em psicanálise e que o próprio ato de construção de saberes em psicanálise comporta um alto grau de singularidade, coletivamente constituída (entre a pesquisa, suas referências, seus interlocutores, suas experiências e as experiências dos sujeitos indagados em sua pesquisa). Nesse sentido, Iribarry (2003) aproxima a comunicação da pesquisa psicanalítica a um testemunho da experiência do próprio pesquisador, levando em conta a multiplicidade de fatores que a constitui.

Rosa & Domingues (2010) apontam para uma diferença crucial entre setting clínico e de pesquisa. Se não é a mudança subjetiva o objetivo do fazer acadêmico, como seria na clínica, não é exatamente a fala imediata que afeta o pesquisador em suas interpretações, já que não se supõe nenhuma intervenção sobre a fala daquele que responde a uma pesquisa. Será ao texto transcrito que o pesquisador “escuta”. Com Rosa e Domingues (2010, p.186), vemos que:

A escuta orienta a análise dos dados. Escuta-se as falas, mas, mais que isso, escuta-se o texto feito a partir da produção dos participantes da pesquisa. Análise de significantes que permitam identificar efeitos de sentido, de posição do sujeito, dos conflitos e conteúdos não exatamente manifestos.

Vimos, portanto, a centralidade da transferência, da associação livre e da escuta fluente para a constituição do saber psicanalítico sobre a subjetividade e a condição ética que a sustenta, a verdade do sujeito. Vimos também que todos esses operadores conceituais técnicos estão presentes desde o início do tratamento, nas entrevistas preliminares, e que as entrevistas em pesquisa podem respeitar os critérios da técnica psicanalítica.

Foram essas as orientações metodológicas a partir das quais se desenvolveram as entrevistas presentes nesse estudo, pensadas para garantir que sujeito, seu sofrimento e as condições que o determinam pudessem surgir em toda a sua potência nesse estudo. Passo agora para a exposição dessas entrevistas.

4.2 Felipe

Felipe, 21 anos, pai de três filhos (dois dos quais nasceram depois de sua morte), morador da Zona Leste de São Paulo, pardo, filho de Regina, irmão de Junior e Rodrigo, foi assassinado numa resistência seguida de morte. Foi acusado de tentar roubar, às vésperas do natal daquele ano, a motocicleta de um policial que estava parado num semáforo próximo à casa de Felipe. Supostamente, Felipe portava uma arma que teria sido furtada de um outro policial militar, Euclides, que registrou boletim de ocorrência de furto poucos dias antes do assassinato de Felipe.

Felipe foi alvejado por cerca de 10 tiros, quase todos pelas costas. Depois dos disparos, o policial se escondeu em uma residência até avistar uma viatura que passava pela região, para a qual pediu apoio. Felipe foi socorrido pelos PMs e levado a um hospital distante do local, onde faleceu em decorrência de hemorragia causada pelos tiros. Consta no boletim de ocorrência desse caso:

Trata—se de roubo tentado de motociclo em concurso com porte de arma de fogo e resistência (...). A vítima/policial militar [REDACTED] na data de hoje, após retirar sua motocicleta que encontrava-se na casa de um colega de serviço, logo depois de ter terminado seu turno de trabalho e ao se dirigir de volta a sua residência, foi surpreendido por um indivíduo armando [sic] que no semáforo fechado, mais precisamente no cruzamento na Av [REDACTED] e a Rua [REDACTED] que anunciou roubo da motocicleta que o depoente conduzia, dizendo: perdeu, perdeu, desce da moto (sic). Percebeu que o referido roubador portava uma pistola de cor preta. Ato contínuo, o depoente desceu da motocicleta, sem aparentar nervosismo e disse ao roubado: perdi, perdi, sendo certo que a motocicleta foi jogada no chão; O roubador, ainda com a arma em punho, levantou e montou na motocicleta do depoente, foi quando o depoente, anunciou ser policial, mas em seguida o roubador apontou a arma que portava em direção ao depoente, foi quando o depoente reagiu a agressão, deflagrando tiros contra o mesmo. Após balear o roubador, informa o depoente que saiu correndo e se abrigou numa residência de um senhor, cujo portão encontrava-se aberto, na mesma Rua [REDACTED], sentido contrário da [REDACTED], para onde correu. Do interior da casa desse senhor, cuja qualificação desconhece, pode visualizar uma viatura da polícia militar e comunicou o fato identificando-se como policial, posteriormente comunicando a autoridade policial da circunscrição dos fatos para providência de praxe³³.

Notemos que o policial que perpetrou o crime figura como vítima no boletim de ocorrência, enquanto Felipe, como autor de dois crimes tentados, roubar e resistir. O caso de Felipe foi escolhido para esse estudo justamente por sua tipicidade: assim como a narrativa policial se enquadra no padrão, os destinos de sua morte no interior do sistema

³³ Algumas informações sensíveis dos autos aqui utilizados serão suprimidas, a fim de preservar os entrevistados ou mesmo terceiros mencionados.

de justiça também. O inquérito que apurou a morte de Felipe tramitou até 2015, quando foi definitivamente arquivado. Do boletim de ocorrência até a sentença de arquivamento, a narrativa policial prevaleceu, sem contestação, e o policial não foi responsabilizado criminalmente. Seria a experiência dos familiares de Felipe com o sistema de justiça também representativa da maioria dos casos de resistência seguida de morte?

Atualmente, Regina espera decisão de um pedido de indenização e outras reparações feito pelo Núcleo de Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH) da Defensoria Pública, que se ocupa da defesa de pessoas que tiveram seus direitos fundamentais violados. O Núcleo trabalha com casos de letalidade policial, principalmente ouvindo vítimas e pleiteando reparações financeiras e simbólicas na esfera cível. Foi a partir do NEDCH que soube do caso de Felipe. O NEDCH tem um histórico de colaboração com o Margens Clínicas, para quem encaminha, desde 2012, familiares de mortos pela polícia interessados em assistência psicológica. Dada a proximidade, solicitei à coordenação do Núcleo para que me conferisse acesso a alguns processos de resistência seguida de morte para que compusessem essa pesquisa. Dentre os que tive contato, o caso de Felipe foi o que escolhi para a entrevista.

Esse caso nos aponta para a dimensão propriamente traumática da experiência dos familiares de mortos em resistências seguidas de morte e para a relação entre esse sofrimento e aquilo que chamo aqui de violência judicial. Tentarei demonstrar no caso em questão, como o traumático guarda relação com a morte violenta de Felipe, mas principalmente com a experiência vivida por esses familiares em seu contato com o sistema de justiça criminal. Grosso modo, percebemos ao longo dessa e da próxima entrevista toda uma ordem de violências, capazes de operar a experiência de colapso psíquico que aqui observamos - a violência judicial, que tem por resultado último a recusa do sistema de justiça em escutar e reconhecer os sujeitos envolvidos em resistências seguida de morte. Nas conclusões desse trabalho, teceremos algumas considerações sobre o papel violento do sistema de justiça e como ele pode operar como agente do trauma. Vejamos como isso se apresenta em nossa entrevista.

Após uma revisão dos autos do processo, fiz contato com Regina. Num primeiro momento, esse contato foi mediado pela coordenação do Núcleo, pelo qual era assistida, que a convidou a participar. Com o aceite, eu mesmo telefonei para Regina, reiterei o

convite e combinamos um horário na semana seguinte. Solicitei ainda que estendesse o convite ao restante do núcleo familiar, o que foi feito por Regina. A família mora no último distrito da zona leste de São Paulo, que faz divisa com Poá e Itaquaquecetuba, a aproximadamente 40 quilômetros de distância do centro. Vivem num sobrado que, pelo que pude perceber, divide-se em 3: nos fundos, mora sua irmã; no andar de cima, vivia sua mãe, já falecida; por fim, no andar térreo, na parte da frente da casa, uma habitação com 1 quarto, 1 sala, cozinha e banheiro abriga Regina e seus dois filhos, Junior e Rodrigo, e seu neto, Pablo, de três anos de idade. Ele é um dos filhos que Felipe não chegou a conhecer, pois foi assassinado quando Maria, mãe de Pablo e namorada de Felipe à época, estava grávida de poucos meses. Pablo ficou sob os cuidados da família de Felipe. Pelo pouco que comentaram, não seria estranho dizer que o assassinato tenha resultado na opção de Maria por deixar o menino aos cuidados da avó. Felipe tinha também outra filha, da mesma idade de Pablo, que também não conheceu.

Ao chegar à casa da família, fui recebido por Regina e Rodrigo, irmão mais novo de Felipe, que também participou da entrevista. Não demoraria muito para Junior se juntar a nós. Tomamos assento na mesa da cozinha de Regina. Havia café pronto, mesa posta e o sentimento de ser recebido como uma visita bem-vinda. Estavam todos presentes, menos o genitor de Felipe, que faleceu há muitos anos. A adesão da família à entrevista foi uma surpresa para mim. Não demoraria para entender que havia um grande desejo de falar sobre o ocorrido e obter escuta. Mais que uma grande expectativa, veremos como obter escuta figurará ao longo dessa entrevista como algo da ordem da necessidade, principalmente em relação a Regina e Junior. Pareceriam tomar aquela oportunidade como um momento fundamental para falar sobre as marcas que carregam, para testemunhar.

Não foi preciso recorrer ao roteiro de entrevista para que começássemos a falar sobre o assassinato de Felipe. De maneira bastante direta, Junior foi taxativo:

Não foi resistência não. Para mim foi sacanagem deles mesmo, depois disso aí derrubou nós, derrubou todo mundo. O que eu acho assim, na realidade, foi que derrubou todo mundo, tirou o chão de todo mundo, pelo jeito que foi, pela covardia que foi, né. Resistência com mais de 10 tiros?

A necessidade dessa família em resistir à narrativa oficial-policial é o que marcará toda a entrevista, do início ao fim. Consideram uma farsa a afirmação que tornou Felipe um bandido, culpado pela própria morte. Diante dessa farsa, restava-lhes expressar reiteradamente sua discordância, sua versão própria, como se nunca fosse possível repetir o suficiente aquilo que queriam dizer, afirmando-a e reafirmando-a ao longo de todos os nossos encontros (foram três encontros, totalizando seis a sete horas de entrevista): Felipe fora assassinado. Como era possível que não se percebesse isso? Era a pergunta que se faziam. Resistiam, mas não sem fraturas em seu discurso, não sem dúvidas, que davam sinais das marcas traumáticas que carregavam.

De saída, era perceptível como a morte de Felipe, mesmo quatro anos depois, permanecia viva na vida dessas pessoas, como uma ferida aberta que não cessa de causar dor. Mãe e filho mais velho reagiam com muita intensidade ao momento, demonstravam muita emotividade e deixavam claro como a morte de Felipe ainda era uma interrogação “que mata”, nas palavras de Junior. Regina se emocionou muitas vezes ao longo da entrevista, chorando bastante em diversos momentos. Todos se mostravam muito agitados e inquietos ao tocar no assunto, ao se reunir para falar sobre ele. Regina e Junior se manifestavam numa dinâmica de falas atropeladas, se interrompiam constantemente, falando um por cima do outro, o que me deixou com sensação de que testemunhar era urgente, inadiável. Necessidade e urgência, foi assim que começamos a nossa entrevista.

Após introduções e conversas iniciais, propus a leitura conjunta do boletim de ocorrência, primeira peça dos autos que trabalharia com eles, seguindo o método proposto para esse estudo. É possível ter uma ideia dele a partir da transcrição acima. Ao todo foram seis os documentos que lemos juntos³⁴. Diferente do que eu previa no início dessa pesquisa, eles conheciam muito bem aquele documento e todos os outros que apresentei. Minha hipótese era que as decisões escritas do sistema de justiça seriam em grande medida desconhecidas pelos familiares, porém, nessa entrevista, percebi que tiveram intenso contato com as peças processuais, conheciam muito bem o seu teor. Talvez não todas, nem todas da mesma forma. Ainda assim, isso não impediu que Regina e Junior fossem afetados pela leitura, especialmente do boletim de ocorrência. Enquanto eu lia a seção na qual o delegado descreve os fatos tal como os foram narrados pelos policiais,

³⁴ Foram eles: boletim de ocorrência (feito pela polícia civil - PC), relatório de investigações (PC), promoção de arquivamento (MP), sentença de arquivamento (PJ), pedido de reparação (DPESP) e resposta ao pedido de reparação (Procuradoria do Estado).

transcrevendo sua narrativa para o boletim de ocorrência, aparentemente sem outras apurações, eles foram interrompendo minha leitura para apontar todas as falhas que viam ali.

Para eles, Felipe foi vítima de uma vingança pessoal, cometida por uma via “indireta”. Regina e família sabiam que Felipe mantinha alguma relação (não se sabe ao certo qual, até eles têm dúvidas) com o policial militar Euclides e sua mulher, vizinhos de bairro. Euclides, na época do homicídio, estava afastado da ativa por problemas psiquiátricos. A família sabe que Euclides bebia, apesar dos remédios psiquiátricos que consumia, e se tornava agressivo. Temendo por sua segurança, Ruiva (como chamaremos aqui a esposa de Euclides, alcunha pela qual a família se referia a ela) teria solicitado a Felipe que escondesse a arma de seu marido, pedido esse atendido por Felipe. Regina chegou a saber que a arma estava escondida em sua casa, brigou com o filho e exigiu que ele se desfizesse dela. Não sabemos o que Felipe fez com a arma, se a restituiu ou a manteve consigo. Sabemos, contudo, que a arma voltou a aparecer apenas na cena do crime, como se estivesse sendo usada por Felipe contra um outro policial militar na tentativa de roubo. Esse policial não era Euclides, mas, para a família, alguém que provavelmente agia a mando dele. O que motivou Euclides? A arma? Outra coisa? Não se sabe ao certo, é uma história cheia de lacunas. Contudo, para eles, é muito estranho que Euclides e Ruiva tenham afirmado, ao longo das investigações, que nunca conheceram Felipe, nunca tiveram contato com ele. Regina disse que Ruiva inclusive já frequentou sua casa, uma única vez, é verdade, mas já havia estado lá, tendo contado inclusive sobre os problemas de seu marido com o álcool e remédios psiquiátricos.

Não há qualquer sinal ou registro da narrativa familiar no boletim de ocorrência, afinal, os familiares não são chamados à delegacia para o registro da ocorrência. Via de regra, são ouvidos somente depois, ao longo do inquérito policial, quando prestam depoimentos. O boletim de ocorrência, primeira etapa da legitimação da narrativa policial, tem um papel importante para essa família. “Esse boletim me deixa doente”, disse Regina. Não foi irrelevante, portanto, que sua perspectiva não constasse naquele documento. Regina se pergunta porque não foi chamada para prestar depoimento logo depois do fato, mas só o fez alguns meses depois. É certo que, como ela diz, nem conseguiu realizar o reconhecimento o corpo do filho, tamanho impacto que a morte de Felipe lhe causou. Quem o fez foi sua irmã. Mesmo assim, não ter sua perspectiva contemplada na-

quele que é o primeiro documento oficial a respeito da morte de seu filho, me pareceu bastante significativo.

A família parecia tentar montar um quebra-cabeça complexo e interminável a cada questionamento feito a respeito da narrativa policial contida no boletim de ocorrência: como a maioria dos tiros atingiu Felipe pelas costas se ele ameaçava o policial com sua arma?; se houve confronto armado, onde estariam as marcas dos tiros efetuados por Felipe no local do crime? Regina procurou insistentemente, caminhando pelo local após a morte do filho, e não as encontrou; por que a polícia militar socorreu Felipe para um hospital distante de onde alegadamente aconteceram os disparos?; a arma que Felipe usava estava travada, segundo a perícia, como isso era possível?; como poderia Ruiva afirmar que não conhecia Felipe, se a perícia demonstrou terem ligações dela para o celular dele?; por que não foram recuperadas imagens de câmeras de segurança dos estabelecimentos comerciais próximos? “Se fosse um policial morto, no dia seguinte tinha meia dúzia de presos”, disse Junior, indicando que as investigações da morte de seu irmão foram negligentes; se estava escuro, como diz a narrativa, como o policial poderia saber o tipo de arma que Felipe carregava?; por que em plena madrugada um policial pararia no semáforo de um cruzamento em que ninguém para depois das dez horas da noite?; entre outras tantas questões, das mais flagrantes às mais minuciosas. O saldo da experiência foi descrito como uma grande “interrogação” permanentemente aberta, como perguntas sem resposta. Junior se referiu a isso da seguinte maneira:

O que mata mais é isso, é tirar aquela interrogação e pôr uma resposta. A gente queria saber realmente o que aconteceu.

O caráter intencional dessa falta é percebido pela família. Para eles, as investigações foram insuficientes, classificadas por ela como “relapsas”, “um descaso” e “falta de comprometimento”. Regina sintetizou como percebe essa recusa de uma maneira bastante rica, dizendo: “Se não foi provado que o Felipe não roubou esse cara, o Estado também não me provou que o Felipe roubou” e acrescentou:

A gente aceita o boletim de ocorrência, porque a gente não tem como lutar contra né. Eu tentei, mas se a própria polícia não deu respaldo, não deu uma resposta positiva a nós, o Ministério Público também não, a gente vai correr para onde? (...). Esse boletim é muito contraditório e ele mexe comigo, e eu fico doente porque assim, ele não fala que... me mexe com os nervos, assim, porque sei lá, não sei assim, é uma coisa assim que eu não consigo digerir.

Sua reação ao boletim de ocorrência evidencia um profundo desamparo diante da polícia e do sistema de justiça, que se negaram a investigar a morte de seu filho. “Não temos para onde correr”, “a gente não tem como lutar” parecem-me dois apontamentos de Regina que indicam como essa recusa em buscar a verdade retorna aos familiares enquanto desamparo, enquanto impotência. Junior, por sua vez, falou em “revolta” ao ouvir a leitura do boletim de ocorrência, raiva essa que pode ser percebida em suas atitudes e gestos. Rodrigo, irmão mais novo, falou apenas transcorridos mais de trinta minutos de entrevista, em reação à narrativa policial. Até então, permaneceu em silêncio. Disse ele:

Eu não gosto nem de ficar escutando, ela sabe. Eu não gosto de falar, não gosto de mexer. Ela até me chama para ver, mas eu não gosto nem de entrar no assunto, porque, ele vivia comigo né, a gente sempre praticou esporte junto. Todo lugar que a gente ia, a gente ia junto. Eu não consigo ver ele fazendo essas coisas de jeito nenhum. Então eu já procuro nem me envolver, assim, que eu não tenho psicológico para isso. Eu nem gosto dos assuntos. To aqui, mas não gosto.

Rodrigo expôs aquilo que parece ser, para si, o mais difícil de aceitar, o aspecto mais doloroso da narrativa policial: para ele, era inimaginável que Felipe estivesse roubando, sozinho, em plena madrugada de quarta-feira. Para ele, Felipe era um rapaz pacato, trabalhador, atleta amador que aspirava ser jogador profissional de vôlei, não usava drogas, nem nunca havia se envolvido com o crime anteriormente. O Felipe que conhecia (que todos eles conheciam) não era o mesmo Felipe que aquele boletim de ocorrência retratava. A narrativa policial aparece como absolutamente inconciliável com a memória afetiva que guardavam daquele membro da família. A narrativa policial representa uma fissura nessa memória. Sobre isso, dirá Regina:

Um menino sem experiência. Porque assim, a gente vê, quando um menino já vem dando trabalho, desde criança, adolescente né. Assim, a sua juventude né. Porque assim, onde a gente mora, é o que a gente mais vê, né. O Felipe não tinha assim, né, como que eu falo, Junior? Um currículo criminal, uma malícia. Para ele ai de repente, sozinho, em plena meia-noite, ir roubar um policial né. Poderia ser qualquer pedestre né, ele não ia adivinhar que era um policial né. Que nem o delegado falou “ah, se deu mal né, foi roubar policial”.

Portanto, tratava-se de uma experiência paradoxal para essa família: suas memórias eram atacadas pela polícia civil, a partir da narrativa presente no boletim de ocorrência. E tão atacadas a ponto de eles duvidarem de si mesmos, o que transpareceu em certos momentos da entrevista. Ferenczi descreve essa característica da violência sofrida,

quando um sujeito atingido chega a duvidar de si mesmo, de sua própria capacidade de compreender o mundo ao seu redor, e abandonar sua perspectiva diante da negação de escuta. Era Felipe quem achávamos que era? Conhecíamos Felipe? Podemos falar sobre ele? São questões que pareciam acompanhá-los.

Mesmo diante das dúvidas, a resistência testemunhal se fez presente. Narrar uma versão própria, sustentar uma imagem de Felipe compatível com suas memórias, figurava como tarefa inescapável. Reiteradamente, esforçaram-se por enunciar sua narrativa própria. A meu ver, essa reiteração reforça o aspecto da necessidade psíquica que apontei anteriormente – há ali algo que não pode deixar de ser narrado; não se pode deixar de buscar escuta.

As fragmentações psíquicas emergiam conforme a entrevista avançava. Ao longo das falas, uma dúvida latente emergiu e foi ganhando algum sentido para mim. Por diversas vezes, Regina fez falas que desautorizavam a si própria. Por pelo menos três vezes, ela me pediu para desligar o gravador por querer falar algo que “não é de interesse da pesquisa”. O pedido foi respeitado, mas, justamente nesses momentos, Regina relatou aspectos essenciais de sua experiência com a morte do filho. Também foi comum me pedir para não a deixar “me tirar do foco”, como se o que falava não fosse de interesse da entrevista. Disse também que, de tudo aquilo que falávamos, eu aproveitaria cinco ou seis coisas e descartaria o resto. Em outros momentos, enfraqueceu a legitimidade do próprio discurso, como no exemplo a seguir.

É complexo, eu, mãe falar deste caso. Porque antes eu comia o boletim de ocorrência dia e noite, eu andava no Igarapé de cima a baixo. Eu saía daqui para ir trabalhar e deixava meus filhos dentro de casa e daí há pouco eu voltava, porque eu ficava fazendo aquele percurso ali todo [chora]. E então eu mãe, é difícil falar, porque está defendendo o seu filho. Mas se você prestasse atenção, Pedro, iria ver que tem coisas absurdas aí.

Ou ainda

Para eles, o importante é só o que tem assim, uma tese ali palpável para eles. Mas nós, assim, é difícil fazer essa matéria com família, porque família vai sempre defender o seu, independente, né.

Nesse trecho, Regina, por si mesma, contestou a legitimidade de sua fala como mãe, pois, afinal “mãe vai sempre defender o seu”. Esse movimento de desautorização de si chamou minha atenção. Notei algo parecido nas falas de Junior. Conforme avançávamos em nossas leituras, ele foi demonstrando cada vez mais preocupação se eu acredi-

tava ou não no que eles diziam, uma dúvida que pouco a pouco ia preenchendo suas falas. Num primeiro momento, apenas indicou indiretamente essa dúvida, para ao final da entrevista expressá-la com todas as letras. “Com licença, Pedro, mas você ficou na dúvida? O que você acha?”, perguntou-me. Dei minha opinião sincera, que acreditava no que diziam. Mas permaneci com a questão: por que ele assumiu que eu não acreditaria? Por que Regina já antecipava o meu descrédito? Ao mesmo tempo em que demonstravam sua necessidade premente por escuta, de certa forma não pareciam acreditar que poderiam ser escutados ou “acreditados”.

Emergia aqui, transferencialmente, o que acredito ser o essencial de sua experiência com o sistema de justiça criminal, descrevendo a de maneira bastante precisa: diante da enorme expectativa por uma resposta e de sua crença na “justiça”, encontraram um contexto impermeável a sua narrativa no sistema de justiça criminal. Não tiveram voz, não foram escutados.

Alguns indicadores apontam para essa impermeabilidade, por exemplo, o fato já mencionado da ausência de suas perspectivas sobre a morte no boletim de ocorrência. Regina não foi procurada pelo Departamento de Homicídios, não foi convocada para prestar depoimento. Seu depoimento só constou no inquérito policial posteriormente, pois procurou ativamente as autoridades policiais. De forma ainda mais dramática, Junior e Rodrigo nunca foram ouvidos nem na fase policial, nem na fase processual. Nem depoimento prestaram. Será que irmãos, tios, e outras pessoas que podem ser profundamente afetadas pela morte de um familiar tendem a não ser ouvidas pela polícia após um homicídio? Junior deixou claro que aquela entrevista era a primeira vez que falou sobre a morte do irmão (para além do círculo familiar, suponho, que veremos mais adiante, como também se encontrava comprometido enquanto ambiente de contenção e acolhimento do sofrimento). Disso posso concluir que foi a primeira vez que obteve alguma escuta. A recusa em escutar familiares em sofrimento é característica geral do sistema de justiça criminal e não apenas da polícia civil, como ficará mais claro mais adiante.

Da mesma forma que a narrativa desses familiares apontou para a ausência de escuta pelo sistema de justiça, indicou também a indisposição da polícia em informá-los sobre o andamento das investigações. Regina só obteve informações sobre as investigações quando as buscou ativamente, indo até o DHPP, em geral uma experiência desgastante e

incômoda. Nenhum tipo de procedimento foi adotado para informá-la, nem a seus filhos, das atividades que a polícia civil desempenhava ao longo dos mais de dois anos nos quais o inquérito tramitou.

Apesar de terem procurado o sistema de justiça, apesar de terem dito o que sabiam e apontado insistentemente as contradições (razoavelmente evidentes) do caso, sua fala não encontrou espaço ao longo das investigações. Na primeira etapa de seu contato com o sistema de justiça criminal, encontrou o descrédito que, de certa forma, foi internalizado e passou a esperar de mim. Nas palavras de Regina:

Eu vi como funciona no DHPP, porque as minhas idas lá foram muitas, não porque me chamaram nenhuma vez, porque nunca chamaram, mas eu ia lá. Quando eu fui para relatar esse caso, foi de livre e espontânea vontade e não sei, acho que foi em fevereiro parece, fim de janeiro ou fevereiro alguma coisa assim, já tinha se passado mais de um mês da morte do Felipe. Só que quando eu estava lá, todas as vezes que eu ia no DHPP, eu via como que chegavam lá as ocorrências de resistência. Então eles não dão crédito nenhum.

No limite, o que emergia na fala de Regina era uma experiência-limite de despersonalização, de desumanização.

A gente não tem nome, nem rosto né, porque no Ministério Público já foi encerrado né, então não tem nem como a gente reabrir isso daí, né. Não tem nem como a gente reabrir. E a gente vê que é um caso perdido de todas as formas, que entra para as estatísticas. A família tem que lidar com isso, com mais um na estatística.

Despossuídos de fala e de rosto, Felipe (e eles próprios) tornavam-se números frios na contabilidade das mortes que a polícia perpetra. “Mais um pras estatísticas”, concluiu Regina.

Até aqui, creio que há elementos suficientes para compor o cenário que indico no início dessa seção. Em minha leitura, são indícios da dimensão traumática da experiência desses familiares i) um sofrimento intenso ainda muito presente, que marca significativamente sua vida psíquica e familiar, indicador da dificuldade ou impossibilidade de elaboração; ii) a vivência de uma experiência-limite de desamparo profundo; iii) sinais disruptivos, como a fratura na própria capacidade de enunciação diante da erosão da confiança em si mesmo e no outro, que condiz com sintomas descritos por Ferenczi; iv) a experiência paradoxal de ver sua vivência afetiva recusada pela dimensão social, mais especificamente em sua relação com o sistema de justiça criminal, que podemos apro-

ximar da experiência do desmentido ferencziano, produzindo a necessidade em resistir narrativamente a essa negação. Sellingman-Silva (2012), por exemplo, a partir da literatura de testemunho, aponta para essa característica do testemunho, reação por excelência do sujeito diante do traumático - a necessidade, como que por impulso, em narrar a experiência, como que numa tentativa de religar o sobrevivente ao mundo do qual foi extirpado, mesmo que essa tentativa seja sempre insuficiente. Para ele, mesmo que o testemunho permita alguma simbolização possível, ainda assim haverá um resto do traumático impassível de transmissão, o que dá certa dimensão interminável ao testemunho. Não tenho dúvida do caráter testemunhal dessa entrevista, da narrativa dessa família. Avançando na proposta desse trabalho, se podemos apontar a presença do traumático na experiência desses familiares, fica nítido como ela se dá de forma intrinsecamente relacionada às ações e posturas da polícia civil, que nega acolhimento, voz, escuta, participação e não se empenha em buscar a verdade.

Sigamos um pouco mais na entrevista buscando as formas como a intersecção entre violência judicial e trauma se manifestam nessa entrevista. Num determinado momento de nossa conversa, ainda sobre o boletim de ocorrência, Regina passou a me contar sobre como recebeu a notícia da morte do próprio filho. Apresentou um relato quase literal daquele 19 de dezembro, noite na qual Felipe morreu. Contou-me que Rodrigo e Felipe iam trabalhar todo dia juntos. Acordavam as quatro horas da manhã e se dirigiam para o hotel onde trabalhavam. Rodrigo percebeu que o irmão não estava em casa naquela noite, e não era habitual que Felipe dormisse fora. Regina se irritou bastante com isso, achou que o filho faltaria ao emprego. Ao longo da manhã, tentou falar com ele, sem sucesso. Até receber uma ligação:

Depois de algumas tentativas, só chamava, né. Aí, eu pensei “Vou dar mais um tempo e vou ficar insistindo”, até ele entender. Só que nisso me ligaram, dum número fixo. Só, aí...pegou e falou assim “Quem tá falando?”. Ai, eu peguei e falei “Não, quem tá falando?” [voz respirada]. Que era um número fixo, que ligou pro meu número. Aí falou “aqui é da GEACRIM” e caiu ligação. Só que até então eu não entendi [o que era] GEACRIM. Ai eu fui e liguei para esse fixo. Que aí eu já liguei, porque era assim, eu tava tentando ligar para o número do Felipe, o número do Felipe só chamava né, aí de repente me retornaram no meu celular esse número fixo, né. Aí eu não consegui me identificar, nem a pessoa se identificou e caiu a ligação. Aí eu peguei, como eu tava com o número fixo, aí eu liguei do meu fixo para esse número. Aí atenderam “ GEACRIM, bom dia”. Aí eu peguei e falei assim “Não, é que me ligaram desse número”. Aí, falou “Quem te ligou?”. Aí eu falei “Eu não sei quem me ligou”. Aí pegou e falou “É, você tava ligando para alguém?”, aí eu falei “Tava, porque?”. Aí pegou, nisso o meu celular já tava recebendo a ligação de novo, né, aí era do Felipe, né, que era do Felipe, aí eu peguei e falei “Ah espera aí que tão me ligando”. Aí na hora que eu atendi, acho que como o Felipe só andava sem crédito, era a cobrar. Aí tipo assim, acho que deu um toque para saber que era o número dele né, tava retornando. Pegou e falou assim “Quem é você?”,

que aí eu retornei e atendeu no celular do Felipe. Aí falou assim "De quem é esse número?". Aí eu peguei e falei "Do meu filho, eu tô ligando para o meu filho". Ele pegou e falou "Ah, pro seu filho? É, como é o nome dele?". Eu falei "o Felipe". Aí ele falou "Quem é você?", eu falei "é a Regina, mãe do Felipe". Aí ele falou assim "Não, é que houve um probleminha com o Felipe". Aí eu peguei e falei "Putá que o pariu, que problema?". Aí ele "Não, é do GEACRIM", mas eu nem tchum. E eu que sou tão fixada nesse negócio da área da saúde e a segurança. Sabe assim, se eu pudesse era duas coisas que eu queria fazer ao mesmo tempo, né, que eu amo. Mas eu na hora nem tchum. Aí falou "É DHPP". Aí eu falei "Que DHPP?". Aí "Não é que houve um probleminha com o Felipe, com uma moto, um acidente", aí pum... aí num sei que que me deu. Aí eu peguei e falei assim "Moço, que que aconteceu?". Aí ele pegou e falou assim "Tem um número que possa falar, um outro número?". Mas pra mim assim, eu imaginei assim, que o Felipe tava numa delegacia, porque ele num tinha habilitação e o documento dele tava sem carro, ou que o carro dele tava sem documento, né. Para mim achei que era essas intercorrências assim, normais. Aí eu peguei e falei assim "Tem o número do meu filho" e passei o número do Rodrigo, mas eu nem sei se passei direito, porque o Rodrigo falou que não ligaram para ele. Aí nisso eu insisti, liguei de novo. Aí eu peguei e falei assim "Quem tá falando?". Aí já foi uma mulher que atendeu e falou assim "Senhora, se mantenha calma, a senhora está acompanhada?", eu falei "Não, estou sozinha". "Ah, quantos anos a senhora tem? Que houve um problema com o seu filho". Ela perguntou "Ele tem tatuagem", eu falei "Não", mas ele tinha riscado o nome do filho dele. "Ele tem antecedentes criminais?", eu falei assim "Não". Aí eu falei "Moça, pelo amor de Deus, forjaram o meu filho". Que para mim, o Felipe tava preso. Eu falei "Fala para esse filho da puta não assinar nada que eu vou levar um advogado. Onde ele tá?", ele falou 'Ah, é o DHPP aqui na Luz'. Aí ela falou "Não, mas seu filho tá morto". Aí pronto.

Regina sentiu imediatamente um mal-estar intenso, com vômitos e diarreia. Soares et al (2006) já apontou para a importância da comunicação de uma morte violenta e dos momentos subsequentes ao fato para o sofrimento dos familiares. A literalidade do relato de Regina é notável, como se rememorar a morte só pudesse se dar a partir da descrição mais detalhada possível da sequência de fatos e diálogos que se deram naquela noite, quase como que revivendo-a, repetindo-a.

Dois aspectos desse momento precisam ser enfatizados. O primeiro, o fato de a morte do filho ter sido comunicada por telefone. Essa opção me parece bastante problemática, agravada pelo fato de Regina estar sozinha no momento em que recebeu a notícia. O segundo aspecto, é o fato de a notícia de sido dada primeiro como uma mentira, "seu filho sofreu um acidente", para somente depois se falar a verdade. Vemos na ausência de um protocolo mínimo para comunicar a morte aos familiares de forma cuidadosa mais um elemento de uma violência judicial. Falamos aqui de uma unidade especializada da polícia, o DHPP, cujo mandado é justamente lidar só com homicídios e que não se contempla o bem-estar das vítimas indiretas, com quem terá contatos frequentes. Não me aprofundi nessa pesquisa sobre o que poderia ser um procedimento ou protocolo ideal para esses casos, mas, concordando com Soares (2006), parece-me algum funda-

mental pensar como essa notícia chega à família de uma forma mais segura e cuidadosa. Mesmo diante do choque, Regina conseguiu ligar para seus filhos, mas só conseguiu falar com Rodrigo. Junior atenderia apenas horas mais tarde, o que a fez temer pela vida desse filho também. Ela viu os dois filhos saírem juntos naquela noite, sem saber, contudo, que iam para lugares diferentes. Um filho morto, “um filho desaparecido”, era a única coisa que podia pensar naquele momento.

Narrar a noite do assassinato de Felipe levou Regina a apontar para os impactos dessa morte nas relações familiares. Nas palavras de Regina, a “família está destruída” e, pelo que pude perceber, diz isso devido aos conflitos interpessoais que se tornaram frequentes. Junior aponta para o isolamento entre os membros dessa família como resultado da morte de Felipe:

Eu acho que cada um ficou com a sua revolta, com seu pensamento do que aconteceu. Nós mesmo, todo mundo se distanciou, nós que era amigo, cada um foi para o seu lado, se fechou no seu canto e tentando cada um entender...Distanciamento entre eu e ele, entre eu e ela, briga entre ela e depois você corrige e quebrou a família, partiu. Eu mesmo, eu falo assim porque eu ando mais na rua, eu também tive problema, então eu consigo falar mais assim, aberto, então mas é sofrimento mesmo. Ele não consegue falar, ela já “esguela”, ela já xinga, já grita, já chora... Do nada, se você tiver aqui, sem ser pesquisa, conversando com qualquer dia, se você tocar no assunto ela já se transforma, já muda, já é outra pessoa, já não consegue mais.

Rodrigo optou pelo silêncio. Em geral, não fala sobre a morte. Foi de fato quem menos falou nessa entrevista, apesar de ser apontado como aquele que era mais próximo de Felipe (seu silenciamento não deixa de ser um indicador das marcas traumáticas). Já Regina refere-se a si própria, brincando, como “bipolar” – hora chora, hora explode. Relataram como ainda é muito difícil falar entre eles sobre a morte, pois, quando falam, se culpam e condenam. Dirá Regina que:

É mais difícil falar entre nós do que falar para os outros. Porque os outros ainda me ouvem com compaixão. E aqui dentro a gente se fala com acusações, né. “Ah, porque você podou isso dele”, “ah por que você não fez isso para ele, ah tá vendo você negava isso para ele”. Tipo isso, entendeu? A gente assim (começa a chora) a gente não sabia que ia perder ele, então... toda família tem uma regra, um limite né. Só que assim, que nem ele falou né....assim, tem problema eu falar (se dirigindo Junior)?

A erosão das relações interpessoais (sobretudo familiares) é um aspecto fundamental da experiência traumática. Isolamento, irritabilidade, dificuldade de se vincular, todas parecem presentes nos relatos dessa família. São comumente relatadas em pesquisas

sobre impactos subjetivos da violência. Da mesma forma, sentimentos de culpa são frequentes nas falas daqueles expostos à violência. No caso analisado, essas duas dimensões se apresentam de maneira articulada. Regina e Junior aparentam ter uma relação especialmente permeada por conflitos, que encontram na morte de Felipe uma via de expressão; são motores dessa erosão familiar, sentida com tristeza por ambos.

O conflito que começou a emergir a partir desse momento se funda no fato de Junior já ter sido preso duas vezes (por crimes dos quais desconheço). Provavelmente, esse fato deve ser algo ainda pulsante na vida afetiva de Regina, que chega a se dizer “vítima do filho”. Culpou bastante Junior pelo que aconteceu com seu irmão.

Ele já teve problema com a Justiça né, então ele já tinha experiência de rua. Para mim foi difícil saber que ele saiu com o irmão dele, ele voltou e o irmão dele não. Para mim os dois tavam juntos, entendeu? O Junior e o Felipe tavam juntos, mas cada um foi para um lugar, né. Aí eu recebo o corpo de um e a presença do outro, né. Foi difícil né. Você levou seu irmão né, tipo isso (...). Por ele já ter tido um problema com a justiça, eu falei assim “Pronto, o Junior deixou o irmão dele e foi aprontar”. Ele deixou o moleque lá, né. Aí eu fiquei acusando ele, né, e ele sem poder provar para mim que não era verdade o que eu falava. Aí ele acabou até abandono de emprego, mexeu com o psicológico dele.

Junior e Felipe saíram juntos de casa naquela noite, razão já suficiente para que Regina o responsabilizasse pela morte do irmão. Uma acusação deslocada, uma culpa que não lhe cabe e que só reforça, a meu ver, o caráter fragmentário da experiência traumática que me era testemunhada. Sem responsáveis, essa culpa sem lugar foi introduzida no interior da família, construindo um lugar de impossibilidade para a relação entre seus membros.

Junior contou a sua versão daquela fatídica noite de dezembro. Passou a noite fora de casa, pois seu carro tinha quebrado. Dormiu dentro do veículo, em frente a uma oficina mecânica, esperando-a abrir, e ficou sem bateria no celular. Foi apenas no início da manhã, horas depois da notícia da morte de Felipe, que Regina conseguiu falar com Junior. Regina culpou Junior pelo que houve com Felipe e o fez no momento mais agudo, de forma intensa e agressiva, logo após a morte. Relata ter ficado fortemente abalado após o fato. Abandonou seu emprego e foi preso novamente. Em suas palavras:

Em seguida, depois da morte dele, eu saí do emprego, eu comecei a vagar, alugar uma casa aqui, andar ali, dormia uns dias na casa de um parente, ia para a casa de outro, que aí na sequência eu fui preso de novo (...) tanto que eu fiz um monte de [mostra as tatuagens nos dois antebraços]...com o nome dele, dos filhos dele tudo e sabe na sequência que foi uma forma de desabafo, sei lá [começa a chorar, é a única vez que chora na entrevista]. Que eu comecei

fazendo o nome dele, aí depois eu falei eu vou por o nome de todo mundo já que aí, né, nem lá dentro num tinha paz. E lá é pior ainda. Se você entrar lá dentro, se você conversar, eu convivia com mais de 300, você acha 100 histórias parecida da mesma forma, desse mesmo jeito.

Gostaria de destacar dois pontos dessa fala de Junior. Assim como Regina, ele também relata uma espécie de choque intenso pela morte do irmão, que o levou a uma desorganização tal que perdeu do emprego e, possivelmente, levou-o também à reincidência criminal. Se seguirmos a trilha associativa de Junior, ser preso novamente aparece, de certa forma, ligado à morte de Felipe. Aqui só podemos especular, mas, permitindo-me certa imaginação psicanalítica, que a culpa inconsciente e desejo de punição podem estar ligados. Já que, como Freud (1923/2010) apontou, o sujeito pode buscar punição para aplacar essa culpa que ele próprio não reconhece. Seria esse o caso de Junior? Responsabilizado pela mãe, abalado pela morte do irmão, teria ele tomado para si uma culpa tão intensa a ponto de atuar esse sentimento? Na entrevista devolutiva que fizemos, Junior não apareceu e disse “não estar preparado” para voltar a falar do assunto, de forma que não pude explorar mais essa possibilidade. Não a descarto, contudo. A introjeção da culpa é, para Ferenczi, um dos sintomas mais importantes da experiência traumática, um mecanismo de sobrevivência, que, se nossa hipótese sobre Junior estiver correta, revela aí mais uma expressão do dano traumático, marcando definitivamente a vida desse irmão.

Um segundo ponto que merece destaque são as tatuagens que Junior fez, primeiro com o nome do irmão morto, depois com os nomes da família “destruída”. Sua forma de lidar com um sofrimento que não podia ser nomeada, mas podia tornar-se imagem, nomes inscritos em seu corpo. Vimos, com Ferenczi, como o trauma não pode ser representado, mas pode ser expressado por imagens, como o sonho. Junior escolheu o corpo como palco das imagens que não são outra coisa senão uma tentativa de alguma simbolização do que sentia, como transmissão daquilo que não podia falar. É quando fala sobre as tatuagens que chora, pela única vez ao longo de todas as nossas entrevistas. Fala também dos filhos de Felipe, algo que não abordaremos nesse trabalho. Junior se preocupa com seu futuro. Eles certamente carregarão marcas da morte do pai.

Conforme caminhamos para o final do primeiro dia de entrevistas, vemos surgir uma vez mais o desejo por escuta nas falas dos entrevistados. Quando sugeri que parássemos, para retomar num outro dia, Junior falou da importância daquele momento para

ele, já que nunca havia falado, nem nunca tinha tido nenhum tipo de “acompanhamento”. Referia-se, em tom de brincadeira, aquele momento como uma “sessão” de psicoterapia: “se fosse pagar por hora, a gente tava ferrado”, disse, jocosamente. De fato, aquele momento parecia ser bastante significativo para ele. Ele aponta que nunca tinha “se escutado daquele jeito”. O que será que escutou de si? Permaneci sem poder responder a essa questão, não sem achar curioso o caminho que ia de uma escuta negada (pelo sistema de justiça, que nunca se interessou por ouvir Junior) a poder ouvir a si próprio.

A relação entre justiça e escuta também emergiu quando Regina, em determinado momento, pede que a entrevista não seja “anônima”, ou seja, diz que gostaria de ser nomeada.

Assim, para eles terem noção [de tudo que pensam]. A gente respeita o trabalho dos defensores, dos promotores, desembargadores, dos juízes, né, e todo o pleito, né, mas assim, eu acho assim, uma falta de comprometimento tão grande, desde o início, desde o registro do boletim de ocorrência, né. Se a família não tá satisfeita com esse conteúdo, que tenha o direito de abrir um outro boletim de ocorrência, né. Assim, para a gente também se manifestar, né, porque assim é muito vago aquele material que tu tem ali não mão, porque é um registro de ocorrência já meio que forjado (...). Eu gostaria que isso assim se tornasse até de repente num júri, num debate num júri.... Eu sei que eu não sou a primeira a enterrar um filho assim e não vou ser a última.

“Se tornasse de repente num júri” indica essa relação entre obter escuta e a expectativa por justiça que, de certa forma, não parece ter sido totalmente perdida por essa família. Conforme a conversa continuava, decidimos ler o segundo documento, o relatório de investigação do delegado de polícia. Algo fundamental que pode ser notado desde aqui é que os documentos já não produzem mais tantas reações quanto o boletim de ocorrência. Primeiro, por uma questão talvez óbvia, já havia transcorrido bastante tempo do início da entrevista e eles já haviam podido compartilhar grande parte de seu testemunho. Em segundo lugar, creio que isso pode ser efetivamente um indicativo da importância afetiva do boletim de ocorrência, como representante por excelência do desmentido, cujo efeito foi, como eles indicam, devastador. Ficamos longamente discutindo esse primeiro documento, apesar de muito das conclusões que apresento considerarem elementos da entrevista como um todo.

Não há grande diferença entre boletim e relatório, no que diz respeito à narrativa do crime. A reação principal da família após a leitura desse documento foi apontar que

quem condenou Felipe foi a “farda policial”. A farda, como representante da polícia militar, foi simbolicamente suficiente para transformar Felipe em bandido e para que assim permanecesse ao longo de toda tramitação do processo. Ou seja, não foram os fatos que tornaram Felipe um bandido, mas a “farda”. Na sequência, passamos à leitura da promoção de arquivamento do caso. Essa peça, em si, não parece despertar reações específicas. Eu esperava que o arquivamento – encerramento definitivo do processo no sistema de justiça criminal – pudesse despertar mais reações dessa família, mas não foi o caso aqui. Desse momento, gostaria de ressaltar novamente a inexistência de qualquer tipo de participação ou escuta dos familiares, totalmente alijados do processo que levou a decisão de encerrar o caso.

Em seu relato, deixam claro que não tiveram sequer contato com o promotor de justiça responsável pelo caso. Literalmente nenhum. Não foram ouvidos, não foram informados sobre o andamento das investigações e, algo profundamente grave em minha leitura, não foram sequer informados da decisão pelo arquivamento. Regina relata que soube do arquivamento quando recebeu um oficial de justiça, que comunicava à família que poderiam retirar os pertences de Felipe, retidos como provas ao longo de todo o processo de investigação. Portanto, inferiu que o caso estava encerrado, bem informada que era sobre questões processuais. Se poderia retirar as “provas”, o caso estava arquivado. Não houve qualquer notificação formal, como se esses familiares sequer existissem aos olhos do sistema de justiça, aqui representado pelo Ministério Público. De Felipe, sobraram dois celulares e um relógio, que Regina não pode retirar pois não tinha as notas fiscais dos pertences, algo exigido pelo Poder Judiciário, que tutela os pertences. Também não recebeu as roupas do filho. “Morreu pelado? ”, perguntou ironicamente Junior, ao mesmo tempo em que deixava transparecer a humilhação daquele momento. Como pudemos ver no capítulo anterior, na lógica das resistências seguidas de morte, a vítima fatal inexistente enquanto sujeito, existe para o sistema de justiça apenas como sujeito criminal, como bandido, sem história.

No segundo dia de entrevistas, prosseguimos com a leitura da decisão judicial que ratificou o arquivamento.

Acolho a manifestação do Ministério Público e reconheço a legítima defesa por parte de [REDACTED], razão pela qual determino o arquivamento dos presentes autor, instaurados para a apuração da morte de FELIPE, sem aplicação do disposto no artigo 18 do Código do Processo Penal.

Um documento bastante curto, que reproduzo apenas em parte acima. Essa manifestação não faz outra coisa senão concordar o Ministério Público, sem grandes justificativas. “Quem participou desse júri? Normalmente a família participa”, perguntou ele. Como sabemos, o caso não chegou a etapa do júri, mas a fala de Junior indica, uma vez mais, a sensação de alijamento e exclusão promovida pelo sistema de justiça, seja pela falta de informação, seja pela negligência. E aqui começa a aparecer a percepção da dimensão de classe dessa exclusão. Para Junior, o que faltou no caso de seu irmão foi um advogado. Para ter um advogado, é preciso de muito dinheiro, disse ele. Sendo pobres, o que lhes restava era o direito de “ficar calado. É só ver, escutar e não opinar. É só nosso direito ficar calado e pronto”, conclui Junior.

Ao tocarmos no tema do dinheiro, Regina ainda relata que Felipe tinha direito a um seguro de vida de 30 salários mínimos através da empresa que trabalhava, mas que o boletim de ocorrência impediu que sua família (incluindo seus três filhos, portanto) tivessem acesso a esse seguro. A seguradora considerou que Felipe provocou a própria morte. Ao longo da entrevista, Regina falou das dificuldades da família se manter financeiramente. Nem todos trabalhavam sempre, precisando contar com a solidariedade familiar. Sem Felipe, cabe a eles sustentar Nicolas, Pablo e a terceira filha de Felipe. Regina concluiu da seguinte forma:

Esse boletim não deixou escapatória nenhuma para nós, defesa nenhuma.

Vemos aqui como a violência judicial extrapola a questão processual penal e contagia a vida desses familiares como um todo, tomando-os por inteiro.

Por fim, lemos o pedido de indenização feito para Defensoria Pública, contra o Estado de São Paulo, que sustenta que Felipe foi na verdade assassinado ilegalmente e que, se o juiz não aceitasse essa argumentação, pelo menos precisaria aceitar que a ação do policial militar foi desmedida e excessiva, causando desnecessariamente a morte de Felipe. Em qualquer um dos casos, argumenta o defensor, os direitos de Felipe e sua família teriam sido violados, de forma que lhes era devida, portanto, a devida reparação. Solicita, em nome de Regina e Nicolas, compensação financeira por danos materiais matérias causadas a Nicolas pela perda da renda de Felipe; compensação financeira por danos morais; pedido público de desculpas pelo Poder Executivo pelos danos e pelas falhas na investigação. A Procuradoria do Estado de São Paulo ofereceu uma réplica se

opondo a concessão de reparação, retomando a questão da legítima defesa. O pedido ainda está sendo analisado pela fazenda pública, no tempo dessa pesquisa não foi possível saber o seu desfecho. Não reproduzirei o documento aqui por ser muito extenso.

Perguntei como foi fazer esse pedido. Ali, na petição que pede reparação por danos aparece pela primeira vez uma figura do Estado (o defensor público) validando formalmente a narrativa dessa família. Regina reconhece isso, dizendo que “gostou da primeira parte”, na qual se defende a ilegalidade da morte de Felipe. Tardiamente, uma primeira experiência de escuta; incompleta, entretanto. Junior e Rodrigo falam, uma vez mais, que não participaram dessa etapa, não foram escutados, não puderam dar seu testemunho. Gostariam de ter feito isso, segundo eles.

O pedido de reparação, por outro lado, marca um dilema para esses familiares. Nas palavras de Junior

Pois para mim se saísse essa indenização, eu colocava um advogado para mostrar... terminar de mostrar, porque se aceitar a indenização é porque viu o erro

O próprio pedido de reparação parece direcionado a enfrentar o estigma de bandido colocado sobre Felipe, fonte primária de sofrimento desses familiares. Diante do desamparo produzido pelo sistema de justiça criminal, o pedido de reparação na esfera cível aparece para essa família como uma frágil tentativa de garantir a memória de Felipe. Como disse Regina: “é mais pela memória mesmo, né? Porque a gente viveu com o Felipe, a gente sabe que esse boletim de ocorrência é uma farsa”. Junior disse que investiria o dinheiro em advogados para “limpar a ficha” de Felipe. Contrataria advogados e investiria todo o dinheiro naquilo que parece ser a única possibilidade minimamente reparatória: reverter o estigma. Para eles, a tentativa de reparação parece mais atualizar que esgotar a questão criminal.

Regina termina dizendo que, após todo esse processo, sente que perdeu Felipe não uma, mas duas vezes.

É porque é uma perda dupla, né? No meu caso, a morte do Felipe foi uma perda, que essa é irreparável. E a segunda perda já... o encerramento do processo. Para mim já é uma segunda perda e todas as fases assim que só se vai perdendo é como se eu tivesse perdendo ele novamente. Todo dia assim que eu pego alguma coisa para ler, que às vezes eu vou no meu e-mail, abro, começo a ler, né, eu... é a mesma sensação do dia, "Estou perdendo o Felipe", entendeu?

A sensação que fica a partir de sua fala é que essa vivência da morte não é apenas dupla, mas permanente. Sua “duplicidade” se dá justamente na característica de revivê-la repetidamente, tantas vezes quantas entrar em contato com o assunto, o que aponta uma vez mais para o impacto traumático da experiência, que retorna na impossibilidade de elaboração.

Creio até aqui não ter deixado dúvidas sobre o caráter traumático da experiência de Regina, Junior e Rodrigo (menos presente nessa análise, por de fato se apresentar menos na entrevista) com a morte de Felipe pela polícia militar. Na concepção do traumático aqui apresentada, que pressupõe não apenas a exposição à violência em si, mas os destinos dessa violência no campo interpessoal e social, espero ter podido apontar suficientemente para o papel do sistema de justiça em engendrar o traumático na vida desses familiares, ao recebê-los, contrariamente a todos os consensos sobre como se devem tratar vítimas, com mais violência.

4.3 Cesar

E o que podemos aprender sobre sujeição criminal, violência judicial e o traumático quando o sistema de justiça funciona de forma diferente? É o que abordaremos nessa segunda entrevista, um caso excepcional. Cesar, de 20 anos, foi assassinado em 2012, na Vila Dalva, região oeste de São Paulo, quase na divisa com o município Osasco. Era morador de Vargem Grande Paulista, onde residia com seu pai, Daniel, sua mãe, Graça, e suas irmãs. Vargem Grande Paulista é o último município da Grande São Paulo, uma região mais rural que urbana. A primeira vez que soube sobre o caso de Cesar foi a partir de um documentário amador, feito, se não me engano, no ano de 2014 como trabalho de conclusão de curso de alguns alunos de jornalismo da Escola de Comunicação e Arte da USP, disponível no Youtube.

O caso de Cesar é um caso bastante incomum: um dos poucos nos quais os policiais foram presos e condenados pelo crime que cometeram, razão pela qual foi extensamente disseminado nas mídias que cobrem questões de direitos humanos. Um raro episódio, portanto, de resistência seguida de morte que vai no sentido oposto à tendência majoritária. Justamente aí reside o interesse desse caso para o nosso estudo.

Meu contato inicial com seu pai foi mediado por um colega de pós-graduação, que também estuda a letalidade policial e conhece Daniel pessoalmente. Quando Daniel recebeu meu convite para participar desse estudo, ele me pareceu bastante à vontade em falar sobre, aceitando o convite prontamente. Também se prontificou a me fornecer os documentos que precisaria para compor o roteiro de entrevista. Marcamos uma primeira conversa para que eu fosse buscar os documentos. Numa sexta-feira, fui ao seu encontro. Novamente, como fora com Regina, fui recebido com uma recepção bastante agradável. De jeito alegre e voz doce, Daniel me recebeu se desculpando - “desculpa, estamos em obras”. Vive num sobrado de dois andares, todo em construção.

Nesse primeiro contato, falamos sobre os objetivos do estudo, como funcionaria o método e sobre convidar o restante da família. Pelo intermédio de Daniel, Graça (mãe), Cristiane (irmã mais velha de Cesar) e Regina (irmã mais nova) foram convidadas a participar. Daniel cedeu-me a cópia do processo de Cesar que guarda consigo, que continha praticamente todas as peças que precisaríamos para nossa entrevista. Levei-a comigo para organizar o roteiro.

Duas semanas depois do primeiro contato, fizemos a entrevista propriamente dita, da qual participaram Graça e Daniel. Nessa segunda ida até a residência da família, chamou-me a atenção o fato de Daniel me receber da mesma forma que na visita anterior, desculpando-se pela obra. Quando cheguei à sua casa nesse dia, Graça ainda não havia voltado do trabalho, de forma que tive uma breve, mas significativa, conversa privada com Daniel. Enquanto tomávamos um café, Daniel me contou um pouco sobre Cesar e sobre a relação que mantinha com ele. Mostrou-me seu armário com brinquedos e desenhos dos quais seu filho gostava, dizendo algo como “um menino desse poderia cometer um crime?”. Cesar queria ser web designer. Contou-me também sobre a reforma de sua casa, da qual ele pedia desculpas. Ele mesmo fazia o papel do empreiteiro e pedreiro, segundo me contou. Daniel é eletricitista e trabalha para a prefeitura de sua cidade, mas se “metia” a construir a própria casa. Seu parceiro nessa atividade era justamente Cesar. Cesar ajudava financeiramente, comprando material de construção, e trabalhando junto a seu pai. Lentamente, os dois iam juntos construindo o próprio lar, transformando um sobrado pequeno em uma casa maior. Pelo que pude perceber, após a morte de Cesar, Daniel deu seguimento à obra, dessa vez com um pedreiro. Porém, no momento que os visitei, a obra estava parada, inacabada. Pelas palavras de Daniel, seu vínculo com Cesar era forte, muito próximo. Eu perceberia depois que o mesmo vale para Graça e Re-

gina; havia uma parceria e proximidade grande nessa família. Não pude deixar de notar que mesmo após quatro anos da morte de Cesar, a construção da casa permaneceu inacabada, avançando lentamente. Logo pensei na relação entre casa incompleta e a morte de Cesar, justo ele, tão artífice daquela casa quanto seu pai.

Nessa breve conversa individual que tivemos, Daniel me mostrou também uma pequena placa, que era uma homenagem da prefeitura de Vargem Grande a Cesar, feita após sua morte. Vejamos como a diferença entre o caso de Felipe e de Cesar salta desde o princípio. A placa-homenagem era um evidente símbolo do reconhecimento público do valor daquela morte e, portanto, do valor daquela vida.

Cerca de meia hora depois do nosso horário, Graça chegou e demos início a entrevista. Ela aconteceu na sala da casa da família. Sentamo-nos no sofá da sala e convidamos Regina, irmã mais nova de Cesar, que preferiu não participar, constrangida, por um lado, por outro resoluta. “Não consigo falar”, disse-nos, ao recusar a participação. Afastou-se e não voltou mais para a sala enquanto eu estava lá, permanecendo na cozinha, em outros afazeres. No caso anterior, discutimos uma necessidade incontornável por escuta. Com isso em mente, essa recusa de Regina é digna de nota. Teria ela a opção por não mais falar sobre o assunto? Não pude saber ao certo se essa recusa aponta para um silenciamento, ou ao contrário, para a possibilidade de esquecer do assunto. Não creio que consigamos aprofundar muito esse aspecto na ausência da participação de Regina, mas creio ser suficientemente notável para o registro das diferentes posturas que encontrei quando fui em direção a essas famílias. Graça, por sua vez, também não parecia querer falar sobre. Seu breve, mas significativo atraso, podia ser um indicativo desse aspecto. Apesar disso, permaneceu conosco, mas falou muito menos que Daniel. Na narrativa da morte de Cesar, Daniel será protagonista e Graça, coadjuvante.

Um pai que lutou por justiça e pela honra do filho, contra todas as probabilidades - uma narrativa heróica, portanto. Essa é a dinâmica que deve informar a descrição das manifestações subjetivas que emergem dessa entrevista. Se pudesse sintetizar o que virá adiante, ver-se-á que Daniel e Graça manifestarão de forma muito diferente seu sofrer pela morte do filho. Diversos indicadores me fazem pensar que, para Graça, as feridas psíquicas causadas pela morte de Cesar ainda pulsam, mas não como em Regina, na entrevista anterior. Daniel, por sua vez, parece ter encontrado meios de elaborar o sofrimento pelo assassinato do filho. Será possível, com esse caso, reforçar alguns apon-

tamentos da entrevista anterior, principalmente observar como a violência judicial opera, e tecer algumas reflexões sobre a relação entre punição/impunidade e o sofrimento psíquico. No limite, a impunidade (como no último caso que vimos) é o ápice desse processo de violência judicial que descrevo aqui, como que a consolidação de todas as recusas operadas a partir das diversas violências as quais esses familiares são expostos em sua relação com o sistema de justiça.

Seguindo o método aqui proposto, iniciamos nossa entrevista pela leitura do boletim de ocorrência. Nele, a narrativa policial se deu da seguinte forma:

No Cartório do GEACRIM, reduzidos a termo os depoimentos dos Policiais Militares envolvidos na presente ocorrência, os mesmo foram unânimes em informar que se encontravam em patrulhamento de rotina, ocasião em que perceberam um veículo motocicleta com dois indivíduos em atitude suspeita e iniciaram acompanhamento aquele veículo, inclusive dando sinais luminosos, sendo que aqueles não obedeceram e empreenderam fuga, onde o indivíduo que se encontrava na garupa efetuou disparo contra a guarnição, sendo que o motorista, alguns metros adiante, perdeu o controle da motocicleta e acabou por cair, que tais indivíduos ainda efetuaram disparos contra os Policiais Militares, ocorrendo nesse momento o confronto, onde os dois foram atingidos e socorridos ao nosocômio (...)

Vemos aí a narrativa-padrão da resistência seguida de morte. Assim como na entrevista anterior, a reação à “farsa” policial conduz os sujeitos da pesquisa a uma contra narrativa testemunhal, a falar o que aconteceu desde a sua perspectiva. A partir do boletim de ocorrência, Daniel detalhará os passos para a construção de uma nova narrativa sobre a morte do filho. Já Graça pouco se manifestará nesse primeiro momento da entrevista.

Daniel escolhe iniciar seu relato pela cena do crime. Quando recebeu a notícia da morte de seu filho no hospital, decidiu se dirigir ao local no qual Cesar fora morto durante a madrugada. Uma reação surpreendente, diga-se de passagem, que pareceu ter feito toda diferença no desenrolar dos fatos. No sítio dos eventos, uma avenida no extremo oeste da cidade de São Paulo, encontrou policiais militares preservando a cena do crime e aguardando a perícia. Contou-me que, logo ao chegar, foi como se tudo se passasse em câmera lenta para si: viu a moto de Cesar deitada na via, o sangue dos ferimentos no asfalto, os locais das cápsulas, enfim, nenhuma marca ou traço daquele evento parecia fugir a atenção de Daniel. Sem demora, abordou um dos policiais que guardavam a cena, apresentando-se como “pai do dono da moto”:

Eu perguntei “o senhor pode me explicar o que aconteceu aqui? ”. [Replicou o policial] “Segundo o boletim de ocorrência os meliantes vinham fugindo da guarnição em alta velocidade e trocando tiros, quando seu filho perdeu o controle da moto e saiu capotando. Ele levantou com o revólver em punho e começou a atirar contra a guarnição, onde ele veio a tomar dois tiros no peito”. Eu olhei para a cena, olhei para o policial, olhei para a cena do crime, comentei com ele “o senhor me desculpa, eu sou um mero eletricista, mas a cena do crime não condiz com a história que vocês estão contando, porque segundo a ocorrência o meu filho, em alta velocidade, perdeu o controle da moto, caiu, capotou com a moto... o senhor me desculpa, mas me mostre um arranhado nessa moto indicando que ela caiu. Essa moto é zero ela foi comprada há 90 dias, ela não tem um arranhado, ela foi deitada, ela foi colocada no chão, ela não caiu, eu vou provar para o senhor, porque dá uma olhadinha, não tem arraste de tombo, não tem marca de frenagem, isso não indica que a moto caiu, ela foi deitada, essa história está errada, não está correta”. Outra coisa, o meu filho no hospital ele tem marcas de tiro não tem nenhuma marca de tombo, não tem um arranhado não tem nada que indique que ele caiu, que se ele tivesse caído na velocidade que vocês estão falando que aconteceu a ocorrência, ele teria se machucado inteirinho, ele não ia nem conseguir levantar para atirar contra vocês.

Sua intervenção parece ter tido algum efeito naquele policial, que mudou sua forma de se referir a Cesar de “meliante” para o “rapaz que morreu”. Daniel me conta do diálogo que se seguiu após expor sua opinião sobre a incongruência da versão do boletim de ocorrência:

“Quem é o senhor mesmo? ” [perguntou o policial]. Eu falei, “eu sou o pai do dono da moto”. “O rapaz que veio a falecer”. Verifica que já não é mais meliante (...) depois de tudo explicado, ele colocou a mão no meu ombro, me chamou bem pertinho dele e falou “a polícia fez merda”. Ele reconheceu lá no local, na hora, que a polícia tinha errado, porque analisou a cena junto comigo e viu os erros que eu apontei para ele e percebeu...

Com uma calma surpreendente para um pai que acabara de perder um filho assassinado, Daniel foi até a cena do crime e contestou a narrativa, diretamente para um dos policiais que lá estavam. A reação do policial não é menos surpreendente que a reação do próprio pai. Sigamos um pouco antes de comentá-la.

Reagir fria e corajosamente despertou minha curiosidade sobre como havia recebido a notícia da morte de Cesar. Perguntei-os sobre isso. Vimos a importância desse momento na entrevista anterior. Ele me contou que era manhã de um domingo quando recebeu, por um vizinho, a notícia de que seu filho havia sofrido um acidente de moto e estava num hospital público de Osasco. Nervosos e apreensivos, Graça e Daniel se dirigiram para lá. No caminho, receberam uma ligação de sua filha mais velha, dizendo que alguém a informara ter visto muito sangue no local do crime, que era próximo à residência de primos de Cesar (onde ele estava na noite anterior, na casa desses primos). A

filha deduziu assim que não havia sido acidente, mas provavelmente um assalto e Cesar havia sido baleado. Todo aquele sangue indicava que Cesar havia sido baleado. Vemos, uma vez mais, a comunicação da morte se dar primeiro através de uma mentira que visa suavizar a notícia, porém, talvez, só tenha o papel de piorar a notícia verdadeira. Foi deixado com os pais o ônus de lidar sozinhos com a incerteza sobre a vida do filho.

Daniel relatou que, ao chegar no hospital, ficou:

Esperando numa salinha, a Graça sentou, eu fiquei em pé. Passados uns 5 minutos, ele voltou, olhou para mim e falou “é melhor o senhor sentar”, eu “não, estou bem em pé”, ele “por favor, senta” eu falei “não, eu estou bem em pé”, “é bom o senhor sentar, porque a notícia não é muito boa” eu olhei sério para ele e falei “meu filho está morto”, ele “tá” aí a Graça já começou a chorar desesperada, eu também comecei, eu falei “pô, mas como?” Ele pegou e falou “cinco tiros”, eu peguei e falei para ele “pô, esses ladrões filhas da puta além de tentar roubar meu filho ainda mataram ele? O atendente olhou para mim colocou a mão na cabeça abaixou, ficou sem jeito, olhou de novo e resolveu falar “ há algum engano aqui, não foi bandido que matou seu filho, foi a polícia”, eu, “o que? Como?”. Ele falou “seu filho resistiu à prisão, a polícia deu ordem de parada ele e o amigo sacaram da arma e começaram a trocar tiro com a polícia”, eu falei “o meu filho e o Rodrigo, vocês estão enganados, a polícia errou e vou provar, meu filho foi executado e eu vou provar que a polícia errou nem que seja a última coisa que eu faça na vida”.

Esse momento nos chama atenção por dois fatores. Primeiro, pelo pleito imediato de Daniel pela inocência de Cesar. “A polícia errou e eu vou provar”, foi assim que Daniel reagiu imediatamente à morte do filho, o que nos leva ao segundo ponto de interesse desse trecho, o fato de seu pleito ter sido validado, mesmo que pontualmente, pelas enfermeiras que o atenderam, dizendo-lhe: “se o senhor tem tanta certeza, tanta convicção, vai atrás mesmo, que esses policiais estão acostumados a fazer isto todos os plantões deles. Chegam com crianças assassinadas falando que foi resistência”. Daniel conta que até hoje lembra do rosto delas. Obteve, nas noções que estamos mobilizando aqui, *escuta*. Voltemos a cena dos policiais que aguardavam a perícia. Lá Daniel também obteve alguma escuta em sua reivindicação, dessa vez por um policial militar.

Creio que não há o risco de errar ao pensar que o que condiciona a resposta imediata de Daniel à morte de Cesar – “meu filho não é bandido e eu vou provar” – só pode ser compreendido diante da relação que esse pai guardava com esse filho. Dado o método proposto, tive menos oportunidade de aprofundar esse elemento central para compreender a realidade psíquica dos entrevistados. Tive apenas pistas de qual poderia ser essa relação: um vínculo muito forte, marcado pela parceria (veja a construção da casa, por exemplo) e confiança (consideravam Cesar muito responsável, desde pequeno), por re-

lações permeadas por muito afeto positivo. Não posso, entretanto, interpretar esse vínculo com maior certeza, por exemplo, verificando qual o grau de idealização que se apresenta, muito comum diante de situações envolvendo morte – quando o morto se torna um virtuoso e os conflitos e críticas são recalcadas em nome da manutenção de uma memória positiva. Creio, contudo, que para as finalidades dessa pesquisa, temos elementos suficientes para pensar o objeto aqui proposto.

Contudo, pareceu-me tão fundamental, para a manutenção dessa certeza e para certa contenção do choque que vivera, mantendo alguma organização psíquica, ter sido escutado, validado em sua narrativa. Não à toa essas experiências emergem de saída em seu testemunho. Ele não deve ter deixado de encontrar dificuldades nesse primeiro momento, não tenho dúvidas. Mas não são essas dificuldades, entretanto, aquilo que escolhe narrar no primeiro momento.

Após o hospital e a cena do crime, Daniel foi para uma delegacia e aqui começa o seu contato com o sistema de justiça propriamente dito. A partir daqui a violência judicial imposta a familiares de mortos pela polícia aparecerá com toda sua intensidade. Na delegacia, continuou insistindo que a polícia havia assassinado seu filho injustamente, ao que ouviu de um policial civil: “Não, é assim mesmo, o pai não sabe o filho que tem. Tem um filho bandido e não sabe, aí quando a polícia mata, fica falando que o filho é inocente, isso é normal. O senhor vai ver que o seu filho devia alguma coisa”. A mesma postura que vimos no caso de Felipe, uma recepção discriminatória que guarda consigo um desmentido: que o familiar nada tem a dizer sobre quem morreu.

Quando Daniel recebeu o boletim de ocorrência lavrado, ainda na delegacia, revoltou-se. Contou-me esse momento da seguinte maneira:

Quando eu li o conteúdo do boletim de ocorrência, eu falei para o investigador que me entregou “Cara, essa história está errada!”. Ele veio gritar comigo “Porra, meu, você tá tirando a polícia, meu, qual é? Além de ser pai de vagabundo ainda fica tirando a polícia”. Eu falei “Não, eu não estou tirando ninguém, eu simplesmente não concordo com o que está escrito aqui”. [O policial disse] “É, mas tem a testemunha aí”. Eu olhei o nome da testemunha, olhei o endereço, e falei “Cara, essa testemunha aqui está errada, você pode ir atrás dela. O que um cara que mora em Carapicuíba está fazendo três horas da manhã numa área estritamente residencial que por perto não tem bar, não tem salão, não tem comércio? Por favor, me chama outro investigador para mim conversar que você não tem jeito”. Aí veio outro investigador conversou comigo, eu expliquei o caso para ele e ele falou “Ó, senhor Daniel, o senhor tem toda a razão de não concordar com a história, mas, se o senhor acha que está errada, vai atrás, prova que está errado”, naquele sarcasmo, sabe, não é falando assim que eu tinha direito, mas naquele sarcasmo “é, se o senhor acha que tem direito vai atrás e mostra”

Gritos, “pai de bandido” e por fim “prove você mesmo”, foi o que ouviu Daniel por resistir, externar sua revolta diante da do boletim de ocorrência. Vimos que o boletim de ocorrência guarda um papel simbólico crucial para os familiares, provavelmente por ser a primeira palavra oficial do Estado em relação à morte. Regina, na entrevista anterior, vive o boletim de ocorrência como talvez o componente mais significativo de sua experiência traumática, é nele que ficamos fixados ao longo de boa parte da entrevista, é a ele que voltamos a todo momento. Com o relato de Daniel, reforço a minha percepção da necessidade de se pensar a relação sujeito-polícia civil quando pensamos o sofrimento psíquico dos familiares expostos a letalidade policial.

“Se discorda, prove!”, disse o investigador, com sarcasmo. Essa colocação nos é de especial interesse. Falada diretamente a um familiar, ela evidencia uma completa recusa em investigar o crime, aqui presente explicitamente. Sabemos que a busca pela verdade é uma necessidade psíquica daqueles que são violentados. Sua ausência, como vimos na entrevista anterior, condena os sujeitos a viver com um enigma que cobra permanentemente solução, uma interrogação que mata. A fala desse policial a Daniel transfere o ônus da prova para o familiar. Produz, como vimos anteriormente, desamparo que pode levar ao colapso. O sarcasmo confere uma certa perversidade à interação. A afirmação é feita com a certeza de que nenhum familiar terá meios para mobilizar o sistema de justiça de forma a fim de contrariar a narrativa policial. A recusa em investigar é uma das formas mais graves de violência judicial que testemunhei nessa pesquisa. Entretanto, estamos diante de um caso *sui generis*, não podemos nos esquecer. Do ponto de vista jurídico, temos um caso que apresenta uma relação muito próxima entre escuta, verdade e justiça, tão emaranhada que é quase indiscernível. Gostaria de analisar as possibilidades de interpretar essa relação do ponto de vista psíquico.

Ao invés de massacrado pelo encontro com uma polícia que se nega a investigar, Daniel tomou as palavras desse policial como tarefa. Respondeu à essa violência com uma investigação particular, que durou pelo menos 27 dias. Antes de seguirmos contando a experiência de Daniel com a polícia, alguns comentários sobre a dinâmica da entrevista até aqui. Era perceptível que apenas Daniel falava. Graça não havia se sequer se manifestado, apenas ouvia. Nesse momento, provocada por Daniel, diz que ainda dói muito lembrar. “Uma mãe que perdeu um filho” convive com “uma dor que não tem fim”. Mesmo diante da punição dos policiais e do reconhecimento (ao menos jurídico) do crime e da violação, narra um sofrer insuperável, que não termina. Em suas palavras:

Eu acho que para uma mãe perder um filho, sei lá, as vezes está doente, está no hospital...hoje, é doloroso, sei lá, a gente nunca está preparada para uma perda e quando é uma perda assim, é uma dor que não tem fim, sabe. Você fala é como se voltasse tudo de novo naquele dia, no hospital, ele lá com olhar que não sai da mente.

O “olhar que não sai da mente” ao qual se refere é a feição de Cesar quando foi reconhecer seu corpo no Instituto Médico Legal. Para ela, estava com uma expressão assustada, como quem estava sofrendo quando morreu. Soares et al (2006) mencionam o reconhecimento do corpo do parente morto como momento especialmente marcante para vítimas indiretas, por testemunhar o corpo agredido, ferido, destruído. Diferente de Daniel, a dor na fala dessa mãe é mais presente.

Daniel, por sua vez, fala que aquilo tudo que ele contava representava uma tentativa de “assassinato moral” de Cesar de seu filho. Diante do boletim de ocorrência, sua experiência era de ter o filho assassinado novamente. Essa forma de narrar a experiência é muito semelhante ao que Regina, mãe de Felipe, relatou na entrevista anterior. Tornar o filho “bandido” era uma segunda forma de ver o filho morrer, uma repetição da dor em perder um filho assassinado:

E outra perda, o que mexe muito também é que tentaram assassinar meu filho duas vezes. Assinaram ele fisicamente e tentaram assassinar moralmente. Quiseram ele como bandido coisa que ele nunca foi. Ou seja, além de terem matado ele fisicamente, tentaram matar ele moralmente também, Graças a Deus a gente não acreditou, a gente conhecia o filho que tinha sido criado.

Passamos à leitura do relatório de investigação do delegado de polícia, emitido 27 dias depois da morte de Cesar. Nesse relatório, a narrativa da morte já foi profundamente transformada e os policiais já figuram como perpetradores de um crime, não como vítimas. Segundo o que se apurou ao longo das investigações, cinco policiais militares abordaram um usuário de crack perto da favela da Vila Dalva e o obrigaram a levá-los ao ponto de venda das drogas. Os policiais tiraram a farda, vestiram roupas civis e, descharacterizados, com um carro particular, entraram na favela acompanhados do usuário (aqui, um refém dos policias), mas foram percebidos, e se deu um tiroteio entre policiais e traficantes. Esse usuário de drogas viria a ser a testemunha chave do caso, que presenciou do início ao fim as ações que terminaram com a morte de Cesar. Devido ao tiroteio, os policiais recuaram. Cesar e seu amigo voltavam para casa, em uma moto, bem no momento no qual os policiais saíam da favela. Cruzaram com eles, foram perseguidos e

mortos friamente, segundo os relatos, sem que tivessem feito qualquer ato atentatório contra os policiais. Nem voz de prisão lhes foi dada, segundo testemunhas.

A partir do relatório de investigação, Daniel me contou como se deu sua experiência com o Departamento de Homicídios (DHPP) e como a narrativa sobre a morte de Cesar foi se transformando ao longo desses vinte e sete dias. Após a morte de Cesar, Daniel deu início a uma investigação própria, afastando-se do trabalho em nome dessa tarefa (contando, portanto, com a compreensão de seus empregadores). Esteve praticamente todos os dias, as vezes mais de uma vez por dia, no DHPP, com a expectativa de provar a inocência de seu filho, levando informações que colhia ao longo de sua busca. Após cerca de 15 dias de presença no DHPP, um investigador se convenceu de sua versão, impressionado com a perseverança de Daniel. Esse pai nos relata o que ouviu do investigador à época:

[Diz o investigador] “Cara, a sua história, o seu filho foi assassinado, você vem aqui todos os dias, você chega aqui numa calma, numa tranquilidade, você não acusa ninguém, você não grita, você não aponta, todas as vezes que você vem você conversa, você só fala “meu filho é inocente”, eu vou provar a inocência dele. A gente começou analisar os autos e viu os erros que você apontou, os laudos estão cheios de erros, a gente começou analisar a perícia, tem erros realmente, você fez a gente ver os erros. Cara, se fosse um filho meu que tivesse acontecido o que aconteceu com o seu, eu sou policial, eu estaria esperneando, eu estaria gritando, eu estaria acusando e você não, você só vem falar, o meu filho é inocente, a gente acabou acreditando em você. Você conta a mesma história, você não muda uma vírgula, você não muda um ponto, você não altera a sua voz. Só que para a gente dar andamento, a gente precisa de testemunhas, precisa de provas”. Foi aonde eu fui para a rua atrás de testemunhas, fui até o local do crime, passava o dia lá procurando, analisando, fulano viu, chegava, não eu não vi, quem viu foi o outro, chegava conversava, contava a história que tinha acontecido realmente, viram tudo, quando a polícia chegava ninguém tinha visto nada, só uma que é a Priscila que se prestou a falar realmente, mas a gente teve que convencer muito ela

Uma vez mais, Daniel conseguiu o que aparentemente nenhum familiar de mortos pela polícia consegue: ser escutado, no sentido que compreendemos aqui - ver seu discurso validado por um terceiro fundamental na dinâmica do sistema de justiça criminal. Até esse momento crucial, Daniel nos conta que seu sentimento era majoritariamente de desamparo e frustração. Achava que não conseguiria provar sua inocência. Ver-se acreditado pelo policial, por parte desse investigador foi um “alívio”.

Foi uma coisa que mexeu muito comigo na época. Já ia uns 10, 15 dias e aonde você ia você falava do caso, você escuta a pessoa comentando “É, o pai não acredita que o filho é bandido, todo pai é assim, ele só fica sabendo que o filho é bandido quando ele morre”. Eu só escutava isso e aquilo machucava, o coração dilacerava. Já estava dilacerado pela morte. Você escutando isso é pior ainda. Aí você passa ali, pô, 10, 12 dias 15 dias batalhando, correndo atrás, indo no local do crime, você sentindo aquilo tudo de novo, aquela dor, você ali olhan-

do aquele sangue que estava no chão ainda você imaginando “Pô, o meu filho estava aqui, o que ele sentiu naquele momento? ”. O pavor que ele passou, a dor dos tiros, o desespero dele você sentir a vida esvaindo, olhando aquele monte de sangue descendo, aquilo tudo vinha e doía, quando esse investigador, que era o chefe dos investigadores da equipe [para dizer o que lemos no trecho acima]... eu senti aquele alívio, pensei “Finalmente alguém acreditou em mim, quem sabe agora todos vão acreditar também”, pensei lá no fundo “meu filho, estou cumprindo aquilo que eu te prometi, provar a sua inocência, porque eu prometi para ele em todos só momentos, quando eu vi ele morto, no velório, na hora do enterro eu prometi para ele, eu vou provar, para ele e para o Rodrigo, no caixão dos dois, eu vou provar que vocês foram assassinados que vocês são inocentes e aquele momento foi a realização dessa promessa... a dor continuava lá dentro, mas aquele peso de não saber se ia conseguir cumprir a promessa se esvaiu.

Com um investigador ao seu lado, Daniel sentiu-se mais confiante, aliviado. Ouvir que o filho morreu porque era bandido, era um golpe narcísico insuportável para esse pai. Novamente, uma vez mais, referiu-se ao fato de falar que seu filho era um bandido como uma repetição da morte do mesmo.

Nossa Senhora, cara, é a pior coisa que um pai e uma mãe podem escutar. Eu não sei se a Graça chegou a escutar isso de alguém, mas eu já escutei muito, chegando num local e ter alguém comentando sobre o caso falando disso. Era como se tivesse matado meu filho novamente, era a segunda morte dele. Se hoje se escutar, falo, “não, chega”, nem discuto com a pessoa, eu sempre falo assim “o negócio é o seguinte, foi provado que ele era inocente, o que você acha para mim”.

Como podemos ver, os resultado das investigações aparecem aqui como uma salvaguarda ao estigma de bandido. Ter convencido o policial, obtido escuta, possibilitou uma reviravolta completa no caso. A narrativa presente no boletim de ocorrência foi completamente revista ao longo dos próximos passos da investigação. No relatório de investigação, a “verdade policial” deu lugar a outra e me chamou atenção o fato do pai ter participado extensivamente na construção dessa nova verdade sobre a morte do próprio filho, fosse investigando diretamente, fosse obtendo a ajuda dos investigadores de polícia. Importante dizer que essa possibilidade só se deu após muito esforço de Daniel, que chegou a se colocar em risco para obter informações. Contou-me, por exemplo, que foi à favela na qual os policiais entraram e acabou ameaçado pelos traficantes. Também precisou de muito suor para encontrar testemunhas oculares e convencê-las a depor. Com medo, elas não queriam, algo típico das mortes cometidas pela polícia.

Lemos, na sequência, o pedido de prisão dos policiais militares (formulado pelo promotor de justiça) e a decisão judicial concedendo esse pedido. Graça permanecia calada, enquanto Daniel tomava a palavra quase sempre. Falou desse momento como

um marco em sua luta por justiça, como um momento de fechamento. Pela primeira vez nas entrevistas que apresento aqui, apareceria algo próximo a uma ideia de luto. Ao receber a notícia de que os policiais seriam presos, disse poder chorar a morte do filho.

[Quando recebeu a notícia da decretação da prisão] Meu coração disparou, eu fechei o olho e pensei “meu filho, estou conseguindo cumprir um pouquinho do que eu te prometi”, deu aquela aliviada. Aí foi que eu comecei a relaxar, cara. Foi triste pelo seguinte, foi nesse dia que eu parei para pensar já era 25 dias da morte do meu filho, nesses 25 dias eu não pude ver a dor da minha esposa, a dor da minha filha, a dor da outra filha, não pude partilhar com elas o que a gente estava sentindo. Por que? A gente estava sempre na correria, foi esse dia que eu parei e chorei pela morte do meu filho, chorei de verdade.

Graça, por outro lado, começou a manifestar sensações e opiniões bastante diversas das de Daniel. Os dois pais de Cesar, que viveram a mesma morte, mas cujo saldo psíquico me pareceu ser tão diferente. Ela considera a prisão dos policiais como “um pouco confortante”, sobretudo por saber que, enquanto presos, não matarão mais ninguém. Ainda assim, é notável que esse conforto seja discreto, limitado, bastante diferente do que aconteceu com Daniel. A prisão pareceu mudar pouco sua vivência da perda. “Não trará o filho de volta”, avaliou. Ela anuncia aqui algo de irreparável em sua experiência de mãe, que verdade e justiça não alcançam. Em suas palavras:

Eu sempre falei assim, não vai trazer o meu filho de volta, aconteça o que acontecer. O fato de eu saber que eles estão longe de tudo, e saber também que eles não vão fazer isso com mais criança nenhuma, porque meu filho era uma criança, já é um grande alívio. Embora que eu sei que aqui no Brasil não é do jeito que deveria ser. Ah, eu queria que tivesse pena de morte, não, eu queria que tivesse uma perpétua para eles ficarem enjaulados, porque eu acho que um ser humano que faz o que eles fizeram com ser humano, não é um ser humano, para mim eles são bichos

Não há punição suficiente que conforte a dor dessa mãe. Desejar a prisão perpétua desses policiais, uma punição permanente, dá sinais da permanência do seu sofrimento. Daniel, em suas falas, indica estar mais próximo de um acerto de contas subjetivo, demonstrando um certo apaziguamento e, inclusive, disposição em perdoar os policiais. Disse que, para ele, talvez os policiais já tenham pagado pelo crime que cometeram e se transformado. Acha que nesses quatro anos e meio presos (desde 2012), lembrando todos os dias o erro que cometeram, talvez isso já tenha sido suficiente para não voltarem a cometer o mesmo erro. Interessante notar o significante “erro” e não mais “crime”. E isso é o que parece bastar para Daniel: não repetir. Ele ainda disse não achar que a polícia seja um problema como um todo, afinal, mas o problema de meia dúzia de policiais

despreparados. Em seu extenso contato com policiais, encontrou “oitenta por cento de policiais bons, vinte por cento ruins”, diz ele. Já Graça sente ódio da polícia, principalmente por não saber o que esperar dos policiais - eles têm a missão de proteger, mas matam. Não acha que eles podem se redimir da morte. Não perdoaria os policiais em nenhuma hipótese.

Pela fala de Graça, mesmo depois da punição dos policiais, a morte de Cesar ainda parece carente de sentido. Ainda se questiona sobre o porquê de tudo isso, porque com Cesar, porque com ela. Quando lemos a denúncia feita pelo promotor de justiça, pedindo a condenação dos policiais por homicídio, prevaricação, organização criminosa e fraude, Graça chega a apontar o usuário de drogas (o mesmo que se tornaria testemunha principal), como culpado pela morte de seu filho. “Se ele não tivesse aparecido na rua, naquela hora, com aquele monte de pedra [crack], a polícia não tinha parado ele, não teriam na sequência encontrado o meu filho”, afirmou. Sentia (e ainda parece sentir) muito ódio por essa figura, assim como também sente ódio pela polícia. Essa culpa deslocada, esse ódio latente, tanto desse rapaz, como da polícia, essa sensação de que não há punição suficiente no mundo (algo que me pareceu muito próximo a um desejo profundo de vingança) são elementos que apontam para semelhanças com a entrevista anterior, da qual também participou uma mãe, e são, a meu ver, indicadores de marcas sensíveis do traumático em seu sofrimento. Um sofrimento sem lugar, que permanece potente, talvez não tão potente quanto naquilo que vimos com Regina, porém presente e operante. Para nós, até aqui, foi muito importante abordar o sistema de justiça em sua função traumatogênica, a partir da lógica do desmentido que inaugura o trauma. Graça desafia essa leitura, de certa forma. Se a verdade está disponível, se a punição esteve presente, como compreender as manifestações dessa mãe que ainda se mostra distante de elaborar sua dor, quando questionada sobre o assunto? Se nos ativermos à hipótese do desmentido, o que lhe é negado, que não escuta e justiça? Deixamos essas questões para a discussão.

Ainda como reação à denúncia, Daniel se referiu ao promotor de justiça como um “parceiro”, um “anjo”, “pai”, “amigo” que abraçou a causa como se fosse “advogado da família”, foi acolhedor, que se envolveu afetivamente com o caso, estudou a fundo o processo. Daniel fala que é “um homem que ele admira até hoje”, por sua dedicação ao caso de seu filho. Um contraste absoluto com a entrevista anterior, considerando que a família de Felipe não teve qualquer contato com o promotor de justiça, de nenhuma

ordem. Ao longo dessa entrevista, senti vontade de entrevistar também os operadores do sistema de justiça, na tentativa de tentar compreender quais fatores levaram o processo de Cesar a esse resultado tão distinto do processo de Felipe. Por que um caso mobilizou tanto esse sistema e o outro não? Entretanto, responder isso está fora do escopo desse trabalho.

Quando fala do saldo dessa experiência, Daniel disse sobrar um horizonte cinza, sem os sonhos que alimentava em relação ao filho, uma falta que não se preenche, mas se suporta e, a cada dia mais, encontra um lugar.

No meu caso isso tudo que eu falei, aquele horizonte cinza é da falta daquele menino, daquele companheiro, daquilo que eu falei dos sonhos de eu ver ele namorando, casando, construindo família e fazer uma visita no fim de semana, tomar uma cerveja junto, ver os netinhos correndo pela casa dele e ele realizado com aquele sonho de faculdade que ele tinha, de curso de desenho que ele tinha vontade de fazer de web designer. Eu acho que para apagar essa dor acho que nada vai apagar, a gente consegue suportar, você vai suportando, cada dia que passa você vai conseguindo suportar melhor, mas assim para acabar de vez, para apagar, para alguma coisa preencher acho que para mim nunca vai ser preenchido não, essa falta, aquele cantinho era dele e acabou nada preenche mais aquilo, por vir o que for, pode acontecer o que for que ele espacinho ali, aquela dor que tem ali ela vai estar sempre ali

Novamente, há indicação da possibilidade de suportar o sofrimento e a ausência, mesmo que não possa ser contornada, de alguma elaboração da perda desse filho assassinado.

Da denúncia, partimos para a sentença de pronúncia, na qual a juíza responsável decidiu que os policiais seriam julgados pelo tribunal do júri. Como vimos, a pronúncia não é um julgamento de mérito, mas um julgamento processual, que define se há condições de materialidade e autoria suficientes para configurar o crime contra a vida, de forma que quem deve decidir é a sociedade, através de um júri. Esse momento aconteceu um ano e meio depois da morte de Cesar, em 2014. Nesse interim, Daniel viu atualizadas as suas dúvidas e inseguranças em relação ao desfecho do caso. Parece-me que a cada etapa do processo, os familiares vêm reeditadas as chances de minguar sua expectativa por justiça. Cada nova etapa na trama do processo criminal, cada nova decisão por ser proferida, coloca esses familiares diante da “dupla morte”. Daniel perdeu contato com os investigadores; tentou, mas não conseguiu acessar o promotor de justiça, de forma que ficou sem informações nesse longo período. Disse ter “se desesperado”, achando que “não daria em nada”, que seu caso tinha sido esquecido, até chegar a intimação para a audiência de instrução, que definiria a pronúncia ou não dos policiais.

Novamente, vemos o potencial gerador de estresse e medo de um sistema de justiça insensível aos familiares (o que emerge até mesmo nesse caso tão excepcional). Mesmo num caso que caminhou no sentido do reconhecimento do crime, esse me parece ser um traço permanente: familiares, mesmo os mais envolvidos com as dinâmicas jurídicas dos casos, não são devidamente informados, acabando expostos a um sofrimento desnecessário. Daniel temeu pelo pior, mesmo diante da realização do júri.

Pedro, quando eu entrei no plenário, no salão que tava tendo o julgamento, que eu bati o olho no júri, eu falei “perdi”. Esse caso já era. Seis moças e um rapaz. E com aquele tédio, você olhava pra eles, eles tavam cochilando. Mas aquele tédio. Eu falei, meu Deus, eles não tão interessados no caso e outra, eles tão cara a cara com os PM, eles vão absolver. Já era. Perdi o caso. Acabou. Acabou. Aí entrei, prestei depoimento, o Celso Machado Vendramini, ele tinha mais de trinta perguntas pra fazer pra mim, na terceira ele já desistiu.

Conta-nos como foi o embate com o advogado de defesa, um conhecido advogado que é contratado com muita frequência para defender policiais no tribunal do júri. Segundo Daniel, a estratégia desse advogado era desestabilizá-lo: aos gritos, batendo na mesa, chamando-o de pai de vagabundo, atacando-o “de todos os modos”. Daniel respondeu com a calma e meticulosidade que lhe é peculiar, sem ceder em nenhum momento às provocações da defesa. Diz que deixou o advogado “de calça curta”. A forma como Daniel relata os embates e percalços que enfrentou ao longo de sua relação com o sistema de justiça, bem como suas formas de superá-las, revelou o orgulho que ele sente de si próprio nessa luta (bem-sucedida) por justiça.

Por fim, lemos o último documento separado para essa entrevista, a sentença condenatória dos policiais. Foram condenados pelos crimes denunciados - homicídio duplo, prevaricação e fraude processual - a mais de 24 anos de prisão em regime fechado. Graça, uma vez mais, reage dizendo que acha pouco. “Eu acho que eles deveriam ficar presos para o resto da vida deles”, diz ela. Sobre a sentença, Daniel relatou que chorou muito quando ela foi declarada pela juíza presidente do tribunal do júri. Pensou, no momento, “eu consegui”. Graça, por sua vez, reconhece a importância da condenação, mas diz ter saído de lá arrasada. Minha impressão é que sempre que falamos da punição dos policiais, Graça deixa transparecer uma certa decepção, pela punição não ser suficiente para por um termo em seu sofrimento. Encerramos nossa entrevista com Graça falando sobre o saldo de tudo isso para si:

Dói porque a gente sabe que o pai e a mãe sofre de ver o filho numa situação dessa, por mais errado que o filho seja, a mãe tem aquele apego, tem aquele amor, o pai também. Então, as-

sim, eles tão vivo, né, mas tão presos, por uma coisa absurda que eles fizeram. Então, eu me coloco no lugar de mãe. Eu tenho meus filhos, igual, tenho minhas duas filhas, Graças a Deus tão aí, meu filho infelizmente se foi, mas se fosse ao contrário, se o meu filho tivesse tirado a vida de um indivíduo lá fora, ele ia causar a mesma dor que eu tô sentindo, eu não gostaria de ter um filho que causasse uma dor tão grande numa família, pra uma mãe, pra um pai, que foi o que eles fizeram. Então, acho que de certa forma, a família... Talvez acho que a família deles sofrem mais do que eles, disso eu tenho dó, de saber que eles sofrem por uma coisa que nem eles tem culpa, né. Quem tem culpa são eles. Mais ou menos isso. Agora, deles eu não tenho dó não. De lá pra cá, às vezes, quando eu ficava sabendo, ai morreu fulano ali, morreu não sei quem ali, eu tinha dó e eu não consigo ter dó mais de ninguém que morre. Eu falo, feliz ele que foi, porque essa vida aqui, é uma vida muito difícil, sabe. O dia a dia, nossa é uma batalha assim que... Você batalha, batalha, batalha, você acha que tá indo pra frente, de repente vem um... Você acha que tá conseguindo realizar seus sonho, de repente vem um balde de água fria. Você tenta se levantar. E a vida inteira é assim. É você tentando, tentando, tentando, mas tem sempre alguma coisa acontecendo que vai te fazer começar tudo de novo. Igual eu fico pensando aqui em casa, o sonho da gente era terminar a casa, o sonho dele era ter o quartinho dele, a gente até começou, porque o primeiro material que foi comprado pra começar a garagem, pra bater a laje pra subir pra cá, ele que tinha comprado, com o dinheiro das férias dele, ele, oh, mãe, tá o dinheiro lá no depósito de compra, chegava final de semana, esse daqui ficava levantando os tijolos, nem pedreiro não é, ele ficava ajudando, ele mexia na massa, eu ajudando e ele, sai daqui, véia, que você não tá aguentando mais nada, deixa que eu faço. E assim uma luta, mas de repente acontece tudo isso. Ele tava trabalhando, tava começando a realizar os sonhozinho dele, comprar as coisas que ele gostava de ter. E de repente veio um cara lá do outro lado do mundo, que ninguém nem sabe de onde saiu e faz tudo isso. Então assim, pra que tudo isso, né?

5. Discussão

Vítimas indiretas de crimes buscam no sistema de justiça criminal apoio para sua aflição. É nessa relação que se darão as experiências talvez mais relevante para as marcas subjetivas legadas pela violência vivida. A busca pela verdade e pela justiça são, aos mesmo tempo, tarefas dessas instituições e aspectos fundamentais do restabelecimento dos direitos das vítimas (Organização das Nações Unidas, 2006; Organização das Nações Unidas, 1985). A referência a esses direitos e necessidades são importantes para compreender a experiência desses sujeitos com o sistema de justiça e a resultante psíquica dessa interação.

Resumidamente, o pronto acesso à justiça e obter reparação pelos danos sofridos são direitos das vítimas diretas e indiretas de violações de direitos humanos. O acesso à justiça se realiza a partir do acesso à informação sobre os procedimentos adotados, sobre as decisões e suas justificativas; do acesso à assistência social e legal necessárias ao longo de todo o litígio, que mira o suporte e bem-estar das vítimas; de oportunidades para participação efetiva na persecução penal, encontrando espaço para manifestar suas opiniões, sentindo-se parte das decisões tomadas que afetam as suas vidas; na mesma medida que tenham voz ao longo do processo, precisam encontrar uma escuta qualificada, respeitosa de sua condição; da garantia do direito a um julgamento célere, sem protelações desnecessárias, afinal, como afirmam Adorno & Pasinato (2007, p. 132), o “tempo é medida da justiça” e um processamento lento de crimes pode impor sofrimento desnecessário àqueles que anseiam uma resposta à violação; e de um tratamento receptivo e justo por parte dos operadores desse sistema (Organização das Nações Unidas, 1985; 2006).

Ainda, é direito das vítimas obter reparação pelo dano sofrido, que deve ser proporcional a sua gravidade, podendo assumir formas específicas, como a compensação por qualquer dano financeiro ou patrimonial ocasionado pela violação de direitos; a reabilitação, que envolve os necessários cuidados médicos e psicológicos dos quais as vítimas podem precisar após exposição ao estresse intenso gerado por um violência; a satisfação, que envolve uma série de medidas simbólicas cujo propósito é restaurar a dignidade das vítimas, reconhecendo os danos impostos; e, por fim, a garantia da não-repetição,

que implica que o Estado envidará esforços para estancar as condições estruturais que oportunizam e causam, em última instância, as violações. Esse último aspecto tem sido interpretado como a necessária reforma das instituições que perpetram abusos (Organização das Nações Unidas, 1985; 2006).

Pesquisas empíricas sobre as necessidades de vítimas em seu contato com o sistema de justiça criminal refletem, em grande medida, esses direitos estabelecidos internacionalmente. Indicam que a resposta do sistema de justiça criminal às necessidades das vítimas pode ser elemento diferencial entre um processo elaborativo do sofrimento psíquico ou seu agravamento (Parsons & Bergin, 2010), ou seja, essa resposta pode mediar os efeitos psicológicos resultantes das violações. Uma resposta negativa, como a que essencialmente se verifica nesse estudo, poderia agravar o sofrimento vivido e os sintomas apresentados, o que condiz a hipótese até aqui apresentada, sobre o papel traumático do sistema de justiça para familiares de vítimas de mortos pela polícia. Não há sofrimento traumático, no caso de familiares de mortos pela polícia, desconectado da maneira pela qual esses sujeitos são tratados pelo sistema de justiça. Por sua vez, pesquisas apontam para os potenciais benefícios, do ponto de vista da saúde mental das vítimas, de um sistema de justiça criminal receptivo, inclusivo e justo para com elas (Herman, 2003). Receber um tratamento atencioso e justo por parte dos operadores do direito pode ter valor terapêutico na recuperação dos enlutados e traumatizados (Wemmers, 2008). De acordo com pesquisas, familiares relatam a necessidade de receber informações relevantes e precisas dos agentes públicos responsáveis pela condução do processo penal; de serem escutados e de opinar sobre os percursos do processo penal; de serem tratadas com respeito e de forma justa por parte das autoridades públicas (Herman, 2003; Englebretch C. , 2011).

Esse estudo aborda como esses direitos e necessidades são sistematicamente violados na relação entre familiares e o sistema de justiça criminal. Ao abordar a relação entre familiares de mortos pela polícia e sistema de justiça criminal, vimos emergir a dimensão propriamente traumática de seu sofrimento, que é capturado pela complexa trama ao redor dessas mortes, que envolve diversas instituições, práticas e decisões marcadas pela sujeição criminal/criminalização de certos tipos sociais, nas quais se verão desprotegidos e desprovidos das proteções mais elementares para a garantia de sua dignidade.

Pudemos abordar essa experiência psíquica dos familiares através de entrevistas com duas famílias de mortos pela polícia, em dois casos bastante distintos: um caso arquivado, com responsabilização dos perpetradores; noutro caso, o crime foi reconhecido e os policiais punidos. Pude perceber, ao longo dessa pesquisa, que a experiência de familiares expostos à violência letal é mais frequentemente trabalhada em pesquisas a partir da noção de luto, e não da ideia de trauma. Junto com pesquisas como Soares, Miranda, & Borges (2006) e outras que abordam a relação sujeito em sofrimento-justiça criminal, optei pela noção de trauma para analisar as experiências com as quais tive contato. Não foi possível, no tempo dessa pesquisa, estabelecer uma relação mais detida entre as duas noções, que me parecem mais próximas que distantes, implicadas uma na outra. Se, do ponto de vista psíquico, não podemos confundir as duas experiências, como diz Endo (2013), não podemos deixar de notar que o cerne da questão nas duas experiências, quando inseridas no contexto das violências, é comum: o destino do sofrimento depende do reconhecimento do valor das vidas perdidas ou da dignidade dos sujeitos, por parte do universo social no qual estão inseridos. Seu lugar social determina de antemão a disposição do sistema de justiça criminal, em específico, e do tecido social, em geral, em acolher ou não o sofrimento que lhes foi imposto.

O traumático, para a psicanálise, descreve uma experiência subjetiva específica, marcada pela fragmentação psíquica causada pelo impacto da violência, em estreita relação com a forma como o sofrimento oriundo dessa experiência é recebido pelo corpo social. Desamparo e perda de confiança no outro, culpa inconsciente, raiva, desorganização psíquica, tristeza profunda, isolamento, silenciamento e a vivência repetida e persistente da dor da morte são todos indicadores consistentes desse quadro, tal como descrito por Freud e por Ferenczi. Em ambas, foi possível observar a vivência de uma “dupla morte”. Vimos essas manifestações emergirem nas entrevistas. Quando a relação entre familiares e sistema de justiça criminal é abordada, são os sinais do traumático que emergem. Em minha leitura, a teoria do trauma é aquela que melhor ajuda a entender as falas dos familiares que participaram desse estudo.

É possível dizer que, ao mesmo tempo em que descreve uma experiência psíquica, o traumático descreve uma experiência social, visto que psiquismo e coletividade encontram-se permanentemente relacionados de forma dialética. O campo subjetivo, tal como concebido pela psicanálise, é aquele forjado pela intersecção e influência mútua de fatores individuais (intrapessoais), relacionais (interpessoais), sociais e estruturais, em sua

permanente dialética. Não há, como podemos perceber a partir das entrevistas aqui trabalhadas, separação rígidas entre esses níveis, de forma que qualquer análise que se faça do sujeito precisa ir de um a outro, atravessando-os, num movimento contínuo que não cessa. Se havia alguma dúvida sobre a pertinência da noção de trauma e sua aplicabilidade para o objeto dessa pesquisa, essa dúvida foi afastada com a escuta dos familiares.

A forma como o sistema de justiça compreende e processa essas mortes já foi bem estudada pela sociologia e pela criminologia. Vimos, com Misse (2010, 2011) e com Zaconne (2015), que a sujeição criminal e a construção de um inimigo público é o fundamento da legitimidade das mortes produzidas em situações de resistência seguida de mortes. A relação possível entre o trauma e sujeição se dá pelo fato de a última operar a partir de uma lógica que a aproxima do desmentido ferencziano, da negação. Em primeiro lugar, desmente-se o crime. Todo o aparato institucional criminal é mobilizado para tornar uma morte suspeita cometida por policiais em uma morte legítima, necessária, movimento do qual participam todas as instituições do sistema de justiça criminal. O caso da Defensoria Pública merece um comentário à parte. Como instituição integrante desse sistema social específico, se assumíssemos que a ação da Defensoria não colabora para a produção do desmentido, parece não estar totalmente preparada para combatê-lo. Não foi possível explorar a fundo o papel dessa instituição nas resistências seguidas de morte. Da forma como o processo penal é estruturado, sua ação é posterior e se dá apenas quando familiares decidem processar o Estado na esfera cível, pedindo reparações. Na única chance que tive de investigar a atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nessa pesquisa, chamou-me a atenção o fato de nem mesmo essa instituição possibilitou que os irmãos afetados falassem, participassem do processo. Os efeitos subjetivos do pedido de reparação, mesmo sem o reconhecimento do crime na esfera penal, pareceram-me limitados nessas condições. Voltaremos a isso mais adiante.

Construir a morte não como homicídio, mas como legítima defesa, é a primeira tarefa do sistema de justiça criminal em sua função traumatogênica. Realiza tal tarefa a partir da periculosidade conferida ao sujeito assassinado. Essa periculosidade é determinada exclusivamente pela posição social a qual ocupa o sujeito alvo da ação letal da polícia e não por fatos ou condutas concretas que deveriam constar nos documentos policiais. Vimos, no capítulo 1 desse estudo, como os dados não corroboram a narrativa-padrão dessas mortes, tal como produzida pela polícia. Novamente, não digo aqui que não existem confrontos armados, mas que a narrativa-padrão, usada à exaustão em casos de re-

sistência seguida de morte, não se sustenta num exame mais detido dos fatos. Fatos e evidências, como diz Zaconne (2015), não têm qualquer papel nessa construção. Por vezes não precisam nem mesmo ser negados, como podemos depreender das decisões judiciais que encontramos em muitos desses casos. Basta que sejam ignorados. A conclusão a qual se chega é que é exclusivamente do morto a responsabilidade pelo próprio assassinato. A construção do sujeito enquanto criminal é suficiente para justificar a morte, perante o Direito. Como aponta Zaconne (2015), não são mortes que contrariam a legalidade pois a legalidade é moldada para dar conta delas, para proteger juridicamente os policiais.

Sem crime, não há vítima, eis um segundo desmentido que podemos derivar da ação do sistema de justiça. A negação do estatuto de vítima nos interessa especialmente – ela recairá não apenas sobre o sujeito morto, mas também sobre os seus familiares. Zaconne (2015) aponta, seguindo Eugenio Zaffaroni, jurista e magistrado argentino, que massacres patrocinados pelo Estado necessariamente contém o componente da negação das vítimas. Familiares de mortos pela polícia são vítimas impossíveis, é-lhes ativamente negado o reconhecimento dessa condição. Na lógica das resistências seguidas de morte, o sujeito morto, um bandido, é sempre agressor, nunca vítima. Os familiares, por sua vez, verão o sistema de justiça operar uma semelhante negação à sua condição particular de vítimas, a partir da impermeabilidade do sistema de justiça ao seu sofrimento. Encontram, ao contrário de suas expectativas, um processo criminal que tramita alheio a si. Encontram, na verdade, apenas mais violência.

Escuta é uma noção importante para a psicanálise, a qual não abordei detidamente até o momento (falamos apenas da escuta flutuante, relacionada, mas distinta do que quero abordar agora). Ao contrário da psiquiatria de sua época, Freud se propôs e ouvir o que diziam seus pacientes, abrindo campo para a palavra como método terapêutico diverso de outras intervenções disponíveis à sua época. Esse movimento coloca o sujeito no centro de seu processo terapêutico, como agente de sua própria história, e não mais objeto de um saber externo a si, de intervenções distantes de sua singularidade. Escutar os pacientes implica a posição ética de validar o sujeito enquanto portador de verdades sobre si. Estamos, portanto, diante de uma ideia de verdade transformada, não mais construída à revelia dos sujeitos envolvidos, mas, ao contrário, em conjunção com eles. A escuta para a psicanálise, tal como compreendo, é a postura de reconhecer esse lugar de enunciação, não menos válido e legítimo, mesmo que profundamente singular.

Por outro lado, não se trata de confundir a verdade factual com a verdade do sujeito, mas de dizer que a ele não pode ser negada a oportunidade (e o direito) de enunciar sua perspectiva. A relação entre reconhecimento, escuta e verdade, para a psicanálise tornou-se, ao longo dessa pesquisa, ferramenta útil para o olhar que dedico à relação entre sujeitos e sistema de justiça. Antecipando conclusões, as práticas e os discursos do sistema de justiça diante de homicídios perpetrados por policiais em resistências seguidas de morte funcionam de modo a negar escuta a esses sujeitos. O caráter testemunhal das entrevistas aponta para essa característica. Vejamos o caso de Regina: a urgência em narrar sua versão própria foi por mim interpretada como a busca (deslocada, é verdade) por uma escuta negada no campo da justiça criminal. Sua narrativa denuncia a dimensão de sua exclusão do processo que apurou e julgou a morte do próprio filho.

Naquilo que esse estudo pode acessar, o desmentido tal como descrito por Ferenczi não é outra coisa senão uma negação profunda de escuta ao sujeito em sofrimento, que seria crucial em situações de violência. Como abordado nos capítulos teóricos deste trabalho, negar escuta é equivalente a destituição da condição própria de sujeito, o que foi descrito anteriormente como desapropriação subjetiva (Kupperman, 2006). Essa destituição está na base da sujeição criminal, o elo fundamental entre sofrimento psíquico e trauma. À forma como essa trama se concretiza chamei aqui de violência judicial, o resultado último da recusa do sistema de justiça em escutar e reconhecer os sujeitos envolvidos em resistências seguida de morte, não só dos que morrem, mas também dos familiares. Vejamos mais detidamente como isso se deu nessa pesquisa.

Das entrevistas, foi possível observar a forma violenta como esses familiares são tratados no interior das instituições do sistema de justiça. Conforme esse estudo avançava, a partir das falas dos próprios sujeitos entrevistados, tanto as decisões (representadas pelos documentos usados em apoio à entrevista realizada com cada família), como a dimensão do trato recebido por parte dos operadores do sistema de justiça criminal emergiram como formas de negar lugar a esses sujeitos, portanto, como componentes indissociáveis do sofrimento traumático. Apesar de apontar aqui decisões e tratamento como dois componentes separados, eles são antes um *continuum*, apresentaram-se nas entrevistas como interdependentes.

Mortes pela polícia e a violência judicial caminham juntas desde o primeiro momento - a comunicação da morte. Vê-se, nos casos trabalhados, como não se tem a preocu-

pação com o bem-estar das famílias no momento em que são comunicadas essas mortes violentas. Por telefone, sem protocolo algum, a morte chega aos familiares de forma descuidada, nua. A forma da comunicação já anuncia a maneira como esses familiares deverão viver a morte violenta e o sofrimento dela oriundo: sem mediação, sem refúgio, sozinhos. Vimos, pelas falas de Regina, o impacto causado pelo anúncio da morte de seu filho. Vimos também, pelos relatos de Daniel, a exposição à uma profunda incerteza, diante de um anúncio feito através de um vizinho e as notícias que chegavam de forma incompleta. Em pesquisas sobre mortes violentas, é comum familiares relatarem que as formas como recebem a notícia da morte de um pai, filho, irmão torna o choque da morte ainda maior (Bussinger & Novo, 2008). Não raro se dá de forma insensível ou inapropriada, seja ela dada por uma policial, seja por outro agente público qualquer. Queixam-se da pouca empatia e da falta de capacidade dos profissionais da polícia, dos hospitais e dos necrotérios para lidar com pessoas em situação de sofrimento agudo (King, 2004; Soares, Miranda, & Borges, 2006). Não é raro, por exemplo, casos de homicídios cometidos pela polícia nos quais os familiares sequer são notificados da morte, precisando eles mesmos percorrer hospitais e necrotérios em busca de informações. Os casos de resistência seguida de morte que analisamos aqui não são diferentes desses achados de pesquisa.

É possível deduzir, a partir dos testemunhos trabalhados, como os momentos imediatamente posteriores à morte são cruciais para o sofrimento dos familiares. Não é à toa eles que retornam em detalhes, preenchendo a narrativa desses sujeitos, fazendo-se necessários para a transmissão de sua experiência – boa parte das narrativas focam justamente esses momentos. A fala de Regina sobre o dia da morte de Felipe é paradigmática ao se mostrar quase como uma reedição do diálogo que teve com a policial que lhe trouxe a notícia trágica. Daniel também escolhe narrar a violência sofrida a partir dos fatos adjacentes à morte, apesar das diferenças entre os casos. Desconheço familiares de mortos pela polícia que não narrem esses momentos, por mais absurdos que possam ser, com riqueza de informações e com uma carga emocional intensa. Isso se dá provavelmente pela representatividade desses primeiros momentos quanto às marcas que carregam diante da exposição à violência letal da polícia.

Os efeitos psíquicos desse abandono não podem ser desconectados do restante do percurso no interior do sistema criminal. Pude perceber a continuidade desse traço ao longo das etapas subsequentes da apuração dessas mortes, a ausência de cuidado às ví-

timas de violências. A violência judicial acompanhará os familiares ao longo de toda a sua trajetória dentro do sistema de justiça. Esses familiares figurarão, ao longo de todo o processo penal, como sujeitos sem-lugar – as vítimas impossíveis. A polícia civil, cujo papel é crítico para a demanda dos familiares pela verdade dos fatos, é a primeira instituição com a qual familiares terão contato após a morte do ente querido. Ela se mostrou especialmente importante nas entrevistas aqui realizadas. Por vezes, como é o caso de Daniel, não será a polícia, mas profissionais de hospitais públicos e necrotérios que serão a primeira interface entre familiares e Estado. Curiosamente, no que foi possível acessar, profissionais da saúde pareceram mais capazes de um trato mais receptivo e respeitoso com os familiares, o que não passou despercebido por Daniel. Não é possível fazer generalizações consistentes a partir dos dois casos aqui estudados, mas esse contraste é suficiente para levantar a questão da capacitação desses profissionais de diferentes sistemas públicos para lidar com a morte, principalmente com mortes violentas, no que diz respeito a contenção dos danos psíquicos que são causados a familiares expostos. A negligência com o bem-estar das vítimas, não é exclusiva das mortes cometidas pela polícia, mas das mortes violentas como um todo. Num país com quase 60 mil homicídios anuais, a ausência de capacidade institucional para lidar com algo tão relevante como o sofrimento dos familiares me parece algo bastante grave e urgente.

Pesquisas indicam a importância da polícia judiciária para conferir aos familiares informações e orientações necessárias sobre sua própria atuação e sobre o funcionamento do processo penal como um todo, de forma a ambientá-los, e quando possível encaminhá-los vítimas para serviços de assistência disponível (Parsons & Bergin, 2010). A busca pela verdade é uma necessidade psíquica daqueles que foram expostos à violência. Sua ausência, como vimos na entrevista da família de Felipe, condena os sujeitos a conviver com um enigma que permanentemente cobra uma solução, tornando-se uma “interrogação que mata”. Por ser parte desse primeiro contato, o boletim de ocorrência emergiu nas entrevistas como algo tão importante aos familiares. É, ao mesmo tempo, a primeira legitimação da morte, bem como a primeira exclusão dos familiares. Foi o documento que despertou maiores reações, disparando a resistência testemunhal desses familiares, justamente por excluir por completo sua perspectiva.

A lógica de funcionamento da própria polícia civil (como vimos a seção 3.1) não pressupõe espaço para defesa e contraditório. A dinâmica inquisitorial do inquérito policial tende a conferir a eles poucas oportunidades serem efetivamente escutados, para

além do depoimento que prestam (e que é, muitas vezes, meramente protocolar). Esses depoimentos, direcionados tanto na forma como na finalidade, dão pouca margem para que vítimas indiretas participem efetivamente da construção da verdade a que se propõe a fase pré-processual da persecução criminal (Englebretch, 2011). Com Zaconne (2015), vimos como esses depoimentos são usados ou descartados segundo decisão unilateral de operadores do direito. Depoimentos não são, portanto, suficientes para a perspectiva dos familiares na persecução penal. No sistema de justiça, como um todo, e na polícia civil especialmente, não há um espaço institucional que garante que os familiares sejam acolhidos, exerçam o seu direito à voz e sejam efetivamente escutados. Não há a garantia sua perspectiva será considerada ao longo das investigações e nas decisões da Polícia Civil.

Pesquisas sobre vitimização indireta por homicídios indicam que familiares não são devidamente informados sobre os procedimentos adotados pela polícia ao longo das investigações. Nesse estudo, essa característica demonstrou ser uma segunda forma de exclusão. Enquanto direito que lhes é facultado, familiares desejam informações sobre os diversos aspectos da investigação e sua ausência gera confusão, insegurança e estresse (Englebretch, 2011). É justamente o que percebemos a partir das duas entrevistas realizadas. Assim como não há mecanismos para garantir a escuta desses familiares, não existe interesse em informá-los sobre o andamento das investigações e sobre as decisões tomadas, o que seria outra forma de possibilitar sua participação na persecução penal. Na fase policial, se os familiares não pressionam a polícia civil, dificilmente são informados sobre os desdobramentos da investigação. Quando buscam ativamente tais informações, deparam-se com a falta de interesse em investigar essas mortes. Regina e Junior denunciam esse aspecto em sua percepção de que investigadores e delegados não investiam esforços para elucidação dos casos de resistência seguida de morte. Daniel, por sua vez, diante da inércia da polícia, tornou-se o investigador da morte do próprio filho, algo profundamente grave. Os familiares não têm oportunidades de participar nas decisões e ainda precisam enfrentar a inação da polícia. Sua baixa disposição em agir não passa despercebida pelos familiares, tendo o efeito de intensificar seu sofrimento.

Não apenas não são escutados, mas não são informados e precisam lidar com o caso nas investigações, familiares são, por diversas vezes ativamente desrespeitados, a partir de uma postura agressiva e discriminatória que encontram quando contestam a narrativa policial e o boletim de ocorrência. Como pais e mães de “bandidos”, veem seu

direito a questionar o trabalho de investigadores e delegados subtraído e, quando o fazem, precisam suportar violências, humilhações, discriminações diversas. Ao contestar a narrativa policial, são tratados com violência, como vimos principalmente na entrevista de Daniel. Apesar dele ter conseguido furar essa lógica e convencer investigadores a cooperarem com ele, foi durante os momentos posteriores à morte de seu filho tratado como um obstáculo ao trabalho dos policiais. Foi recebido na delegacia de polícia com gritos e intimidação.

O que foi exposto até aqui, nas entrevistas e nessa discussão, reforça a minha percepção da necessidade de se pensar a relação sujeito-polícia civil quando pensamos o sofrimento psíquico dos familiares expostos a letalidade policial. Algo poderia mudar nesse elo específico dessa cadeia da violência judicial que poderia evitar a condenação desses sujeitos à miséria traumática? Há a possibilidade de se pensar numa polícia judiciária mais responsiva às necessidades das vítimas, evitando expô-las as consequências da violência judicial? É difícil isolar uma única variável desse longo processo de violências orquestrado pelas instituições do sistema de justiça criminal. Porém, pensar que a polícia civil é a ponta do sistema de justiça torna necessário o questionamento. O que temos de informação sobre o caso de Cesar nos dá algumas pistas: cada passo em direção ao reconhecimento do crime e da responsabilização dos perpetradores permitia a Daniel experimentar, em sua busca por justiça, um certo alívio e conforto. Ele narra inclusive que pode viver algo mais próximo de um luto tão logo soube da prisão preventiva dos policiais que assassinaram Cesar. Se delegados e investigadores fossem mais respeitadores dos direitos desses familiares enquanto vítimas de violência, qual impacto teria na vida psíquica de sujeitos desses sujeitos? São perguntas que não podem ser respondidas de pronto por essa pesquisa. Apontam, sem dúvida, para um debate sobre a dificuldade de reformas pontuais nos procedimentos do sistema de justiça que possam contribuir para o combate aos danos da letalidade policial, com raízes em problemas estruturais da sociedade brasileira, como o racismo e o punitivismo, que atinge seletivamente as classes pobres. É importante notar que ao longo desse estudo, refiro-me aos familiares como vítimas indiretas da letalidade policial, denominação tradicional na literatura acadêmica que trata de mortes violentas. Porém, quando trazemos à tona a violência judicial, concretizada nas práticas as quais me refiro acima, vemos essas vítimas indiretas se tornarem diretamente violadas, submetidas à violência através de discursos e práticas de negação de direitos, potentes o suficiente para serem considerados traumáticos.

Um levantamento não sistemático demonstrou que a Polícia Civil, apesar do seu papel enquanto porta de entrada do sistema de justiça criminal, carece de qualquer diretriz ou protocolo dedicado à prestação dos serviços policiais a vítimas de crimes violentos (o que incluiria crimes cometidos pela polícia). Por outro lado, esse levantamento evidenciou que há discussões sobre protocolos para atendimento às vítimas de violência sexual e doméstica em delegacias de polícia, um dado que aponta para como vítimas são tratadas de forma diferente em contextos diferentes. Não que o tratamento recebido por outras vítimas seja adequado, mas a carência sequer de um debate sobre como atender vítimas de violência letal é significativo para informar como essas vítimas são desconsideradas.

A recusa em conferir escuta e inserir familiares se mostrou ainda mais dramática no que diz respeito ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, responsáveis tanto pelo controle de legalidade dessas mortes, como pelo controle das próprias polícias. Nos casos estudados aqui, vimos como os familiares se veem ainda mais excluídos quando abordamos a relação entre eles e promotores ou juízes. O caso de Cesar é excepcional demais para que o tomemos como representativo da realidade das resistências seguidas de morte em São Paulo. Nele, Daniel fala do promotor de justiça responsável pelo caso com afeto e gratidão, pelo esforço que envidou ao longo da persecução criminal, algo que não será esquecido por esse pai. Já Regina, Júnior e Rodrigo não tiveram qualquer contato com o promotor que decidiu pelo arquivamento. Seus depoimentos, que apontavam para as contradições do caso, sequer foram mencionados na fundamentação do arquivamento. Não constaram em lugar algum do processo como um todo. Na prática, se nesse estudo olhamos para a relação entre familiares e sistema de justiça como mediadora fundamental do sofrimento psíquico causado pelas mortes que a polícia comete, a postura do promotor de justiça, portanto, do Ministério Público, apenas consolida e fortalece aquilo que observamos desde o primeiro momento: os familiares são tornados inexistentes/invisíveis aos olhos do sistema de justiça criminal. Pelo que pudemos apreender da performance do Ministério Público e do Poder Judiciário, essas instituições se furtam ainda mais em reconhecer o sofrimento e garantir os direitos dos familiares de mortos pela polícia. Ignorados e expostos a uma violência que não precisa de balas e não causa derramamento de sangue, é possível aproximar a experiência social desses familiares com a de seus os entes queridos mortos.

Em minha leitura, esses familiares são tornados, pela dinâmica do sistema de justiça criminal, tão *sacer*, tão criminais, tão expostos à violência quanto aqueles que foram efetivamente mortos. O saldo da experiência psíquica me parece denunciar essa aproximação: enquanto aqueles são mortos fisicamente (e depois moralmente, como bem disse Daniel), aos familiares é destinada também a morte, mas uma espécie de morte psíquica, representada pela fragmentação traumática, pela repetição indefinida do sofrimento e pela captura da vida dessas pessoas pelas tramas da morte violenta. Se a vida e corpos de determinadas parcelas da população não encontram proteção em nossa sociedade democrática, os “corpos incircunscritos” de Caldeira (2000), distantes das proteções legais e simbólicas, passíveis de serem violados, mortos e esquecidos, o sofrimento sem lugar que decorre dessas mortes, não escutado, nem acolhido, carregado involuntariamente pelos familiares de mortos pela polícia, indica que eles são tão incircunscritos, tão desprotegidos quanto os jovens mortos. Não me parece menos grave que o alto número de homicídios cometidos pelo próprio Estado através de suas forças de segurança, a quantidade de sujeitos e famílias condenadas ao sofrimento traumático, cujas marcas se farão presentes de forma perene em suas vidas. Tão expostos quanto seus familiares mortos, podemos dizer que as vítimas indiretas também vivem (de forma bastante direta) a relação entre sujeição criminal e justiça criminal este estudo se esforça por articular. Pela via do sofrimento, o massacre que atinge a população jovem e negra no Brasil atinge um contingente muito maior de vítimas que normalmente estamos acostumados a considerar, estendendo seu alcance também a milhares de familiares (difíceis de se contabilizar numericamente) expostos à morte nua. Essas mortes se perpetuam não só em sua repetição cotidiana, produzindo mais mortes violentas, mas no sofrimento que não cessam de produzir.

Por fim, como terceiro desmentido, enquanto identidade social, o sujeito criminal representa a negação da possibilidade de se existir um sujeito concreto. Representa o descolamento de fatos e evidências que se dá a partir de uma identidade pressuposta imposta a classes inteiras tornadas criminais. Esses sujeitos são marcados por seu pertencimento territorial, por sua cor, por sua classe. São sujeitos sem história, objeto de discursos sobre si, “falados” pelos outros, como pelo sistema de justiça criminal. Enquanto criminais irrecuperáveis, diz Misse (2010), deseja-se sua eliminação. São desumanizados. Quando a polícia mata, o que parece estar em jogo é o dever de eliminar os “inimigos” responsabilizados pelo mal-estar na sociedade. Contudo, a polícia não está sozinha

nessa tarefa. Quando voltamos nosso olhar para o sofrimento produzido por essas mortes, o papel das outras instituições do sistema de justiça criminal se faz evidente.

Assim como a verdade, a “justiça” também é apontada como uma necessidade psíquica dos familiares expostos a letalidade policial. Normalmente compreendida como a punição penal dos policiais responsáveis, o que raramente acontece nas resistências seguidas de morte, familiares por diversas vezes apontam que somente a justiça poderia libertá-los do sofrimento intenso. Vimos, por exemplo no caso dos familiares de Felipe, a ausência de responsabilização do policial pelo assassinato se traduzir na internalização da culpa e em seu deslocamento, como é próprio do traumático tal como descrito por Ferenczi, emergindo como desejo de retribuição e vingança. Apesar de essa ser uma premissa consolidada, gostaria de levantar aqui algumas questões a respeito do papel da punição para vítimas. Seria a punição realmente capaz de promover o reconhecimento da dor e do sujeito em sofrimento, de forma a mitigar os danos?

A relação entre justiça e saúde mental não foi suficientemente estudada, sendo que normalmente as abordagens que se dedicam ao estudo de vítimas normalmente não o fazem num sentido integral (Patel, 2011). Esse estudo apresentou duas situações distintas. Os assassinos de Cesar foram presos, julgados e condenados e, em vários momentos de sua fala, Daniel associa esses fatos a um certo alívio de seu sofrimento. Efetivamente, dá sinais de estar num lugar diferente dos outros familiares entrevistados, mesmo que não deixe de dar sinais de alguma permanência das marcas que a morte de Cesar lhe imprimiu: a casa inacabada, sonhos interrompidos, um horizonte cinza. Chamou-me a atenção ter externado inclusive uma certa disposição em perdoar os policiais pelo “erro” que cometeram, quase como se fosse capaz de compreender sua ação para além do horror que ela contém. Graça, por sua vez, fez emergir manifestações muito distintas – um sofrimento que permanece, raiva e ódio bastante presentes e uma sensação de que nada poderia aplacar o que sente uma mãe que perdeu seu filho. Ao entrevista-la, tornou-se necessário pensar mais sobre a relação entre punição e sofrimento psíquico. Se a verdade dos fatos esteve disponível, se a punição fez presente, como compreender manifestações tão distintas dessa mãe, que ainda se mostra distante de elaborar sua dor, quando comparadas às daquele pai?

É verdade que há diferenças sensíveis também entre a forma como Graça e como Regina e Junior se manifestam. Como dito, Graça parece estar num “entre”: obteve alguma satisfação com a punição dos policiais, sem que, contudo, isso fosse suficiente para aplacar marcas da morte de seu filho. Não há dúvidas de que a impunidade de policiais homicidas represente sofrimento psíquico para as vítimas indiretas. A impunidade pode acentuar o desamparo, a culpa e a vergonha (Patel, 2011) e pode, no limite, significar uma espécie de prisão, que faz com que esses familiares vivam a ausência de uma punição penal como autorresponsabilização, como uma prisão da qual não podem sair. Por outro lado, a punição penal está longe de ser condição suficiente para aplacar o sofrimento traumático.

É certo também que podemos esperar uma grande variabilidade entre sujeitos distintos naquilo que diz respeito a sua resposta a condenação dos perpetrados (Patel, 2011), de forma que seria necessário ouvir mais sujeitos do que aqueles que esse estudo permitiu. A variabilidade entre Daniel e Graça poderia ser explicada a partir de pelo menos dois aspectos: o engajamento bastante distinto que cada um deles demonstrou ter com as investigações e, como não poderia deixar de ser, a questão de gênero. Esses dois elementos certamente estão intimamente relacionados. Daniel assumiu uma postura ativa após a morte de seu filho, influenciando decisivamente os caminhos do sistema de justiça criminal. Creio não errar quando interpreto que o desfecho do caso de Cesar foi compreendido por Daniel como um êxito pessoal, do qual se orgulha. Pode, segundo ele, restaurar a dignidade do filho, provar sua inocência. Se seguirmos a argumentação feita até aqui, restaurar a dignidade do filho, significa também restaurar (ao menos em parte) a sua própria dignidade, enquanto pai. Parece-me que essa narrativa heroica, que está relacionada a punição dos policiais, permitiu a esse pai alguma restituição narcísica após a morte do filho, algum apaziguamento. Graça, como fica evidente a partir da entrevista, relaciona-se com a morte do filho de uma forma muito diferente, desde o início. Não participou como Daniel das investigações. Enquanto Daniel buscava provar a inocência de Cesar, Graça sofria à sua maneira. Em sua entrevista, enfatizou como não há nada que possa satisfazer uma mãe que perdeu um filho. Na ausência dessa possibilidade, a ela só resta carregar essa marca eternamente. A forma como Graça coloca a questão me lembra o discurso de outras mães vítimas de letalidade policial, sobretudo aquelas mobilizadas em movimentos de familiares, de uma ferida narcísica insuperável, que atinge toda a vida daquelas mulheres, tornando a luta por verdade e justiça inescapável.

Movimento de mães contra a violência urbana e a violência de Estado estão entre os mais combativos na atualizada, consistindo num ator político central nas lutas contra a letalidade policial e outras formas de racismo institucional.

Para além daquilo que é mais singular desse caso, a insuficiência da punição como forma de satisfazer vítimas aponta para a necessidade, do ponto de vista do sujeito, outras de medidas que visem mitigar os danos causados pela violência. Patel (2011) aponta para a necessária relação entre justiça e reparação, que não pode nunca ser perdida de vista pelos profissionais dispostos a pensar desde a perspectiva das vítimas. Para Patel, nenhuma medida que tenta lidar com os danos da violência sozinha é capaz de promover reparação às vítimas, o que condiz com o achado dessa pesquisa que aponta para a punição dos perpetradores como condição necessária, mas não suficiente para que ocorra reconhecimento dos danos e para que se possa elaborar o sofrimento.

Os dados desse estudo, acompanhando Patel, apontam para a necessidade de uma abordagem integral de reparação, que compreende uma série de medidas distintas, mas relacionadas, todas com o objetivo comum de permitir que sujeitos afetados pela violência encontrem condições adequadas para lidar com seu sofrimento. Envolve, como vimos no início desse capítulo, medidas como compensação, satisfação, restituição e reabilitação. Essa última, no debate sobre as consequências psíquicas da violência de Estado, tem ganhado evidência no debate público mais recentemente. O oferecimento de assistência em saúde, notadamente a assistência em saúde mental, tem recebido bastante atenção de pesquisadores interessados no tema. É um direito dessas vítimas que é sistematicamente negligenciado, amplificando as vulnerabilidades as quais esses sujeitos estão expostos. As melhores formas e dispositivos de se cumprir com esse dever devem ser determinadas apenas após uma escuta detida de vítimas e suas necessidades, considerando, inclusive, que há algo de irreparável em sua experiência, que as marcará indefinidamente e, através delas, toda a nossa sociedade.

6. Considerações finais

Esse estudo quis contribuir para evidenciar como a lógica social aqui descrita como sujeição criminal produz sujeitos condenados, seja à morte física, seja à morte psíquica, através de um intenso sofrer que contamina as mais diversas dimensões de suas vidas e como isso acontece na estreita e necessária relação entre trauma e sistema de justiça criminal, operador por excelência da sujeição criminal. Se há algo que uma abordagem psicanalítica do sofrimento traumático em situações de resistência seguida de morte pode contribuir para uma melhor compreensão dessas mortes (e para a reflexão sobre meios de enfrentá-la), essa contribuição se dá ao apontar como a violência que subjaz o traumático é de responsabilidade dos diversos atores que compõe esse sistema e não apenas da polícia que mata. Violência policial não existe sem a violência judicial, que a ratifica, legitima e a autoriza. Ao sujeito afetado, a cumplicidade (que marca as relações entre polícia militar, civil, Ministério Público e Judiciário) não passa despercebida e nem sem consequências.

O cuidado das famílias vitimadas passa, portanto, pela crítica sobre como essa lógica, racista e classista em sua origem, atravessa esses sistemas. É possível pensar num sistema de justiça criminal que não opere, tão automaticamente, a destruição psíquica das famílias afetadas? Que esteja orientado para garantir a escuta, participação, inclusão, direitos básicos daqueles que foram expostos à violência extrema e, por essa razão, estão entre os mais vulnerabilizados de nossa sociedade? Deixo essa questão para pesquisas futuras, sabendo que aqui não chegarei a respostas satisfatórias. O enfrentamento da letalidade da polícia passa pelo enfrentamento da violência da justiça.

Alguns caminhos futuros podem ser apontados a partir dos achados desse estudo. Aprofundar a reflexão sobre o papel de cada uma das instituições do sistema de justiça criminal no sofrimento traumático me parece necessário, principalmente, diria eu, sobre o papel da Polícia Civil e da Defensoria Pública. A primeira, como quis demonstrar, por ser a instituição com a qual familiares tem o primeiro e mais extenso contato. Essa reflexão pode contribuir para se pensar formas de prevenir as violências que vítimas de crimes violentos (assumo aqui que essas violências não são direcionadas apenas a fami-

liares de mortos pela polícia, mas a todo um conjunto vulnerável da população) encontram nessa etapa do processo penal. A Defensoria, por sua vez, por me parecer a instituição do sistema de justiça criminal mais próxima dos interesses das vítimas, cujo mandato legal deveriam incluir protegê-las. Não foi possível, nesse estudo, desenvolver uma análise com a profundidade adequada sobre como a relação entre familiares e Defensoria se dá e quais suas repercussões para o sujeito. Contudo, se alguma instituição do sistema de justiça criminal possui potencial para mitigar o sofrimento traumático, essa instituição é a Defensoria Pública. Essa é uma questão que poderia ser mais bem trabalhada em pesquisas posteriores.

Outro caminho que merece mais exploração é a percepção dos familiares de mortos pela polícia a respeito da punição dos policiais perpetradores e quais repercussões elas representam. Não tenho certeza, como já afirmei anteriormente nesse trabalho, que a punição penal seja capaz de coibir as mortes que a polícia comete. Porém, da perspectiva dos sujeitos afetados, ela tem valor central. Essa pesquisa tenta apontar para a complexidade envolvida nesse tema, por vezes bastante simplificado no debate público e acadêmico, de forma que uma escuta detida de familiares sobre esse assunto específico pode contribuir para avançarmos com a reflexão nesse campo. É um tema mais difícil de se explorar em profundidade, visto ser muito incomum policiais efetivamente presos e condenados, mas isso não retira sua importância.

Por fim, para além daquilo que tange a relação entre sujeito e justiça, compreendendo que os impactos da violência letal das polícias atingem as mais diversas dimensões das vidas dos familiares atingidos, creio ser necessário se abordar mais sistematicamente quais são efetivamente as necessidades psicossociais desses sujeitos, afim de informar melhor quais dispositivos reparatórios precisam ser mobilizados em seu favor. Um estudo como esse só pode ser feito se ouvidos à exaustão essas pais, mães, irmãos, filhos, etc., até que se possa qualificar devidamente a discussão sobre como cuidar e reparar (quando possível) os danos que sofreram. Creio que o mesmo vale para vítimas de violência urbana em geral. Esse saldo da presença constante da violência letal em nossa sociedade, que é o sofrimento que se perpetua como trauma, não pode permanecer invisibilizado, tampouco esquecido.

7. Referências

- Adorno, S. (2002). Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. Em *O que ler na ciência social brasileira* (pp. 267-307).
- Adorno, S., & Pasinato, W. (2007). *Tempo Social*, 19(2), 131-155.
- Adorno, S., & Pasinato, W. (2010). Violência e impunidade penal: Da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3(7), 51-84.
- Agamben, G. (2010). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Alston, P. (2007). *Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions*. HUMAN RIGHTS COUNCIL. Eleventh Session Agenda, item 3. Acesso em 30 de Julho de 2015
- Amick- McMullan, A., Kilpatrick, D. G., Veronen, L. J., & Smith, S. (1989). Family survivors of homicide victims: Theoretical perspectives and an exploratory study. *Journal of Traumatic Stress*, 2(1), pp. 21-35. Acesso em 2015 de outubro de 23, disponível em <http://download.springer.com/static/pdf/840/art%253A10.1007%252FBF00975764.pdf?originUrl=http%3A%2F%2Flink.springer.com%2Farticle%2F10.1007%2FBF00975764&token2=exp=1445657185~acl=%2Fstatic%2Fpdf%2F840%2Fart%25253A10.1007%25252FBF00975764.pdf%3ForiginUrl%3>
- Armour, M. P. (2002). Journey of Family Members of Homicide Victims. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72(3), pp. 372-382. Acesso em 23 de outubro de 2015, disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1037/0002-9432.72.3.372/pdf>
- Aron, L., & Harris, A. (1993). *The Legacy of Sandor Ferenczi*. Routledge.
- Arosi, A. P. (2013). Os usos da categoria de vítima: o caso dos movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no rio de Janeiro. *Intersecções*, 15(2). Acesso em 21 de outubro de 2015
- Astolfi, R., Lagatta, P., & Oi, A. (2014). *Estudo sobre a federalização de graves violações aos direitos humanos*. São Paulo: ANDHEP. Acesso em 25 de Julho de 2015, disponível em http://www.andhep.org.br/arquivos/Federalizacao_boneco_final_09012014.pdf

- Ballint, M. (2011). As experiências técnicas de Sandor Ferenczi: perspectivas para um evolução futura. Introdução. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise IV* (pp. VII-XXVII). São Paulo: Martins Fontes.
- Battibugli, T. (2006). *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Battibugli, T. (2009a). A difícil adaptação da polícia paulista ao estado de direito (pós-1946 e pós-1985). *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3, pp. 39-64. Acesso em 05 de Julho de 2015, disponível em <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas3Art2.pdf>
- Battibugli, T. (2009b). Polícia e Política em São Paulo (1946-1964). *História Social*, 16, pp. 121-143. Retrieved Julho 06, 2015, from <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/242/228>
- Brasil. (1941). Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Acesso em 25 de Julho de 2015, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm
- Bretas, M. L., & Rosemberg, A. (jan./jul. de 2013). História da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, 14(26), pp. 162-173. Acesso em 04 de Junho de 2015, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2013000100162&script=sci_arttext
- Bueno, S. (2014). *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Bussinger, R., & Novo, H. (2008). Trajetória de vítimas da violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo. *Psicologia Política*, 8(15), pp. 107-120. Acesso em 18 de outubro de 2015, disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a08.pdf>
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- Cano, I. (1997). *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER.
- Castilho, A. L. (2013). Revisitando o primeiro modelo freudiano do trauma: sua composição, crise e horizonte de persistência na teoria psicanalítica. *Ágora*, XVI(2).

- Connolly, J., & Gordon, R. (2015). Co-victims of Homicide: A Systematic Review of the Literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 16(4), pp. 494-505. Acesso em 23 de outubro de 2015, disponível em <http://tva.sagepub.com/content/16/4/494.full.pdf+html>
- Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica*, 21(3), pp. 341-352. Acesso em 21 de outubro de 2015, disponível em <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/15/pdf>
- Costa, A., & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional Revista de Psicanálise*, XIX(188), pp. 14-21.
- Dallari, D. (1977). *O Pequeno Exército Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- de Souza Vieira, L. J., & colaboradores. (2009). Impacto da violência na saúde de famílias em Fortaleza, Ceará. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5). Acesso em 26 de outubro de 2015, disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csc/v14n5/18.pdf>
- Dias, C., Marques, M. G., Natal, A., & Mariana Possas, C. R. (2015). A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 160-179.
- Dias, C., Marques, M. G., Natal, A., Possas, M., & Ruotti, C. (2015). A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 9(2), pp. 160-179.
- Domingos, B., & Maluf, M. R. (2003). Experiências de perda e luto em escolares de 13 a 18 anos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), pp. 577-589. Acesso em 26 de outubro de 2015
- Domingues, D. F. (2010). *Homicídio juvenil por arma de fogo: luto, enfrentamento e reorganização na família vitimada*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010, 143 páginas.
- Dupont, J. (1998). The Concept of Trauma According to Ferenczi and Its Effects on Subsequent Psychoanalytical Research. *International Forum of Psychoanalysis*, pp. 235-241.
- Dupont, J. (1998). The Concept of Trauma According to Ferenczi and Its Effects on Subsequent Psychoanalytical Research. *International Forum of Psychoanalysis*, pp. 235-240.

- Endo, P. (2005). *Violência no Coração da Cidade. Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/FAPESP.
- Endo, P. (2009). Violência, Sistemas Violentos e Horizonte Testemunhal. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(1).
- Endo, P. (2009). Violências, elaboração onírica e horizonte testemunhal. *Temas em Psicologia*, 2, pp. 343-349.
- Endo, P. (2009). Violências, elaboração onírica e o horizonte testemunhal. *Temas em Psicologia*, 17(2), 342-349.
- Endo, P. (2013). Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista USP*, 98, 41-50.
- Endo, P. (2016). Sonhar o desaparecimento forçado de pessoas: impossibilidade de presença e perenidade de ausência como efeito do legado da ditadura civil-militar no Brasil. *Psicologia USP*, 27(1), 8-17.
- Englebretch, C. (2011). The Struggle for the "Ownership of Conflict": an exploration of victim participation and voice in the criminal justice system. *Criminal Justice Review*, 36(2), pp. 129-151. doi:10.1177/0734016811399419
- Englebretch, C. (2011). The Struggle for the "Ownership of Conflict": an exploration of victim participation and voice in the criminal justice system. *Criminal Justice Review*, 36(2), 129-151. doi:doi:10.1177/0734016811399419
- Ferenczi, S. (1909/2011). Transferência e introjeção. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise I*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1930/2011). Princípio do Relaxamento e Neocatarse. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise IV* (pp. 61-78). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1931/2011). Análise de crianças com adultos. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise IV* (pp. 79-96). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1933/2011). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise IV* (pp. 111-135). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1934/2011). Notas e fragmentos. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1934/2011). Reflexões sobre o trauma. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise IV* (pp. 125-135). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário Clínico*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

- Ferenczi, S. (2011). O sonho do bebê sábio. Em S. Ferenczi, *Obras Completas. Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fernandes, H. R. (1974). *Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo. Fundamentos Histórico-Sociais*. São Paulo, SP, Brasil: Editora Alfa-Omega.
- Ferreira, L., Machado, M. R., & Machado, M. R. (Novembro de 2012). Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. *Novos Estudos-CEBRAP*, 94. Acesso em 2015
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 70.
- Figueiredo, R. M. (2006). Relatório Preliminar: casos apresentados como resistência seguida de morte. Em CONDEPE, *Crimes de Maio* (pp. 89-96). São Paulo: CONDEPE.
- Fontanella, B. J., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), pp. 17-27. Acesso em 06 de Agosto de 2015, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&tlng=pt
- Fowlkes, M. (1990). The Social Regulation of Grief. *Sociological Forum*, 5(4), pp. 636-652. Acesso em 21 de outubro de 2015, disponível em www.jstor.org/stable/684689
- Freeman, L., Shaffer, D., & Smith, H. (1996). Neglected Victims of Homicide: the needs of young siblings of murder victims. *American Journal of Orthopsychiatry*, 66(3), pp. 337-345. Acesso em 25 de outubro de 2015
- Freud, S. (1893/2006). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma. Em S. Freud, *Obras Completas*.
- Freud, S. (1900/2006). *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Imago Editora.
- Freud, S. (1913/2010). O início do tratamento. Em S. Freud, *Obras Completas, volume 10*. (pp. 163-192). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917/2010). Luto e Melancolia. Em S. Freud, & C. d. Letras (Ed.), *Obras Completas, Volume XX: Introdução ao Narcisismo, Ensaios Metapsicológicos e Outros Textos* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo.
- Freud, S. (1919/2010). O estranho. Em S. Freud, *Obras Completas*.
- Freud, S. (1919/2013a). Introdução às Neuroses de Guerra. Em S. Freud, *Obras Completas. Paulo César de Souza (Trad.)*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Freud, S. (1920/2010). Além do princípio do prazer. Em S. Freud, *Obras Completas, volume 14* (pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1923/2010). O Eu e o Isso. Em S. Freud, *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1925/2011). A negação. Em S. Freud, *Obras Completas Volume 16* (pp. 275-282). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalves, L. M. (2009). *Política de Segurança Pública no Brasil Pós-Transição Democrática: Deslocamentos em um Modelo Resistente*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cad. Psicanál.-CPRJ*, 34(27), pp. 193-210.
- Gondar, J. (2013). Ferenczi e o sonho. *Cad. Psicanál.-CPRJ*, 35(29), pp. 27-39.
- Gondar, J., & Antonello, D. F. (2016). O analista como testemunha. *Psicologia USP*, 27(1), pp. 16-23. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20150010>
- Herman, J. L. (2003). The Mental Health of Crime Victims: Impact of Legal Intervention. *Journal of Traumatic Stress*, 16(2), pp. 159-166. Acesso em 31 de outubro de 2015, disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1023/A:1022847223135/pdf>
- Holloway, T. H., & Castro Azevedo, F. (1997). *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Fundação Getúlio Vargas.
- Iribarry, I. (2003). O que é pesquisa psicanalítica. *Ágora*, 6(1), pp. 115-138.
- Jesus, M. G., Oi, A., Rocha, T., & Lagatta, P. (2011). *Prisão Provisória e Lei de Drogas – Um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP. Acesso em 25 de Julho de 2015, disponível em http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=2513&Itemid=96
- Justiça Global & Harvard International Human Rights Clinic. (2011). *São Paulo sob Achaque*. Rio de Janeiro: Justiça Global. Acesso em 30 de Julho de 2015, disponível em <http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>

- Justiça Global e Núcleo de Estudos Negros. (2003). *Execuções Sumárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Justiça Global.
- Kamimura, A., & Schilling, F. (2010). Direitos Humanos e vítimas de violência: experiências e dilemas do atendimento. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, pp. 41-71. Acesso em 21 de outubro de 2015, disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2746/2484>
- King, K. (2004). It hurts so bad: comparing grief patterns of families of murder victims with those of death row inmates. *Criminal Justice Policy Reviews*, 15(2), pp. 193-211. Acesso em 24 de outubro de 2015, disponível em cjp.sagepub.com/content/15/2/193.full.pdf
- Laboratório de Análise da Violência. (2008). *Análise dos impactos dos ataques do PCC em maio de 2006*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos.
- Laplanche. (1980/1993). *A Angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche e Pontalis. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, & Pontalis. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Loche, A. (2010). A letalidade da ação policial: parâmetros para análise. *Revista TOMO*, 17, pp. 39-56.
- Machado, C. (2004). Intervenção psicológica com vítimas de crimes: dilemas teóricos, técnicos e emocionais. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 4(2), pp. 399-411. Acesso em 18 de outubro de 2015, disponível em http://www.aepc.es/ijchp/articulos_pdf/ijchp-115.pdf
- Mendeloff, D. (2009). Trauma and Vengeance: Assessing the Psychological and Emotional Effects of Post-Conflict Justice. *Human Rights Quarterly*, 31(3), 592–623. (3), pp. 592–623. Acesso em 05 de Agosto de 2015, disponível em <http://doi.org/10.1353/hrq.0.0100>
- Merlino, T. (2012). Em cada batalhão da PM tem um grupo de extermínio. *Caros Amigos*, 10-13.
- Mesquita Neto, P. (2011). *Ensaio sobre segurança cidadã*. São Paulo: Quartier Latin.
- Mezan, R. (2006). Pesquisa em Psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, 39(70).
- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, 79, pp. 15-38. Acesso em 28 de Julho de 2015, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>

- Misse, M. (2011). *Autos de Resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana/UFRJ.
- Misse, M. (2011). O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. *Revista Sociedade e Estado*, 1.
- Negreiros, D. d. (26 de 06 de 2014). Memória, verdade, justiça e reparação para os crimes do Brasil pós-ditatorial. *PONTE. Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos*. Acesso em 19 de 07 de 2015, disponível em <http://ponte.org/memoria-verdade-justica-e-reparacao-para-os-crimes-do-brasil-pos-ditatorial/>
- Neme, C. (1999). *A instituição policial na ordem democrática: o caso da polícia militar do estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania da DPESP. (05 de Agosto de 2015). *Página institucional*. Fonte: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5854>
- Organização das Nações Unidas. (1985). Declaration of Basic Principles of Justice for Victims of Crime and Abuse of Power. General Assembly resolution 40/34.
- Organização das Nações Unidas. (1990). *Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da Lei (Resolução 40/32 de 29 de novembro de 1985)*.
- Organização das Nações Unidas. (2006). Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law. Resolution adopted by the General Assembly on 16/12/2005.
- Organização dos Estados Americanos/OEA. (2015). *O que é a CIDH?* Acesso em 24 de Julho de 2015, disponível em <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/que.asp>
- Osmo, A. (2016). *O testemunho de Maryan: limites e possibilidades na expressão do trauma*. 191f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- Parsons, J., & Bergin, T. (2010). The Impact of Criminal Justice Involvement on Victims' Mental Health. *Journal of Traumatic Stress*, 23(2), 182–188.

- Passareli, V. (2012). *Em torno da psicanálise aplicada*. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Patel, N. (2011). Justice and Reparation for torture survivors. *Counselling and Psychotherapy*, 11(3), pp. 135-147.
- Pedersen, D. (2006). Reformulando a violência política e efeitos na saúde mental: esboçando uma agenda de pesquisa e ação para a América Latina e região do Caribe. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, pp. 1189–1198. Acesso em 05 de Agosto de 2015, disponível em <http://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500009>
- Pelaez, M. (2009). Trauma theory in Sandor Ferenczi's writings of 1931 and 1932. *International Journal of Psychoanalysis*, 90, pp. 1217-1233. doi:10.1111/j.1745-8315.2009.00190.x
- Pereira, M. G., & Ferreira, J. M. (2006). Variáveis Psicossociais e traumatização secundária em mulheres de ex-combatentes da guerra colonial. *Stresse Pós-Traumático*, pp. 37-46. Acesso em 18 de Outubro de 2015, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6424>
- Ramos, S., & Musumeci, L. (2005). *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, CECSec.
- Raphael-Leff, J. (2012). Instead of an introduction: intimacy and trauma. Em J. Szeckacs-Weiz, & T. Keve, *Ferenczi for our time: theory and practice*. Londres: Karnac.
- Revista Rolling Stone. (Junho de 2013). Um Corpo para Velar. 81. Acesso em 2015 de Julho de 25, disponível em <http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-81/um-corpo-para-velar#imagem0>
- Ribeiro, L. (2009). Impunidade no sistema de justiça criminal brasileiro: Uma revisão dos estudos produzidos sobre o tema. *Latin American and Iberian Institute at the University of New Mexico. Reserch Papers Series No. 48 August 2009*.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 2, pp. 329 - 348.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), pp. 180-188.

- Rosemberg, A. (2010). *De Chumbo e Festim. Uma História da Polícia Paulista no Final do Império*. São Paulo, SP, Brasil: EDUSP, FAPESP.
- Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Salla, F., Alvarez, M., & Souza, L. A. (2003). *Aspectos Comparativos das Políticas de Segurança em São Paulo em Períodos de Transição*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência. Acesso em 04 de 07 de 2015, disponível em http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=2205&Itemid=96
- Secretaria de Administração Penitenciária. (23 de Julho de 2015). *História da SAP*.
Fonte: <http://www.sap.sp.gov.br/>
- Sellingman-Silva, M. (2012). Narrar o trauma. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 1.
- SENASP. (2013). *Pesquisa Perfil das Instituições*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Sinhoretto, J., & colaboradores. (2014). *Desigualdade Racial e Segurança Pública. Letalidade Policial e Prisões em Flagrante. Sumário Executivo*.
GEVAC/UFSCAR: São Carlos.
- Soares, G. A., & Miranda, D. (2005). Gênero e Trauma. *Sociedade e Estado*, 20(1), pp. 135-162. Acesso em 25 de setembro de 2015
- Soares, G. A., Miranda, D., & Borges, D. (2006). *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Sousa, C. A. (2013). Political violence, collective functioning and health: A review of the literature. *Medicine, Conflict and Survival*, 29(3), pp. 169-197.
- Souza, L. A., & Battibugli, T. (2014). O difícil caminho da reforma: a polícia e os limites do processo de reforma pós-redemocratização. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(2), pp. 293-319. Acesso em 06 de Julho de 2015, disponível em <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115193/ISSN21782792-2014-07-02-293-319.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Superintendência da Polícia Técnico-Científica. (2015). Página Institucional. Acesso em 25 de Julho de 2015, disponível em <http://www.policiacientifica.sp.gov.br/>
- Vianna, A., & Farias, J. (2011). A Guerra das Mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, pp. 79-116.

- Watch, H. R. (2009). *Força Letal: Violência Policial e Segurança Pública no*. Acesso em 07 de Agosto de 2015, disponível em <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/brazil1209ptweb.pdf>
- Weber, M. (2004). *Ciência e política*. São Paulo: Cultrix.
- Wemmers, J. (2008). Victim participation and therapeutic jurisprudence. *Victims and offenders*, 3, pp. 165-191. Acesso em 31 de outubro de 2015
- Zaconne, O. (2015). *Indignos de Vida. A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- Zaverucha, J. (2010). Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. Em E. Teles, & V. Safatle, *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial.